



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010

O Município de Montes Claros, por meio do seu Prefeito, torna público que estarão abertas as inscrições para o Concurso Público para provimento de cargos efetivos do **Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração**, sob regime estatutário. O Concurso realizar-se-á em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais de números 3.174/2003, 3.175/2003, 3.193/2004, 3.194/2004, 3.348/2004, 3.422/2005, 3.888/2007, 4.157/2009, Leis Complementares n^{os} 020/2009 e 021/2009 e normas deste Edital.

I- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS

- 1.1. O Concurso Público será regulamentado por este Edital, executado pela Comissão Técnica de Concursos – Cotec – da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – e realizado em Montes Claros-MG.
- 1.2. As Provas, por cargo/escolaridade, serão em conformidade com o subitem 4.1 e as especificações contidas no Anexo II deste Edital.
- 1.3. Os códigos de inscrição, a denominação dos cargos, o número de vagas, a escolaridade mínima exigida (e demais exigências), a jornada de trabalho e os vencimentos dos cargos constam no Anexo I deste Edital.
- 1.4. As atribuições de cada cargo constam no Anexo III deste Edital.
- 1.5. A lotação dos candidatos classificados no limite de vagas dar-se-á observando-se a ordem de classificação e conforme a necessidade do Município.
- 1.6. Os horários citados neste Edital referem-se à hora oficial de Brasília/DF.

II- DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS INSCRIÇÕES

- 2.1. Recomenda-se que o candidato faça a leitura deste Edital e seus Anexos, antes de efetuar a sua inscrição.
- 2.2. As condições exigidas para o exercício de cada cargo deverão ser comprovadas pelo candidato na data da posse.
- 2.3. Condições para posse nos cargos oferecidos neste Concurso Público:
 - a) Ser brasileiro nato ou naturalizado, conforme disposto na Constituição Federal de 1988.
 - b) Estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino.
 - c) Estar em dia com as obrigações eleitorais.
 - d) Ter, na data da posse, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos ou capacidade civil comprovada.
 - e) Ter, na data da posse, escolaridade exigida para o cargo, especificada neste Edital e em seus Anexos.
 - f) Possuir, na data da posse, a habilitação legal para exercício de profissão regulamentada, conforme o cargo pretendido, inclusive com registro no respectivo Conselho de Classe, se for o caso.
 - g) Possuir aptidão física e mental, comprovada em inspeção médica, a ser realizada antes da posse, de acordo com definição do Município de Montes Claros. Serão exigidos exames médicos de acordo com a especificidade do cargo pleiteado.
 - h) Apresentar a documentação estabelecida no subitem 11.3 deste Edital.
 - i) Atender às exigências especificadas para o cargo pleiteado, estabelecidas na legislação municipal e neste Edital.
- 2.4. **Da taxa de inscrição e participação no Concurso Público**
 - 2.4.1. O valor da taxa de inscrição, por cargo, consta no Anexo I do Edital.
 - 2.4.2. A participação neste Concurso Público dar-se-á mediante:
 - a) Pagamento da taxa de inscrição, conforme disposto no subitem 2.6 deste Edital; **ou**
 - b) Pedido de isenção da taxa de inscrição, se o interessado for doador de sangue, nos termos da Lei Municipal nº 3.888/2007, desde que sejam atendidas as disposições do subitem 2.7 deste Edital, conforme análise da Unimontes/Cotec.
 - 2.4.2.1. Não serão concedidas isenções para outras categorias de pessoas que não sejam as referidas na Lei Municipal nº 3.888/2007.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO
DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG**

2.5. Procedimentos e normas para Inscrição

- 2.5.1. A Cotec disponibilizará aos interessados o acesso a computador, para realização da inscrição e impressão do boleto bancário, bem como consulta e impressão do Cartão de Inscrição. O atendimento da Unimontes/Cotec dar-se-á de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 8h às 18h, prédio 4, Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro, Montes Claros – MG.
- 2.5.2. O preenchimento do Requerimento de Inscrição, a entrega de documentos relativos ao Concurso e o conhecimento das normas deste Edital são de responsabilidade única e exclusiva do candidato, ainda que esses procedimentos tenham tido a participação de terceiros. Considerando que as inscrições serão feitas pela internet, é desnecessária procuração para efetivar a inscrição de terceiros. Contudo, para fazer a entrega de documentos de terceiros na recepção da Unimontes/Cotec, é necessária a procuração simples.
- 2.5.2.1. O candidato inscrito por terceiros, após efetivação da inscrição, não terá direito à alteração de cargo, devendo, portanto, sujeitar-se à escolha de terceiros que efetuaram a inscrição.
- 2.5.2.2. O candidato ou quem por ele tenha preenchido a Ficha de Inscrição é o único responsável pela exatidão dos dados nela contidos.
- 2.5.3. Para fins de participação no Concurso, um mesmo candidato **poderá inscrever-se em 2 (dois) cargos, desde que o horário das provas dos cargos seja em turnos diferentes** (matutino e vespertino), de acordo com o Anexo II deste Edital. Nesse caso, poderá ser utilizado um único Requerimento de Inscrição, com a indicação dos dois cargos escolhidos e o pagamento da taxa de inscrição relativa a cada cargo, observado, no que couber, o disposto no subitem 2.7 deste Edital.
- 2.5.3.1. A não indicação do(s) cargo(s) implicará a anulação da inscrição do candidato.
- 2.5.3.2. Caso haja mais de uma inscrição de um mesmo candidato, para cargos com provas no mesmo turno, prevalecerá a inscrição mais recente. Se a data for a mesma, prevalecerá a inscrição relativa ao cargo com maior número de vagas, entre os já escolhidos pelo candidato.
- 2.5.3.3. Caso seja aprovado em dois cargos, o candidato deverá, no ato da Posse, assinar Termo de Renúncia, manifestando a sua renúncia a um dos cargos, respeitada, contudo, a exceção do Artigo 37, Inciso XVI, alíneas “a”, “b” e “c”, e Inciso XVII da Constituição Federal.
- 2.5.4. O candidato deverá conferir os dados de sua inscrição, pois não serão aceitos pedidos de alteração de cargo.
- 2.5.5. Não será permitida a realização de inscrição condicional ou extemporânea.
- 2.5.6. Para que a inscrição seja efetivada, é necessário que, além de ser feita dentro do prazo e em modelo próprio, tenha o pagamento da respectiva taxa efetuado no prazo estabelecido, observadas as disposições do subitem 2.5, 2.6 e 2.7 deste Edital.
- 2.5.7. São motivos para anulação sumária da inscrição: pagamentos efetuados após a data limite; ordens de pagamento eletrônico ou feitas por telefone e que não puderem ser comprovadas.
- 2.5.8. O simples pagamento da taxa não efetiva a inscrição. É necessário preencher a Ficha e finalizar a inscrição de acordo com as normas deste Edital.
- 2.5.9. A inscrição, bem como o valor pago relativo à sua taxa, é pessoal e intransferível.
- 2.5.10. Serão automaticamente indeferidas as inscrições que estiverem em desacordo com as disposições deste Edital.
- 2.5.11. Não serão aceitas inscrições via fax ou de forma diferente da estabelecida neste Edital.
- 2.5.12. Em nenhuma hipótese, será devolvido o valor da taxa de inscrição aos candidatos, exceto na eventualidade de cancelamento ou anulação do certame.
- 2.5.13. É de responsabilidade do candidato acompanhar as informações sobre o Concurso, bem como eventuais retificações do Edital, no site www.cotec.unimontes.br, nos quadros de avisos da Prefeitura Municipal de Montes e Unimontes/Cotec – Prédio 4.
- 2.5.14. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a plena aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e em suas eventuais retificações, das quais não poderá alegar desconhecimento, uma vez divulgadas.
- 2.5.15. Na Ficha de Inscrição, constará declaração de que o candidato é responsável pelas informações prestadas, ainda que a inscrição tenha sido feita por terceiros; de que tem



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

conhecimento das condições exigidas no subitem 2.3 deste Edital; e de que concorda com as disposições do Edital. A Ficha de inscrição deverá ser assinada pelo candidato ou seu representante. No caso de inscrições via internet, a marcação no campo destinado à declaração equivalerá à assinatura do candidato.

- 2.5.16. A declaração falsa ou inexata dos dados constantes na Ficha de Inscrição bem como a apresentação de documentos falsos ou inexatos, que comprometerem a lisura do certame, determinarão o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das demais implicações legais.

2.6. Inscrição com pagamento da taxa de inscrição

- 2.6.1. As inscrições serão feitas pela **internet**, no site **www.cotec.unimontes.br**, no período entre 8h do dia 2/5/2010 e 18h do dia 31/5/2010. Para essa finalidade será disponibilizado computador aos candidatos, na recepção da Unimontes/Cotec, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 8 às 18 horas.

2.6.1.1. O candidato deverá preencher a Ficha de Inscrição, de acordo com as instruções ali contidas. Após esse procedimento, será exibido, na tela do computador, o boleto bancário, que deverá ser impresso para pagamento da taxa de inscrição, até o dia 31/5/2010, impreterivelmente, em qualquer agência bancária ou agência lotérica.

2.6.1.2. A taxa de inscrição deverá ser paga com o boleto bancário, utilizando-se o código de barras. Não serão de responsabilidade da Unimontes/Cotec ou do Município de Montes Claros-MG inscrições cujas taxas **não** tenham sido pagas através do boleto bancário gerado no ato da inscrição e que não possam ser comprovadas. O pagamento da taxa **não** poderá ser feito através de depósito em caixa eletrônico, depósito bancário, cheque ou agendamento de depósito.

2.6.1.3. A inscrição via internet que não tiver o pagamento efetuado até o dia 31/5/2010 será automaticamente cancelada.

2.6.1.4. O Município de Montes Claros e a Unimontes/Cotec não se responsabilizam por qualquer problema, na inscrição via internet, motivado por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados, quando tais motivos e fatores de ordem técnica não forem de responsabilidade das referidas instituições.

2.7. Inscrição com pedido de isenção da taxa de inscrição

- 2.7.1. Poderão fazer o pedido de isenção da taxa de inscrição pessoas doadoras de sangue a instituições públicas de saúde, nos termos da Lei Municipal nº 3.888/2007.

2.7.2. O pedido de isenção somente poderá ser feito se for comprovado o mínimo de 3 (três) doações de sangue realizadas 12 (doze) meses antes da data final das inscrições.

2.7.3. O comprovante do ato de doação de sangue deverá ser emitido pela instituição pública de saúde receptora, em papel timbrado e devidamente assinado pela autoridade competente, constando o nome completo do candidato, nº de seu documento de identificação e as datas das doações efetivadas.

- 2.7.4. As inscrições, nessa condição, poderão ser feitas pela **internet**, no site **www.cotec.unimontes.br**, entre 8h do dia 2/5/2010 e 18h do dia 31/5/2010. Para essa finalidade será disponibilizado computador aos candidatos, na recepção da Unimontes/Cotec, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 8 às 18 horas.

2.7.4.1. O candidato deverá preencher o Pedido de Isenção, de acordo com as instruções ali contidas. Após esse procedimento, será exibido, na tela do computador, o Pedido de Isenção, que deverá ser logo impresso. O candidato deverá anotar e guardar o número do Pedido de Isenção. Até o dia 31/5/2010 deverão ser postados nos Correios, pelo serviço de A.R. ou Sedex (às custas do candidato), a via impressa do Pedido de Isenção e o Comprovante de Doação de Sangue, para o endereço: Unimontes/Cotec – Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro, Prédio 4, Vila Mauriceia, Montes Claros-MG, CEP 39401-089. Escrever no envelope a indicação: CP-ADM/PMMC - Pré-inscrição. A entrega dos documentos poderá ser feita na recepção da Unimontes/Cotec, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 8 às 18 horas.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

- 2.7.4.2. No prazo estabelecido, se o candidato quiser, poderá fazer o Pedido de Isenção diretamente na Recepção da Unimontes/Cotec e entregar a via impressa do Pedido e o comprovante de Doação de Sangue, em envelope, constando a indicação: CP-ADM/PMMC - Pré-inscrição. O atendimento será de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 8 às 18 horas.
- 2.7.4.3. Para fazer o pedido de isenção em nome de terceiros e efetuar a entrega de documentos na recepção da Unimontes/Cotec é necessária a procuração simples.
- 2.7.4.4. Os documentos não serão conferidos nem analisados no ato da entrega. A responsabilidade pela entrega é do candidato, ainda que tenha sido feita por terceiros.
- 2.7.4.5. O candidato ou seu procurador deverá conferir a documentação, pois, após a entrega do envelope, não poderá haver a complementação ou substituição de documentos.
- 2.7.5. Serão motivos de indeferimento do pedido de isenção:
- a) Não comprovação de pelo menos três doações de sangue, de acordo com o subitem 2.7.2 deste Edital.
 - b) Comprovante em desacordo com o subitem 2.7.3 deste Edital.
 - c) Documentação incompleta.
 - d) Documento com informações incompletas ou rasuradas.
 - e) Outra situação que impeça concluir ser o candidato doador de sangue, nos termos da Lei Municipal 3.888/2007.
- 2.7.6. O resultado do pedido de isenção será divulgado até o dia 11/6/2010, no site www.cotec.unimontes.br, nos quadro de avisos da sede da Prefeitura Municipal de Montes Claros e da Unimontes/Cotec. Caberá ao candidato verificar se o pedido foi deferido ou indeferido.
- 2.7.7. O pedido de isenção equivalerá à pré-inscrição no Concurso, em que constarão os dados completos do candidato e o cargo pleiteado. Assim, sendo a pré-inscrição deferida, não será preciso preencher nova ficha de inscrição.
- 2.7.7.1. Se o pedido for deferido, o candidato estará, automaticamente, inscrito no Concurso.
- 2.7.7.2. Se o pedido for indeferido e, ainda assim, o candidato desejar participar do Concurso, deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição de 28 a 30/6/2010, utilizando o boleto bancário que deverá ser impresso por meio do site www.cotec.unimontes.br, no link "reimpressão do boleto", usando o número do Pedido de Isenção e a data de nascimento do candidato.
- 2.7.7.2.1. O pagamento da taxa deverá ser feito utilizando o código de barras do boleto bancário. O pagamento **não** poderá ser feito através de depósito em caixa eletrônico, depósito bancário, cheque ou agendamento de depósito.
- 2.7.7.2.2. A pré-inscrição que não tiver o pagamento efetuado até o dia 30/6/2010 será automaticamente cancelada, não podendo o candidato, conseqüentemente, participar do Concurso.
- 2.7.7.2.3. A interposição de recurso contra o indeferimento do pedido de isenção, devidamente fundamentado, poderá ser feita nos dias 14 e 15/6/2010, conforme disposições do subitem 10.3.1 deste Edital.

2.8. Cartão de Inscrição

- 2.8.1. Não será enviado Cartão de Inscrição pelos Correios. O candidato deverá acessar o **site www.cotec.unimontes.br**, a partir do dia 12/7/2010, para obter informações sobre o local de provas. Orientações poderão ser obtidas na recepção da Unimontes/Cotec – Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro, Prédio 4, Montes Claros-MG –, no horário das 8 às 18 horas, ou pelo telefone (38) 3229-8080. O candidato poderá imprimir o cartão de inscrição na recepção da Unimontes/Cotec.
- 2.8.2. As conseqüências decorrentes da não localização do local de Provas são de responsabilidade do candidato.
- 2.8.3. Na ocorrência de erros simples no Cartão de Inscrição (tais como erro de digitação no nome do candidato, na data de nascimento, no nº do documento de identificação), o candidato deverá informá-los ao fiscal de sala, no dia das provas, para correção em



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

formulário próprio. Orientações poderão ser obtidas na Unimontes/Cotec, por meio do telefone supracitado.

2.9. Tratamento Especial para Realizar as Provas

- 2.9.1. Os portadores de necessidades especiais e gestantes que necessitarem de tratamento especial no dia das Provas deverão fazer o Pedido de Tratamento Especial, por escrito, especificando os meios necessários para a realização dessas provas. Junto com o Pedido de Tratamento Especial, deverá conter Atestado Médico que descreva a situação do candidato.
- 2.9.2. O Pedido de Tratamento Especial, junto com o Atestado Médico, deverá ser entregue na recepção da Unimontes/Cotec, de 2 a 31/5/2010, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 8 às 18 horas. Ou, então, até esse prazo, deve ser postado nos Correios, por meio do serviço de Sedex ou com A.R., para o endereço Unimontes/Cotec – Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro, Prédio 4, Montes Claros-MG, CEP 39401-089. Os documentos deverão ser entregues em envelope com a indicação: CP-ADM/PMMC – Tratamento Especial.
 - 2.9.2.1. É necessário instrumento de procuração simples para proceder à entrega dos documentos de terceiros.
 - 2.9.2.2. Os documentos que forem entregues na recepção da Unimontes/Cotec deverão estar acondicionados em envelope que será lacrado pelo atendente após serem carimbados, na presença do candidato ou de seu procurador. Escrever no envelope a indicação: CP-ADM/PMMC – Tratamento Especial.
- 2.9.3. O prazo citado no subitem 2.9.2 é o tempo hábil para que possa ser feita a análise do pedido e a tomada de providências. Apenas em casos de força maior ou fortuitos, poderá haver solicitação de tratamento especial fora da data especificada no subitem 2.9.2. Nesse caso, a aceitação do pedido dependerá de análise a ser feita pela Unimontes/Cotec, que avaliará a possibilidade de atendimento.
- 2.9.4. Na impossibilidade de atendimento, a Unimontes/Cotec comunicará ao candidato o indeferimento do pedido.
- 2.9.5. Serão preliminarmente indeferidos os pedidos de tratamento especial que não apresentarem Atestado Médico que descreva a situação do candidato.

III- DO NÚMERO DE VAGAS

- 3.1. O número de vagas a ser preenchido neste Concurso é de 820 (oitocentos e vinte), conforme discriminado no Anexo I deste Edital.
- 3.2. **Das vagas para Portadores de Deficiência**
 - 3.2.1. Em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Montes Claros-MG (Art. 87, Inciso VIII) e as Leis Municipais nº 3.175/2003 e 3.422/2005, ficam reservadas 10% (dez por cento) das vagas deste Concurso para portadores de deficiência, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência de que o candidato é portador. **As vagas reservadas, no total de 83 (oitenta e três), estão especificadas no Anexo I deste Edital.**
 - 3.2.2. **Os candidatos portadores de deficiência deverão entregar o Laudo Médico** (original ou cópia autenticada em cartório) atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID – e a provável causa da deficiência. Caso o candidato não apresente o Laudo Médico na forma e condições estabelecidas, será considerado como não portador de deficiência, sem direito à reserva de vaga.
 - 3.2.3. O Laudo Médico deverá ser postado nos Correios de 2 a 31/5/2010, por meio do serviço de A.R. ou Sedex (com custos por conta do candidato), para o seguinte endereço: Unimontes/Cotec – Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro, Prédio 4, CEP 39401-089, Montes Claros-MG –, estando escrito no envelope: CP-ADM/PMMC– Reserva de Vagas. A entrega poderá ser feita, nesse prazo, diretamente na recepção da Unimontes/Cotec, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 8 às 18 horas, mediante recibo.
 - 3.2.3.1. É necessário instrumento de procuração simples para proceder à entrega dos documentos de terceiros.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

- 3.2.4. O candidato que não apresentar o Laudo Médico, no prazo e forma estabelecidos, participará do Concurso como não portador de deficiência.
- 3.2.5. Em conformidade com a Lei Municipal nº 3.422/2005, consideram-se:
- a) Deficiência: toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.
 - b) Deficiência permanente: aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos.
 - c) Incapacidade: uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.
- 3.2.6. Serão aplicadas, subsidiariamente, se forem consideradas necessárias, as normas estabelecidas no Artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999.
- 3.2.7. O candidato que se inscrever como portador de deficiência deverá estar ciente de que, se aprovado no Concurso, será submetido à avaliação pela junta médico-pericial municipal, sem qualquer ônus, com a finalidade de aferir a compatibilidade da deficiência com as atividades e natureza do cargo ao qual concorreu. O parecer médico deverá ser fundamentado.
- 3.2.7.1. As características e especificidades do cargo deverão ser observadas para se estabelecer se as exigências de condições físicas são imprescindíveis para o pleno e eficiente exercício das funções inerentes ao cargo.
- 3.2.7.2. A junta médico-pericial municipal terá decisão terminativa quanto à compatibilidade da deficiência do candidato com as atribuições do cargo, devendo seu parecer ser fundamentado. Havendo parecer médico oficial contrário a essa compatibilidade, o nome do candidato será excluído da listagem de classificação correspondente e, conseqüentemente, do Concurso.
- 3.2.8. A lista de candidatos portadores de deficiência com inscrição deferida será divulgada até o dia 11/6/2010, no sítio eletrônico www.cotec.unimontes.br e nos quadros de avisos da Prefeitura Municipal de Montes Claros e da Unimontes/Cotec. A interposição de recurso, em caso de indeferimento, poderá ser feita conforme disposto no subitem 10.3.3. deste Edital.
- 3.2.9. Caso o número de candidatos portadores de deficiência, inscritos e aprovados no presente Concurso Público, seja inferior às vagas reservadas a eles, a(s) vaga(s) remanescente(s) será(ão) preenchida(s) pelo(s) candidato(s) não portador(es) de deficiência, segundo a ordem de classificação e até o limite do número total de vagas oferecidas por cargo.
- 3.2.10. Os candidatos portadores de deficiência participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios para aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para os demais candidatos.
- 3.2.11. Havendo necessidade de tratamento especial para realizar as provas, o candidato portador de deficiência deverá fazer a solicitação de acordo com as disposições do subitem 2.9 deste Edital.
- 3.2.12. Conforme disposto no subitem 11.6 deste Edital, será feita a reserva de vagas para portadores de deficiência, na proporção de 10% (dez por cento), para vagas que vierem a surgir após a publicação deste Edital ou durante o prazo de validade do Concurso.
- 3.2.13. Em caso de falsidade, a qualquer tempo, o candidato sofrerá as conseqüências legais dela decorrentes.

IV- DO SISTEMA DO CONCURSO

- 4.1. O Concurso constará das seguintes Provas, de acordo com o cargo e sua exigência de escolaridade:
- 4.1.1. Cargos de Ensino Fundamental: Provas de Múltipla Escolha de Língua Portuguesa, Matemática e Conhecimentos de Administração Pública. Essas provas terão caráter classificatório e eliminatório.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

- 4.1.2. Cargos de Ensino Médio: Provas de Múltipla Escolha de Matemática e de Conhecimentos Administração Pública; Prova de Múltipla Escolha de Língua Portuguesa, com 1 (uma) Questão Discursiva. Essas provas terão caráter classificatório e eliminatório.
- 4.1.3. Cargos de Ensino Médio Técnico: Provas de Múltipla Escolha de Conhecimentos Específicos do Cargo e Conhecimentos de Administração Pública; Prova de Múltipla Escolha de Língua Portuguesa, com 1 (uma) Questão Discursiva. Essas provas terão caráter classificatório e eliminatório.
- 4.1.4. Cargos de Nível Superior: Provas de Múltipla Escolha de Conhecimentos Específicos do Cargo e Conhecimentos de Administração Pública; Prova de Múltipla Escolha de Língua Portuguesa, com 1 (uma) Questão Discursiva. Essas provas terão caráter classificatório e eliminatório.
- 4.1.5. Prova de Títulos: A Prova de Títulos deste certame será em conformidade com a Lei Municipal nº 4.157/2009 e de acordo com o especificado no item VII deste Edital. Para participar da Prova de Títulos o candidato a quaisquer dos cargos deverá ter curso de graduação ou pós-graduação. A Prova de Títulos terá caráter classificatório.
- 4.2. A especificação das Provas de Múltipla Escolha e Questão Discursiva consta no item V e no Anexo II deste Edital. A especificação da Prova de Títulos consta no item VII deste Edital. A pontuação máxima e o peso de cada prova, por cargo, constam no Anexo II deste Edital.
- 4.3. O sistema de correção das Provas de Múltipla Escolha e Questão Discursiva está estabelecido no item V deste Edital.
- 4.4. As Provas de Múltipla Escolha e Questão Discursiva serão corrigidas pelas respectivas Folhas de Respostas. Será procedida a leitura óptica das Folhas de Respostas das questões de Múltipla Escolha de todos os candidatos, observando-se o disposto no subitem 5.5 deste Edital, para fins de totalização da pontuação obtida e para obtenção da lista de candidatos que terão a questão discursiva de Língua Portuguesa corrigida.
- 4.5. Somente será corrigida a Questão Discursiva de Língua Portuguesa dos candidatos classificados na Prova de Múltipla Escolha até 1,5 (uma vez e meia) o número de vagas do cargo pleiteado.
- 4.6. O total máximo a ser obtido no somatório das Questões de Múltipla Escolha e da Questão Discursiva de Língua Portuguesa é de 200 (duzentos) pontos. Será eliminado o candidato que não obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total dos pontos dessas Provas, ou seja, 100 (cem) pontos.
 - 4.6.1. No caso de Cargos de Ensino Fundamental, o total máximo a ser obtido no somatório das Questões de Múltipla Escolha é de 200 (duzentos) pontos. Será eliminado o candidato que não obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total dos pontos dessas Provas, ou seja, 100 (cem) pontos.
- 4.7. O horário de início e término das provas está estabelecido no Anexo II deste Edital. As Provas (Múltipla Escolha e Questão Discursiva) terão, juntas, duração de três horas e meia. Contudo, por não contarem com Questão Discursiva, as Provas relativas a cargos de Ensino Fundamental terão duração de três horas.
- 4.8. Na hipótese de alguma questão das Provas vir a ser anulada, por recurso administrativa ou decisão judicial, o seu valor, em pontos, será contabilizado a favor de todos os candidatos que fizerem a respectiva prova, inclusive daqueles que não tenham recorrido ou ingressado em juízo contra a questão.

V- DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA E QUESTÃO DISCURSIVA

- 5.1. Todos os candidatos com inscrições deferidas farão as provas relativas ao cargo pleiteado, de acordo com as especificações do Anexo II e item VI deste Edital.
- 5.2. Os programas das Provas e a Bibliografia Sugerida constam no Anexo IV deste Edital.
- 5.3. As Provas de Múltipla Escolha e Questão Discursiva obedecerão às características especificadas, por cargo, no Anexo II, e serão valorizadas de acordo com a pontuação estabelecida nesse Anexo, a partir da pontuação 0 (zero).
- 5.4. A Prova de Língua Portuguesa constará de Questões de Múltipla Escolha (conforme o Anexo II deste Edital) e de 1 Questão Discursiva, no total de 10 (dez) linhas, que avaliará as habilidades de leitura, compreensão, interpretação e produção de textos.
 - 5.4.1. O texto que ultrapassar ou não atingir a quantidade de linhas estabelecidas no subitem anterior terá sua nota reduzida, considerando os aspectos relacionados no subitem 5.4.3.
 - 5.4.2. Se o candidato for usar letra de forma, deverão ser observadas as regras de acentuação gráfica.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO
DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG**

- 5.4.3. Na Questão Discursiva da Prova de Língua Portuguesa, totalizando 12 (doze) pontos, no máximo, serão avaliados os seguintes aspectos:

ASPECTOS AVALIADOS	PONTUAÇÃO
Consistência Argumentativa/ Coerência	7 (sete) pontos
Conhecimentos Linguístico-gramaticais	5 (cinco) pontos

- 5.4.4. Na correção da Questão Discursiva de Língua Portuguesa, implicará nota zero:
- 5.4.4.1. fugir totalmente ao tema proposto;
 - 5.4.4.2. responder a questão discursiva a lápis;
 - 5.4.4.3. deixar a resposta em branco;
 - 5.4.4.4. colocar o texto em local diferente do indicado;
 - 5.4.4.5. deixar de assinar a Folha de Respostas;
 - 5.4.4.6. identificar-se, na Folha de Respostas, usando qualquer meio. Só é permitida a identificação no local indicado para assinatura.
- 5.4.5. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado.
- 5.4.6. Nos casos de fuga ao tema e de identificação em local indevido, o candidato receberá a nota zero.
- 5.4.7. A Banca de Correção será composta por professores de comprovada experiência no magistério, licenciados em Letras.
- 5.5. Em quaisquer cargos, na apuração dos pontos obtidos nas questões das Provas de Múltipla Escolha, será eliminado o candidato que
- 5.5.1. preencher a Folha de Respostas a lápis;
 - 5.5.2. não assinar a Folha de Respostas;
 - 5.5.3. não comparecer para realizar as Provas;
 - 5.5.4. desistir de fazer as Provas.
- 5.6. As Folhas de Respostas das Provas de Múltipla Escolha serão corrigidas por processo eletrônico (leitura óptica), de acordo com o Gabarito Oficial elaborado pela Unimontes/Cotec. Não serão computadas as questões não assinaladas na Folha de Respostas e as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
- 5.7. Na divulgação dos resultados, a pontuação obtida pelo candidato na Questão Discursiva de Língua Portuguesa constará separada da pontuação da Prova de Múltipla Escolha.

VI- DA APLICAÇÃO DAS PROVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA E QUESTÃO DISCURSIVA

- 6.1. As Provas de Múltipla Escolha e Questão Discursiva, de acordo com o cargo, serão aplicadas no dia **18/7/2010, nos turnos e horários indicados para cada cargo no Anexo II deste Edital.**
- 6.2. A duração dessas Provas será determinada de acordo com o cargo e os tipos de provas, a saber:
- 6.2.1. Cargos de Ensino Fundamental: duração de 3 horas, uma vez que os candidatos farão somente Provas de Múltipla Escolha.
 - 6.2.2. Cargos Técnicos de Ensino Médio e Cargos de Ensino Superior: duração de 3h30min, pois os candidatos serão submetidos a Provas de Múltipla Escolha e questão Discursiva de Língua Portuguesa.
- 6.3. **Local de Provas: As provas serão aplicadas em Montes Claros-MG. O endereço do local de provas será indicado no Cartão de Inscrição. O candidato deverá acessar o site www.cotec.unimontes.br, a partir do dia 12/7/2010, para informações, ou comparecer na recepção da Unimontes/Cotec, das 8 às 18 horas.**
- 6.3.1. **Caberá ao candidato informar-se sobre o local de provas.** É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do seu local de realização de provas e o comparecimento no horário determinado.
 - 6.3.2. **Recomenda-se que o candidato esteja presente no local das provas 30 (trinta) minutos antes do horário marcado para que elas tenham início.**
- 6.4. O candidato não poderá realizar provas fora do local que a Unimontes/Cotec indicar.
- 6.5. O candidato fará as provas em prédio, sala e carteira indicados pela Unimontes/Cotec, por intermédio de seus Coordenadores e/ou Fiscais.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO
DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG**

- 6.6. O ingresso do candidato ao prédio onde fará suas provas será permitido até o horário de início dessas provas, antes do fechamento dos portões. O candidato que não estiver realizando provas não poderá permanecer no prédio.
- 6.7. No horário de início das provas, os portões dos prédios onde elas se realizarão serão fechados e não poderão ser abertos para entrada de candidatos retardatários. O candidato que chegar após o fechamento dos portões, não se levando em conta o motivo do atraso, terá vedada sua entrada no prédio e será automaticamente eliminado do Concurso.
- 6.8. O candidato, para ingressar na sala de Provas, terá que apresentar **documento oficial de identificação (com fotografia) original e em perfeitas condições** (tais como Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho, Carteira de Órgão ou Conselho de Classe – CRA, CRC, CREA, etc. –, Carteira de Motorista – modelo novo, com foto).
 - 6.8.1. No caso de documentos de identificação ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, o candidato será submetido à identificação especial, que poderá compreender coleta de assinaturas e de impressão digital, em formulário próprio.
 - 6.8.2. O documento oficial de identidade emitido com prazo de validade, quando apresentado pelo candidato, não poderá estar com data de validade vencida.
- 6.9. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar Documento Oficial de Identidade original (com foto), por motivo de perda, furto ou roubo, deverá, para fazer as provas, apresentar Boletim de Ocorrência Policial, emitido até 3 (três) meses antes do dia das provas, e ser submetido à identificação especial, que poderá compreender fotografia, coleta de assinaturas e de impressão digital, em formulário específico.
- 6.10. O candidato que fizer as provas apresentando Boletim de Ocorrência Policial ou apresentar documentos parcialmente danificados deverá comparecer à Unimontes/Cotec, em Montes Claros-MG (com custas por conta do candidato), portando o Documento Oficial de Identificação (o original da Carteira de Identidade ou da Carteira de Trabalho), **no dia 28/7/2010**, impreterivelmente, **das 8 às 18 horas**, e submeter-se à nova identificação especial com perito da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais.
 - 6.10.1. O candidato, nessa condição, que não comparecer na Unimontes/Cotec, no prazo estabelecido, será automaticamente eliminado do Concurso.
 - 6.10.2. O candidato, nessa condição, que não tiver a identificação confirmada pelo perito será, automaticamente, eliminado do Concurso e estará sujeito às penas legais.
- 6.11. Não serão aceitos como documentos de identificação: certidões de nascimento ou de casamento, títulos eleitorais, carteira nacional de habilitação (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, protocolos de requerimento de documento, bem como documentos danificados que impeçam a identificação.
- 6.12. Em hipótese alguma, o candidato fará provas se não apresentar a documentação exigida e, se for o caso, não se submeter à identificação especial.
- 6.13. Caso ocorra de não constar o nome de algum candidato na lista de inscritos do Concurso, somente poderá ser feita a sua inclusão na lista de uma determinada sala, se o candidato apresentar comprovante de pagamento da taxa de inscrição, sem rasuras e pago no prazo estabelecido. Nesse caso, o candidato fará as provas condicionalmente, mediante Termo de Participação Condicional, até que a Unimontes/Cotec possa analisar e confirmar a sua inscrição e o pagamento da respectiva taxa.
 - 6.13.1. Caso não se confirme a inscrição e o pagamento da taxa, a participação do candidato fica sem efeito e as suas provas canceladas, automaticamente, não cabendo quaisquer reclamações por parte do candidato eliminado. Nesse caso, não serão corrigidas as provas que o candidato realizou condicionalmente.
- 6.14. O candidato deverá levar **caneta esferográfica comum, tubo transparente, de tinta azul ou preta**, para preencher as Folhas de Respostas.
- 6.15. Não será permitido, durante a realização das provas, qualquer tipo de consulta, bem como o uso de máquina de calcular, régua de cálculo, relógio, aparelhos eletrônicos ou de comunicação (notebook, receptor, gravador, telefone celular, agenda eletrônica, etc.).
- 6.16. Os pertences pessoais, inclusive aparelho celular, deverão ser colocados onde o fiscal indicar, na respectiva sala de provas, durante todo o período de permanência dos candidatos em sala, não se responsabilizando a Unimontes/Cotec por perdas ou extravios ocorridos durante a realização das provas nem por danos neles surgidos. Aparelhos de telefone celular devem ser previamente desligados. Recomenda-se que o candidato não traga para a sala de provas qualquer um dos equipamentos citados no subitem 6.15 e que traga somente o estritamente necessário para a realização das provas.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO
DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG**

- 6.17. Os equipamentos e objetos pessoais (exceto o citado no subitem 6.14) somente poderão ser manuseados pelo candidato após o término das suas Provas e a entrega das Folhas de Respostas e, se for o caso, também do Caderno de Provas ao fiscal de sala.
- 6.18. O candidato que estiver portando, **mesmo que desligados**, telefone celular, pager, beep ou quaisquer dos equipamentos relacionados no subitem 6.15 (ou similares), durante a realização de sua prova, ou for flagrado em tentativa de cola, será automaticamente eliminado do Concurso.
- 6.19. Será eliminado do Concurso o candidato que, durante a realização das provas, for flagrado comunicando-se com outro candidato ou com pessoas estranhas, oralmente ou por escrito ou, ainda, que se utilizar de notas, livros, impressos, etc.
- 6.20. Não será permitido aos candidatos o uso de armas nos prédios onde serão realizadas as provas do Concurso.
- 6.21. É reservado à Unimontes/Cotec, caso julgue necessário, o direito de utilizar equipamento detector de metais.
- 6.22. É reservado à Unimontes/Cotec, caso julgue necessário, o direito de proceder à coleta de digital dos candidatos.
- 6.23. Não haverá funcionamento de guarda-volumes e a Unimontes/Cotec não se responsabilizará por perdas, danos ou extravios de objetos ou documentos pertencentes aos candidatos.
- 6.24. Os candidatos deverão permanecer nos locais de provas (salas) por, no mínimo, 60 minutos e somente poderão levar o Caderno de Provas na última meia hora do término dessas provas. O candidato que sair antes desse período não poderá levar nenhuma folha do Caderno, nem rascunhos, nem marcações da Folha de Respostas das Provas de Múltipla Escolha e nada relativo à Questão Discursiva de Língua Portuguesa, nem se utilizar de outros meios para anotações das Provas.
- 6.25. O candidato que não entregar a Folha de Respostas das Provas de Múltipla Escolha e a Folha de Resposta da Questão Discursiva, se for o caso, no prazo estipulado, será automaticamente eliminado do Concurso.
- 6.26. A Folha de Respostas das Provas de Múltipla Escolha e a Folha de Resposta da Questão Discursiva deverão ser assinadas no local indicado. O candidato que fizer essas provas e deixar de assinar no local indicado será automaticamente eliminado do Concurso. A Folha de Resposta da Questão Discursiva não poderá ter qualquer tipo de identificação do candidato fora do local indicado para assinatura.
- 6.27. Será eliminado deste Concurso Público o candidato que, sem a devida autorização da Unimontes/Cotec, deixar o local de provas durante o horário em que elas estão sendo aplicadas.
- 6.28. A Folha de Respostas das Provas de Múltipla Escolha e a Folha de Resposta da Questão Discursiva serão personalizadas e não serão substituídas, em nenhuma hipótese, em razão de rasuras ou marcações incorretas.
- 6.29. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos das marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas das Provas de Múltipla Escolha. São consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e com as instruções contidas no Caderno de Provas e na Folha de Respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada, borrada ou emendada, campo de marcação não preenchido integralmente.
 - 6.29.1. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas das Provas de Múltipla Escolha, uma vez que qualquer marca poderá ser identificada pelo equipamento de leitura óptica.
- 6.30. Se o candidato, iniciadas as provas, desistir de fazê-las, deverá devolver ao fiscal de sala, devidamente assinados, o Caderno de Provas (completo) e as Folhas de Respostas das Provas de Múltipla Escolha e da Questão Discursiva e somente poderá deixar o prédio após decorrida 1 (uma) hora do início das provas.
- 6.31. Os dois últimos candidatos que permanecerem na sala deverão sair juntos, após assinar a Ata de Aplicação de Provas da sala.
- 6.32. Dado o sinal de encerramento das Provas, caso o candidato se recuse a entregar as Folhas de Respostas (das Questões de Múltipla Escolha e da Questão Discursiva), será procedido o registro desse fato na Ata de Aplicação de Provas e o candidato será eliminado do Concurso.
- 6.33. Na ocorrência de alguma irregularidade, tentativa ou comprovação de fraude, o candidato será, a qualquer tempo, automaticamente, eliminado do Concurso Público e estará sujeito a outras penalidades legais.
- 6.34. O candidato que fizer uso de medicamento deverá trazê-lo consigo.
- 6.35. Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada para as provas.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO
DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG**

- 6.36. Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Concurso nas dependências do local onde forem aplicadas as provas.
- 6.37. O Gabarito Oficial das Provas de Múltipla Escolha será divulgado na internet, no endereço www.cotec.unimontes.br, e será afixado na sede da Prefeitura Municipal de Montes Claros e nos quadros de aviso da Unimontes/Cotec, até 12 (doze) horas após o encerramento dessas provas. O Gabarito não será informado por telefone.

VII- DA PROVA DE TÍTULOS

- 7.1. A Prova de Títulos deste certame terá caráter classificatório, e, será realizada em conformidade com as disposições das Leis Municipais de nº 3.175/2003, artigo 218, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.157/2009, conforme o cargo pleiteado.
- 7.2. Conforme a legislação municipal em vigor, somente participarão da Prova de Títulos os candidatos detentores de Certificado de Curso de Graduação ou de Pós-Graduação (Especialização, mestrado ou doutorado).
- 7.3. A Prova de Títulos constará de títulos de Graduação e de Pós-Graduação (Especialização lato sensu, Mestrado stricto sensu e Doutorado stricto sensu), de acordo com seguintes critérios:
- 7.3.1. Título de Graduação: Curso devidamente concluído e comprovado, conforme disposto no Quadro I. Sendo o curso a habilitação que o candidato possui para o exercício do cargo, não serão atribuídos pontos. Nesse caso, se o candidato possuir diploma de outro curso, deverá enviar os dois diplomas, o do curso exigido para o cargo e o do outro curso, para fins de título. Se o candidato, nessa situação, não enviar os dois diplomas, não obterá pontuação desse título.
- 7.3.2. Título de Pós-Graduação: Curso devidamente concluído e comprovado, conforme disposto no Quadro I. Sendo o curso a habilitação que o candidato possui para o exercício do cargo, não serão atribuídos pontos. Nesse caso, se o candidato possuir certificado de outro curso, deverá enviar os dois certificados, o do curso exigido para o cargo e o certificado para fins de título. Se o candidato, nessa situação, não enviar os dois certificados, não obterá pontuação desse título.

**QUADRO I
ESPECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS, PONTUAÇÃO E FORMA DE COMPROVAÇÃO**

Título	Pontuação por Título		
	No cargo pleiteado	Na área do cargo pleiteado	Forma de comprovação
Curso de Graduação	3 pontos	2 pontos	Cópia legível do Diploma ou Declaração de conclusão.
Curso de Pós-Graduação (Especialização Lato Sensu – carga horária mínima: 360 h)	5 pontos	3 pontos	Cópia legível do Certificado.
Curso de Pós-Graduação (Mestrado Stricto Sensu)	10 pontos	7 pontos	Cópia legível do Certificado ou da Ata de Defesa da dissertação.
Curso de Pós-Graduação (Doutorado Stricto Sensu)	15 pontos	10 pontos	Cópia legível do Certificado ou da Ata de Defesa da tese.

- 7.3.3. Os títulos de graduação e pós-graduação são cumulativos, observando, contudo, o limite máximo de 15 pontos na Prova de Títulos.
- 7.3.4. Fotocópias rasuradas e ilegíveis serão desconsideradas no cômputo dos pontos.
- 7.3.5. A análise relativa à Prova de Títulos será feita à luz da documentação apresentada pelo candidato.

7.4. ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO PARA A PROVA DE TÍTULOS

- 7.4.1. A documentação para a Prova de Títulos, relativa a cada cargo pleiteado, se o candidato a possuir, deverá ser enviada pelo serviço de Sedex dos Correios ou com A.R. (com custas por conta do candidato), durante o período de inscrição, até o dia 31/5/2010, para o endereço: Unimontes/Cotec – Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro, Prédio 4,



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

- Montes Claros-MG, CEP 39401-089. Nesse prazo, a entrega poderá ser feita na recepção da Unimontes/Cotec, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 8 às 18 horas, mediante recibo pelo candidato ou seu procurador.
- 7.4.2. O candidato deverá enviar os documentos, preferencialmente, em envelope tamanho A4 ou ofício, constando, no lado de fora: o nome completo do candidato, o cargo pleiteado e a indicação: CP-ADM/PMMC – Títulos.
 - 7.4.3. Os documentos não serão conferidos no ato do envio. A falta ou incorreção de algum documento será de responsabilidade única do candidato ou de seu representante.
 - 7.4.4. Não poderão conter, em um mesmo envelope, documentos de mais de um candidato. No caso dessa ocorrência, os documentos não serão considerados para a Prova de Títulos.
 - 7.4.5. Após o envio do envelope, não poderá haver substituição, complementação ou inclusão de documentos.
- 7.5. Títulos enviados após o prazo indicado ou enviados de forma diferente da determinada no subitem 7.4.1 serão, automaticamente, desconsiderados.
 - 7.6. **Se o candidato tiver alterado o seu nome, deverá enviar, também, cópia do documento oficial que comprove a alteração.**
 - 7.7. Os títulos recebidos serão de propriedade da Unimontes/Cotec, que os incinerará após o decurso do período de 5 (cinco) anos da data de homologação do resultado do concurso.
 - 7.8. A Unimontes/Cotec e o Município de Montes Claros-MG não se responsabilizarão por documentos originais que os candidatos, eventualmente, deixarem dentro do envelope.
 - 7.9. Os documentos relativos a cursos realizados no exterior só serão considerados se estiverem traduzidos para o português por tradutor oficial e se atendida a legislação nacional aplicável ao reconhecimento de cada curso.

VIII - DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

- 8.1. A classificação final dos candidatos, em ordem decrescente de pontuação, observando-se o cargo e as provas a que foram submetidos, além das disposições do subitem 4.6 deste Edital (sobre a pontuação mínima exigida), decorrerá da soma dos pontos obtidos:
 - a) nas Provas de Múltipla Escolha – Cargos de Ensino Fundamental;
 - b) nas Provas de Múltipla Escolha e Questão Discursiva – Cargos de Técnico de Ensino Médio e Cargos de Nível Superior.
- 8.2. Apurado o total de pontos, na hipótese de empate, terá preferência na classificação o candidato que tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso). Persistindo o empate ou não havendo candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, será classificado, preferencial e sucessivamente, o candidato que:
 - 8.2.1. No caso de candidatos a cargos de Ensino Fundamental:
 - a) obtiver maior pontuação no somatório dos pontos da Prova de Múltipla Escolha de Língua Portuguesa;
 - b) obtiver maior pontuação na Prova de Múltipla Escolha de Matemática;
 - c) tiver idade maior.
 - 8.2.2. No caso de candidatos a cargos de Ensino Médio.
 - a) obtiver maior pontuação no somatório dos pontos da Prova de Língua Portuguesa (Questões de Múltipla Escolha e Questão Discursiva);
 - b) obtiver maior pontuação na Prova de Múltipla Escolha de Matemática;
 - c) tiver idade maior.
 - 8.2.3. No caso de candidatos a cargos de Técnico de Ensino Médio e Cargos de Nível Superior.
 - a) obtiver maior pontuação na Prova Escrita de Conhecimentos Específicos;
 - b) obtiver maior pontuação no somatório dos pontos da Prova de Língua Portuguesa (Questões de Múltipla Escolha e Questão Discursiva);
 - c) tiver idade maior.

IX- DOS RESULTADOS DO CONCURSO

- 9.1. Os resultados do Concurso serão divulgados no site www.cotec.unimontes.br e em quadros de avisos na sede da Prefeitura Municipal de Montes Claros e da Unimontes/Cotec, nas seguintes datas:
 - 9.1.1. Resultado do pedido de isenção da taxa para doadores de sangue (antes de eventuais recursos): até as 18 horas do dia 11/6/2010.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO
DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG**

- 9.1.2. Resultado do pedido de isenção da taxa para doadores de sangue (após recursos): até as 18 horas do dia 25/6/2010.
- 9.1.3. Resultado do pedido de tratamento especial (antes de eventuais recursos): até as 18 horas do dia 11/6/2010.
- 9.1.4. Resultado do pedido de tratamento especial (após recursos): até as 18 horas do dia 25/6/2010.
- 9.1.5. Resultado da inscrição de portadores de deficiência (antes de eventuais recursos): até as 18 horas do dia 11/6/2010.
- 9.1.6. Resultado da inscrição de portadores de deficiência (após recursos): até as 18 horas do dia 25/6/2010.
- 9.1.7. 1º Resultado classificatório: até as 18 horas do dia 30/7/2010. Esse resultado apresentará a classificação preliminar dos candidatos de acordo com o somatório dos pontos obtidos na Prova de Múltipla Escolha e na Prova de Títulos (antes de eventuais recursos contra o resultado da Prova de Títulos).
- 9.1.8. 2º Resultado classificatório: até as 18 horas do dia 20/8/2010. Esse resultado apresentará a classificação preliminar dos candidatos de acordo com o somatório dos pontos obtidos na Prova de Múltipla Escolha, na Prova de Títulos e na questão discursiva de Língua Portuguesa (antes de eventuais recursos contra o resultado da questão discursiva).
- 9.1.9. Resultado Final: até as 18 horas do dia 10/9/2010. Esse resultado apresentará a classificação final dos candidatos de acordo com o somatório dos pontos obtidos na Prova de Múltipla Escolha, na Prova de Títulos e na questão discursiva de Língua Portuguesa (antes de eventuais recursos relativo ao resultado final).
- 9.1.10. Resultado Definitivo: até as 18 horas do dia 22/9/2010. Esse resultado apresentará a classificação definitiva dos candidatos de acordo com o somatório dos pontos obtidos na Prova de Múltipla Escolha, na Prova de Títulos e na questão discursiva de Língua Portuguesa, após recursos.
- 9.2. Os resultados serão divulgados em duas listas. Na 1ª lista, os candidatos serão classificados por cargo e no limite de vagas, na ordem decrescente da soma dos pontos obtidos nas Provas relativas ao cargo, constando, inclusive, os candidatos portadores de deficiência. Na 2ª lista, constará, especificamente, a classificação dos candidatos portadores de deficiência, por cargo.
- 9.3. Não haverá informação individual aos candidatos. Caberá a estes tomarem conhecimento do resultado deste Concurso nos locais indicados para divulgação. Uma vez divulgados os resultados, a responsabilidade pela busca de informações, bem como por prejuízos decorrentes, se houver, será exclusiva do candidato e não da Unimontes/Cotec e do Município de Montes Claros-MG.
- 9.4. Para os candidatos classificados além do limite de vagas, as listagens serão apresentadas em ordem decrescente, observando-se a classificação final.
- 9.5. Não serão divulgados nomes e pontos dos candidatos eliminados ou não classificados no Concurso. O Relatório Geral, com a situação e notas dos candidatos, poderá ser consultado pelos próprios candidatos ou seus procuradores na Divisão de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração de Montes Claros, mediante requerimento. O candidato poderá, ainda, obter o seu extrato de notas no site www.cotec.unimontes.br até o prazo de 60 dias da divulgação do resultado definitivo.

X- DOS RECURSOS

- 10.1. A Unimontes/Cotec será responsável pela decisão e resposta aos recursos que forem interpostos pelos candidatos.
- 10.2. Eventuais recursos, para os casos relacionados no subitem 10.3, poderão ser interpostos, nos prazos indicados, observando-se as disposições que se seguem, relativas ao assunto, pela internet, no site www.cotec.unimontes.br, ou diretamente na recepção da Unimontes/Cotec, no horário de atendimento (das 8 às 18 horas).
 - 10.2.1. A interposição de recursos em nome de terceiros, na recepção da Unimontes/Cotec, dar-se-á somente por meio de procuração simples.
 - 10.2.2. Em qualquer um dos casos previstos para interposição de recursos, estes, devidamente fundamentados, deverão conter dados que informem a identidade do candidato, seu número de inscrição, cargo pleiteado e endereço completo.
 - 10.2.3. A Unimontes/Cotec responderá aos recursos, no prazo determinado, disponibilizando o resultado no site www.cotec.unimontes.br e na recepção da Unimontes/Cotec. O horário de atendimento é das 8 às 18 horas.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO
DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG**

- 10.2.4. Caberá ao candidato acessar o site www.cotec.unimontes.br para obter a resposta do recurso interposto ou recebê-la na recepção da Unimontes/Cotec, sendo necessário instrumento de procuração simples para receber a resposta em nome de terceiros. A resposta ficará à disposição do candidato por um período máximo de 15 (quinze) dias úteis, observada a data limite para resposta. Após esse prazo, ficará indisponível.
- 10.3. Caberá recurso:
- 10.3.1. Contra o indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição (doadores de sangue): dias 14 e 15/6/2010, das 8 às 18 horas, desde que seja devidamente fundamentado.
10.3.1.1. A Unimontes/Cotec responderá aos recursos até às 18 horas do dia 25/6/2010.
- 10.3.2. Contra o indeferimento do pedido de tratamento especial: dias 14 e 15/6/2010, das 8 às 18 horas, desde que seja devidamente fundamentado.
10.3.2.1. A Unimontes/Cotec responderá aos recursos até às 18 horas do dia 25/6/2010.
- 10.3.3. Contra o indeferimento da inscrição como portador de deficiência: dias 14 e 15/6/2010, das 8 às 18 horas, desde que seja devidamente fundamentado.
10.3.3.1. A Unimontes/Cotec responderá aos recursos até às 18 horas do dia 25/6/2010.
- 10.3.4. Contra qualquer questão das Provas de Múltipla Escolha: dias 19 e 20/7/2010, na ocorrência de erros no enunciado da questão ou de erros/omissões no gabarito, desde que seja devidamente fundamentado.
10.3.4.1. A Unimontes/Cotec responderá aos recursos até às 18 horas do dia 30/7/2010.
- 10.3.5. Contra o enunciado da Questão Discursiva de Língua Portuguesa: dias 19 e 20/7/2010, na ocorrência de erros no enunciado da questão, desde que seja devidamente fundamentado.
10.3.5.1. A Unimontes/Cotec responderá aos recursos até às 18 horas do dia 30/7/2010.
- 10.3.6. Contra o resultado da Prova de Títulos: dias 2 e 3/8/2010, na ocorrência de eventuais erros de análise, desde que seja devidamente fundamentado.
10.3.6.1. A Unimontes/Cotec responderá aos recursos até às 18 horas do dia 20/8/2010.
- 10.3.7. Contra o resultado da Questão Discursiva de Língua Portuguesa: nos dias 23 e 24/8/2010, desde que seja devidamente fundamentado.
10.3.7.1. A Unimontes/Cotec responderá aos recursos até às 18 horas do dia 10/9/2010.
- 10.3.8. Contra a sua classificação no resultado final do concurso: nos dias 13 e 14/9/2010, desde que seja devidamente fundamentado.
10.3.8.1. A Unimontes/Cotec responderá aos recursos até às 18 horas do dia 22/9/2010.
- 10.4. Não serão respondidos os recursos que forem enviados através de fax, Correios, correio eletrônico ou qualquer outro meio que não seja o citado no subitem 10.2.
- 10.5. Serão rejeitados, preliminarmente, os recursos que não estiverem devidamente fundamentados.
- 10.6. Não serão recebidos recursos fora do prazo estabelecido. Não serão aceitos pedidos verbais de revisão da análise da documentação e não haverá atendimento pessoal para arguição relativa aos resultados das provas. As argumentações e alegações do candidato deverão ser feitas somente por meio de recurso, no prazo estabelecido.
- 10.7. A decisão sobre os recursos interpostos, relativos à Questão Discursiva de Língua Portuguesa, à Prova de Títulos e ao resultado final, poderá resultar em retificação na ordem de classificação dos candidatos. A publicação do Resultado Definitivo (após recursos), com a classificação definitiva dos candidatos, será divulgada até o dia 22/9/2010, na Sede da Prefeitura Municipal de Montes Claros-MG e no site www.cotec.unimontes.br. A permanência nesse site se dará pelo período máximo de 60 (sessenta) dias, para conhecimento dos candidatos. Não haverá informação individual aos candidatos.
- 10.8. Decairá do direito de impugnar este Edital o candidato que efetivar sua inscrição, aceitando, assim, todas as disposições nele contidas.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

XI- DA NOMEAÇÃO E POSSE

- 11.1. O provimento dos cargos, nas vagas oferecidas neste Concurso, será feito por nomeação, respeitando sempre a ordem de classificação dos candidatos.
- 11.2. A posse em cargo público estará condicionada à apresentação da documentação exigida e prévia inspeção médica oficial, conforme for estabelecido pelo Município, de acordo com o Artigo 26 da Lei 3.175/2003. Para o exercício do cargo, é necessário possuir sanidade física e mental compatível com as suas atribuições e, conforme necessidade do cargo, ser comprovada por exames médicos.
- 11.3. O candidato nomeado, quando convocado para posse, além de atender aos pré-requisitos exigidos para o cargo, deverá apresentar, obrigatoriamente, o original e xerox (legível e sem rasuras) dos seguintes documentos:
- Carteira de Identidade;
 - Certidão de Nascimento ou Casamento;
 - Título Eleitoral e comprovante de estar em dia com as obrigações eleitorais;
 - Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;
 - Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
 - Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração, de próprio punho, de que não é inscrito;
 - Atestado Médico de sanidade física e mental, necessária ao desempenho das funções inerentes ao cargo, expedido pelo órgão ou profissional indicado pela Secretaria Municipal de Administração de Montes Claros-MG;
 - Exames Médicos, conforme a necessidade do cargo, que a Secretaria Municipal de Administração de Montes Claros-MG tenha solicitado, para fins da inspeção médica referida no subitem 11.2 deste Edital;
 - Diploma ou Certificado de Escolaridade, conforme exigência do cargo, registrado no órgão competente;
 - Registro no respectivo Conselho de Classe, conforme exigência legal, se for o caso;
 - Declaração, de próprio punho, de não ter sido demitido do serviço público ou de não ter sido demitido a bem do serviço público; de não ter sido demitido do serviço público do Município de Montes Claros pelos motivos estabelecidos no Artigo 146 da Lei Municipal n.º 3.175/2003 e, ainda, de não estar impedido de exercer o cargo em decorrência das disposições do Artigo 152 da referida Lei;
 - Comprovante de experiência profissional, se for exigência do cargo;
 - Declaração de que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação da acumulação de cargos, conforme dispõe o Artigo 37, Incisos XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais;
 - Declaração de bens que constituam seu patrimônio;
 - 2 (duas) fotos 3x4, recentes.
- 11.4. A posse é de competência do Secretário Municipal de Administração, conforme o Artigo 26, § 4º, da Lei Municipal 3.175/2003.
- 11.4.1. A lotação do servidor empossado será determinada pelo Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos, conforme Artigo 26, § 5º, da Lei n.º 3.175/2003.
- 11.4.2. No ato da posse, o candidato nomeado prestará o compromisso de cumprir fielmente os deveres e atribuições inerentes ao cargo (Artigo 25, § 2º, da Lei Municipal nº 3.175/2003);
- 11.5. Na eventualidade de surgir(em) nova(s) vaga(s) para os cargos a que se refere este Edital, poderão, por decisão do Prefeito Municipal e necessidade do Município, ser nomeados e empossados, nessa(s) vaga(s), candidatos classificados além do limite de vagas, obedecida a ordem de classificação neste Concurso e observado o seu prazo de validade.
- 11.6. Caso ocorra a nomeação prevista no subitem 11.5, deverão ser cumpridas as disposições estabelecidas no subitem 3.2. deste Edital, relativas à nomeação de candidatos portadores de deficiência classificados neste Concurso, na proporção de 10% (dez por cento) das novas vagas surgidas e observada a ordem de classificação desses candidatos na lista específica.

XII- NORMAS DISCIPLINARES

- 12.1. A Cotec – Comissão Técnica de Concursos da Unimontes – terá amplos poderes para orientação, realização e fiscalização dos trabalhos do Concurso. Somente poderão adentrar nos prédios onde serão aplicadas as provas pessoas devidamente autorizadas pela Unimontes/Cotec.
- 12.2. Todas as informações referentes a este Concurso serão prestadas pela Unimontes/Cotec – realizadora do Concurso – e poderão ser obtidas no site www.cotec.unimontes.br ou através do telefone (38) 3229-8080.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

- 12.3. O Candidato que, comprovadamente, usar de fraude ou para ela concorrer, atentar contra a disciplina ou desacatar a quem quer que esteja investido de autoridade para supervisionar, coordenar ou fiscalizar a aplicação das provas será automaticamente excluído do Concurso.
- 12.4. Além da exclusão do Concurso, o candidato, como tratado nos termos do subitem 12.3, estará sujeito a outras penas legais, levando-se em conta a gravidade da ocorrência e os danos materiais e/ou pessoais que houver causado.
- 12.5. Incorrerá em Processo Administrativo, para fins de demissão do Serviço Público, em qualquer época, o candidato que houver realizado o Concurso usando documento ou informações falsas ou outros meios ilícitos, devidamente comprovados.

XIII- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. A Unimontes/Cotec será responsável pela elaboração, aplicação e correção das Provas, pela análise de Títulos dos candidatos, pelo processamento da classificação final e definitiva dos candidatos e pelo fornecimento de todas as informações referentes a este Concurso Público.
- 13.2. Na ocorrência de caso fortuito, força maior, ou qualquer outro fato previsível ou imprevisível que impeça a realização do Concurso, à Unimontes/Cotec será reservado o direito de cancelar, substituir provas ou atribuir pesos compensatórios, de modo a viabilizar o Concurso.
- 13.3. Durante a aplicação e correção das Provas de Múltipla Escolha ou da Questão Discursiva de Língua Portuguesa, se ficar constatado, em qualquer questão, erro de elaboração que prejudique a resposta, conforme o Gabarito Oficial, a Unimontes/Cotec poderá anular a questão e, nesse caso, divulgará sua decisão, antes da publicação do Resultado Definitivo, no site www.cotec.unimontes.br e nos quadros de avisos da Prefeitura Municipal de Montes Claros e da Unimontes/Cotec.
- 13.4. As publicações referentes ao Concurso Público, objeto deste Edital, serão feitas na sede da Prefeitura Municipal de Montes Claros-MG, em jornal diário de grande circulação e/ou diário oficial do Estado. Retificações do Edital e Resultados do Concurso serão divulgados no site www.cotec.unimontes.br e no site www.montesclaros.mg.gov.br e nos quadros de avisos da Prefeitura Municipal de Montes Claros e da Unimontes/Cotec.
- 13.5. Não haverá justificativa para o não cumprimento pelo candidato dos prazos determinados neste Edital.
- 13.6. Serão de propriedade da Unimontes/Cotec, que os incinerará, decorrido o período de 5 (cinco) anos, a contar da homologação do resultado do Concurso: as Folhas de Respostas das Provas de Múltipla Escolha e as da Questão Discursiva de Língua Portuguesa; os documentos relativos à Prova de Títulos.
- 13.7. Os cadernos de provas deixados pelos candidatos serão de propriedade da Unimontes/Cotec, que lhes dará o destino conveniente decorridos 30 dias da data das Provas.
- 13.8. O prazo de validade deste Concurso é de dois anos, a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.
- 13.9. A aprovação neste Concurso Público não gera direito à nomeação, a qual se dará a exclusivo critério e necessidade da Administração, dentro do prazo de validade do Concurso e na forma da Lei, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação final dos candidatos.
- 13.10. Em hipótese alguma, serão concedidas cópias ou vistas de provas.
- 13.11. Do resultado deste Concurso Público não caberá recurso de qualquer natureza, salvo os casos previstos no subitem 10.3 deste Edital.
- 13.12. O Município de Montes Claros-MG e a Unimontes/Cotec não se responsabilizam por quaisquer textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso.
- 13.13. São de inteira responsabilidade do candidato as declarações incompletas, erradas ou desatualizadas do seu endereço e que venham a dificultar quaisquer comunicações necessárias sobre o Concurso.
 - 13.13.1. O candidato classificado deverá, durante o prazo de validade deste Concurso, manter atualizado o seu endereço residencial junto à Divisão de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração de Montes Claros. Não caberá ao candidato classificado qualquer reclamação, caso não seja possível a sua convocação por falta de atualização do endereço residencial.
- 13.14. Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos, as disposições e instruções contidas na Folha de Respostas e nas Provas, bem como Editais Complementares, Retificações do Edital ou outras resoluções referentes ao Concurso que vierem a ser publicadas pelo Município de Montes Claros-MG.
- 13.15. A inscrição implicará, por parte do candidato, o conhecimento e plena aceitação das normas deste Edital.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO
DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG**

- 13.16. A Unimontes/Cotec não fornecerá declarações de classificação e/ou de aprovação neste Concurso. Declarações poderão ser solicitadas diretamente na Divisão de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração de Montes Claros.
- 13.17. Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pela Comissão Técnica de Concursos da Unimontes – Cotec –, ouvida a Comissão Municipal de Concurso Público.
- 13.18. A homologação do resultado deste Concurso, pelo Prefeito Municipal, dar-se-á em conformidade com as disposições do Artigo 12, § 3º da Lei Municipal nº 3.175/2003.
- 13.19. Este Edital, na sua íntegra, será publicado na Sede da Prefeitura Municipal de Montes Claros-MG, nos quadros de avisos da Unimontes/Cotec, e será divulgado no site www.cotec.unimontes.br, dele dando-se notícia, em jornal diário de grande circulação e/ou diário oficial do Estado, através do seu Extrato.

Montes Claros – MG, 3 de março de 2010.

Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO I

CÓDIGO DE INSCRIÇÃO, CARGOS, VAGAS, ESCOLARIDADE/EXIGÊNCIAS, JORNADA DE TRABALHO, VENCIMENTOS E TAXA DE INSCRIÇÃO

CÓDIGO DE INSCRIÇÃO	CARGOS/CLASSE	VAGAS		ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA E OUTRAS EXIGÊNCIAS DO CARGO**	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO BASE DO CARGO (R\$)	TAXA DE INSCRIÇÃO (R\$)
		TOTAL DE VAGAS	RESERVA DE VAGAS*				
01	Agente Apontador	02	–	Ensino Fundamental Completo.	30h semanais 6h diárias	511,50	30,00
02	Auxiliar de Educador/Cuidador	60	6	Ensino Fundamental Completo e experiência de, no mínimo, 6 meses em atendimento a crianças e/ou adolescentes.	40h semanais 8h diárias	524,10	30,00
03	Motociclista	02	–	Ensino Fundamental Completo e CNH categoria A.	40h semanais 8h diárias	524,10	30,00
04	Motorista Carteira D	90	9	Ensino Fundamental Completo e CNH categoria D.	40h semanais 8h diárias	655,12	30,00
05	Assistente Administrativo	190	19	Ensino Médio Completo.	30h semanais 6h diárias	555,30	40,00
06	Assistente de Cadastro	07	1	Ensino Médio Completo.	30h semanais 6h diárias	736,44	40,00
07	Assistente de Comunicação	55	6	Ensino Médio Completo.	30h semanais 6h diárias	555,30	40,00
08	Assistente Executivo	23	3	Ensino Médio Completo.	30h semanais 6h diárias	736,44	40,00
09	Educador/Cuidador	50	5	Ensino Médio Completo e experiência comprovada de, no mínimo, 6 meses, em atendimento a crianças e adolescentes.	40h semanais 8h diárias	555,30	40,00



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO I

CÓDIGO DE INSCRIÇÃO, CARGOS, VAGAS, ESCOLARIDADE/EXIGÊNCIAS, JORNADA DE TRABALHO, VENCIMENTOS E TAXA DE INSCRIÇÃO

CÓDIGO DE INSCRIÇÃO	CARGOS/CLASSE	VAGAS		ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA E OUTRAS EXIGÊNCIAS DO CARGO**	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO BASE DO CARGO (R\$)	TAXA DE INSCRIÇÃO (R\$)
		TOTAL DE VAGAS	RESERVA DE VAGAS*				
10	Monitor de Informática	113	12	Ensino Médio Completo e experiência na área de Informática de, no mínimo, 6 meses.	30h semanais 6h diárias	555,30	40,00
11	Técnico Agrícola	01	–	Curso Técnico Agrícola e registro no órgão de classe.	30h semanais 6h diárias	793,28	50,00
12	Técnico Agrimensor	04	–	Curso Técnico em Agrimensura e registro no órgão de classe.	30h semanais 6h diárias	793,28	50,00
13	Técnico em Administração	13	1	Curso Técnico em Administração.	30h semanais 6h diárias	793,28	50,00
14	Técnico em Contabilidade	06	1	Curso Técnico em Contabilidade e registro no órgão de classe.	30h semanais 6h diárias	793,28	50,00
15	Técnico em Desenho	02	–	Curso Técnico em Desenho.	30h semanais 6h diárias	793,28	50,00
16	Técnico em Eletrônica	05	1	Curso Técnico em Eletrônica e registro no órgão de classe	30h semanais 6h diárias	793,28	50,00
17	Técnico em Estradas	02	–	Curso Técnico em Estradas. Registro no órgão de classe.	30h semanais 6h diárias	793,28	50,00
18	Técnico em Gestão de Meio Ambiente	01	–	Curso Técnico em Gestão Ambiental ou cursos similares	30h semanais 6h diárias	793,28	50,00
19	Técnico em Informática	11	1	Curso Técnico em Processamento de Dados.	30h semanais 6h diárias	793,28	50,00



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO I

CÓDIGO DE INSCRIÇÃO, CARGOS, VAGAS, ESCOLARIDADE/EXIGÊNCIAS, JORNADA DE TRABALHO, VENCIMENTOS E TAXA DE INSCRIÇÃO

CÓDIGO DE INSCRIÇÃO	CARGOS/CLASSE	VAGAS		ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA E OUTRAS EXIGÊNCIAS DO CARGO**	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO BASE DO CARGO (R\$)	TAXA DE INSCRIÇÃO (R\$)
		TOTAL DE VAGAS	RESERVA DE VAGAS*				
20	Técnico em Manutenção de Equipamento	04	–	Curso Técnico em Mecânica, Eletrotécnica ou Eletrônica e registro no órgão de classe, se for o caso.	30h semanais 6h diárias	793,28	50,00
21	Técnico em Segurança do Trabalho	02	–	Curso Técnico em Segurança do Trabalho, com registro na Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho (Ministério do Trabalho)	30h semanais 6h diárias	793,28	50,00
22	Administrador	06	1	Curso Superior de Administração, com registro no órgão de classe.	30h semanais 6h diárias	1.428,45	70,00
23	Administrador Rural	01	–	Curso Superior de Administração Rural, com registro no órgão de classe.	30h semanais 6h diárias	1.428,45	70,00
24	Analista de Administração Pública	10	1	Curso Superior de Administração Pública ou Curso Superior de Administração com especialização em Administração Pública e registro no órgão de classe.	30h semanais 6h diárias	1.428,45	70,00
25	Analista de Planejamento e Orçamento Público	10	1	Curso Superior de Planejamento Público ou Curso Superior de Administração, Ciências Econômicas ou Ciências Contábeis, com especialização em Planejamento Público e registro no órgão de classe.	30h semanais 6h diárias	1.428,45	70,00



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO I

CÓDIGO DE INSCRIÇÃO, CARGOS, VAGAS, ESCOLARIDADE/EXIGÊNCIAS, JORNADA DE TRABALHO, VENCIMENTOS E TAXA DE INSCRIÇÃO

CÓDIGO DE INSCRIÇÃO	CARGOS/CLASSE	VAGAS		ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA E OUTRAS EXIGÊNCIAS DO CARGO**	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO BASE DO CARGO (R\$)	TAXA DE INSCRIÇÃO (R\$)
		TOTAL DE VAGAS	RESERVA DE VAGAS*				
26	Analista de Segurança da Informação	01	–	Curso Superior na área de Tecnologia da Informação, Sistema de Informação ou Ciência da Informação.	30h semanais 6h diárias	1.428,45	70,00
27	Analista de Sistemas	11	1	Curso Superior Completo em Tecnologia da Informação, Sistema de Informação ou Ciência da Computação.	30h semanais 6h diárias	1.428,45	70,00
28	Arquiteto	08	1	Curso Superior de Arquitetura, com registro no órgão de classe.	30h semanais 6h diárias	1.428,45	70,00
29	Arquivista	01	–	Curso de Graduação em Arquivologia ou Biblioteconomia ou História ou Ciência da Informação ou Gestão da Informação, com registro no órgão de classe.	30h semanais 6h diárias	1.428,45	70,00
30	Assistente Social	02	–	Curso Superior de Serviço Social ou Assistência Social, com registro no órgão de classe.	30h semanais 6h diárias	1.428,45	70,00
31	Bibliotecário	06	–	Curso Superior de Biblioteconomia, com registro no órgão de classe.	30h semanais 6h diárias	1.428,45	70,00
32	Comunicador Social	07	1	Curso Superior de Comunicação Social, com registro no órgão de classe.	30h semanais 6h diárias	1.428,45	70,00



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO I

CÓDIGO DE INSCRIÇÃO, CARGOS, VAGAS, ESCOLARIDADE/EXIGÊNCIAS, JORNADA DE TRABALHO, VENCIMENTOS E TAXA DE INSCRIÇÃO

CÓDIGO DE INSCRIÇÃO	CARGOS/CLASSE	VAGAS		ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA E OUTRAS EXIGÊNCIAS DO CARGO**	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO BASE DO CARGO (R\$)	TAXA DE INSCRIÇÃO (R\$)
		TOTAL DE VAGAS	RESERVA DE VAGAS*				
33	Contador	03	–	Curso Superior de Ciências Contábeis ou Curso Superior de Contabilidade Pública, com registro no órgão de classe.	30h semanais 6h diárias	1.428,45	70,00
34	Educador Físico	20	2	Curso Superior de Educação Física (Bacharelado)	30h semanais 6h diárias	1.428,45	70,00
35	Engenheiro Agrimensor	01	–	Curso de Graduação em Engenharia de Agrimensura e registro no órgão de classe.	30h semanais 6h diárias	1.428,45	70,00
36	Engenheiro Agrônomo	01	–	Curso Superior de Agronomia, com registro no órgão de classe.	30h semanais 6h diárias	1.428,45	70,00
37	Engenheiro Ambiental	03	–	Curso Superior de Engenharia Ambiental, com registro no órgão de classe.	30h semanais 6h diárias	1.428,45	70,00
38	Engenheiro Civil	16	2	Curso Superior de Engenharia Civil, com registro no órgão de classe.	30h semanais 6h diárias	1.428,45	70,00
39	Engenheiro de Alimentos	03	–	Curso Superior de Engenharia de Alimentos, com registro no órgão de classe.	30h semanais 6h diárias	1.428,45	70,00
40	Engenheiro Florestal	01	–	Curso Superior de Engenharia Florestal, com registro no órgão de classe.	30h semanais 6h diárias	1.428,45	70,00



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO I

CÓDIGO DE INSCRIÇÃO, CARGOS, VAGAS, ESCOLARIDADE/EXIGÊNCIAS, JORNADA DE TRABALHO, VENCIMENTOS E TAXA DE INSCRIÇÃO

CÓDIGO DE INSCRIÇÃO	CARGOS/CLASSE	VAGAS		ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA E OUTRAS EXIGÊNCIAS DO CARGO**	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO BASE DO CARGO (R\$)	TAXA DE INSCRIÇÃO (R\$)
		TOTAL DE VAGAS	RESERVA DE VAGAS*				
41	Engenheiro em Segurança do Trabalho	02	–	Curso Superior de Engenharia, com Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, com registro no órgão de classe.	30h semanais 6h diárias	1.428,45	70,00
42	Farmacêutico Bioquímico	21	2	Curso de Graduação em Farmácia/Bioquímica, com registro no órgão de classe. Conhecimentos de Língua Inglesa.	20h semanais 4h diárias	952,30	70,00
43	Fisioterapeuta	07	1	Curso Superior de Fisioterapia, com registro no órgão de classe.	20h semanais 4h diárias	952,30	70,00
44	Fonoaudiólogo	14	2	Curso Superior de Fonoaudiologia, com registro no órgão de classe.	20h semanais 4h diárias	952,30	70,00
45	Geógrafo	01	–	Curso de Bacharelado em Geografia	30h semanais 6h diárias	1.428,45	70,00
46	Geólogo	02	–	Curso de Graduação em Geologia, Bacharelado em Ciência da Terra ou Engenharia Geológica, com registro no órgão de classe.	20h semanais 4h diárias	952,30	70,00
47	Musico Regente	01	–	Curso de Graduação em Música, com registro no órgão de classe.	20h semanais 4h diárias	952,30	70,00
48	Nutricionista	09	1	Curso de Graduação em Nutrição, com registro no órgão de classe.	20h semanais 4h diárias	952,30	70,00
49	Psicólogo	05	–	Curso Superior de Psicologia, com registro no órgão de classe.	30h semanais 6h diárias	1.428,45	70,00



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO I

CÓDIGO DE INSCRIÇÃO, CARGOS, VAGAS, ESCOLARIDADE/EXIGÊNCIAS, JORNADA DE TRABALHO, VENCIMENTOS E TAXA DE INSCRIÇÃO

CÓDIGO DE INSCRIÇÃO	CARGOS/CLASSE	VAGAS		ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA E OUTRAS EXIGÊNCIAS DO CARGO**	JORNADA DE TRABALHO	VENCIMENTO BASE DO CARGO (R\$)	TAXA DE INSCRIÇÃO (R\$)
		TOTAL DE VAGAS	RESERVA DE VAGAS*				
50	Psicólogo de Recursos Humanos	01	–	Curso Superior de Psicologia, com registro no órgão de classe.	30h semanais 6h diárias	1.428,45	70,00
51	Sociólogo	01	–	Curso Superior em Ciências Sociais.	30h semanais 6h diárias	1.428,45	70,00
52	Turismólogo	02	–	Curso Superior de Turismo.	30h semanais 6h diárias	1.428,45	70,00
TOTAL		820	83*				

* Vagas reservadas, do total do cargo, para portadores de deficiência que se inscreverem nos termos do subitem 3.2 do Edital.

** A escolaridade mínima exigida e os outros pré-requisitos para o exercício do cargo deverão ser comprovados por ocasião da posse. Para o exercício do cargo é necessário possuir sanidade física e mental compatível com as suas atribuições, comprovada por exames médicos, conforme necessidade do cargo.

Montes Claros/MG, 3 de março de 2010.

Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO IV PROGRAMA DAS PROVAS

ATENÇÃO: A bibliografia sugerida tem apenas o propósito de orientar o estudo dos candidatos, não excluindo, em hipótese alguma, outros livros que abranjam a matéria indicada para cada cargo.

CARGOS DE ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO (8ª SÉRIE)

**Agente Apontador
Auxiliar de Educador/Cuidador
Motociclista
Motorista Carteira D**

Provas: Língua Portuguesa, Matemática e Conhecimentos de Administração Pública

LÍNGUA PORTUGUESA

A prova constará de questões de interpretação de texto(s) de natureza diversa: descritivo, narrativo, dissertativo, e de diferentes gêneros como, por exemplo, poema, texto jornalístico, propaganda, charge, tirinha, etc. Nessas questões, além dos conhecimentos linguísticos gerais e específicos relativos à leitura e interpretação de um texto, tais como: apreensão da ideia central ou do objetivo do texto, identificação/análise de informações e/ou ideias expressas ou subentendidas, da estrutura ou organização do texto, da articulação das palavras, frases e parágrafos (coesão) e das ideias (coerência), das relações intertextuais, ilustrações ou gráficos, recursos sintáticos e semânticos, do efeito de sentido de palavras, expressões, ilustrações, também poderão ser cobrados os seguintes conteúdos gramaticais, no nível correspondente à 8ª série: divisão silábica, grafia de palavras, acentuação gráfica, concordância verbal e nominal; regência verbal e nominal; crase; pontuação; classes gramaticais (reconhecimento e flexões); estrutura e formação de palavras; sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos. Denotação e conotação. Figuras de linguagem.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

Gramáticas da Língua Portuguesa a que o candidato tenha mais fácil acesso, adaptadas ao Ensino Fundamental. Livros didáticos adotados nas escolas de 1º grau (5ª a 8ª séries).

MATEMÁTICA

1. Números: números primos, algoritmo da divisão. Sistemas de numeração. Critérios de divisibilidade. Máximo divisor comum (entre números inteiros). Mínimo múltiplo comum (entre números inteiros). 2. Conjuntos Numéricos: operações: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação nos conjuntos numéricos. Propriedades dessas operações. Médias (aritmética e ponderada). Módulo e suas propriedades. Desigualdades, Intervalos. Sistemas de medidas. 3. Proporcionalidade: razões e proporções: propriedades. Regra de três simples e composta. Regra de sociedade. Porcentagem. Juros simples e compostos. Descontos simples e compostos. 4. Funções: gráficos de funções: definição e representação. 5. Função afim: definição, valor numérico, gráfico, raízes, estudo dos sinais, gráficos. Equações e inequações do 1º grau. Sistema de equações do 1º grau. 6. Função quadrática: definição, valor numérico, gráfico, raízes, estudo dos sinais, gráficos. Equações e inequações do 2º grau. Equações biquadradas. 7. Expressões algébricas. Polinômios, algoritmos de divisão, produtos notáveis e fatoração. 8. Geometria Plana: curvas. Ângulos. Triângulos e quadriláteros. Igualdade e semelhança de triângulos. Relações métricas no triângulo retângulo. Trigonometria no triângulo retângulo e relações trigonométricas. Círculos e discos. Polígonos regulares e relações métricas. Feixes de retas. Áreas e perímetros. 9. Estatística básica: conceitos, coleta de dados, amostra. Gráficos e tabelas: interpretação. Distribuição de frequência. Médias, moda e mediana. 10. Probabilidades: espaço amostral. Experimentos aleatórios.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BIGODE, Antônio José Lopes. Matemática Hoje é Feita Assim. 5ª a 8ª séries. São Paulo: FTD, 2000. IMENES & LELLIS. Matemática. 5ª a 8ª séries. São Paulo: Scipione. 1997. Livros didáticos do Ensino Fundamental.

CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Conceito de administração pública. 2. Princípios básicos da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. 3. A probidade na administração pública. 4. Pessoas alcançadas pela Lei da Improbidade Administrativa. 5. A responsabilidade do servidor público. 6. Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Municipal (Lei Municipal nº 3.177, de 23 de dezembro de 2003). 7. Estatuto do Servidor Público do Município de Montes Claros (Lei Municipal nº 3.175/2003).

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

Constituição da República Federativa do Brasil. Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992 – Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos, nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, e dá outras providências. Lei Municipal nº 3.175/2003 – Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município de Montes Claros. Lei Municipal nº 3.177, de 23 de dezembro de 2003 – Institui o Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Municipal. Obs.: a Legislação Municipal pode ser encontrada em www.cotec.unimontes.br, www.montesclaros.mg.gov.br ou www.cmmoc.mg.gov.br.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

**EDITAL 2/2010 – ANEXO IV
PROGRAMA DAS PROVAS**

CARGOS ENSINO MÉDIO COMPLETO

Assistente Administrativo Assistente de Cadastro Assistente de Comunicação	Assistente Executivo Educador/Cuidador Monitor de Informática
---	--

Provas: Língua Portuguesa, Matemática e Conhecimentos de Administração Pública

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, compreensão e interpretação de textos de natureza diversa: descritivo, narrativo, dissertativo, e de diferentes gêneros, como, por exemplo, crônica, notícia, reportagem, editorial, artigo de opinião, texto argumentativo, informativo, normativo, charge, propaganda, ensaio, etc. As questões de texto verificarão as seguintes habilidades: identificar informações no texto; relacionar uma informação do texto com outras informações oferecidas no próprio texto ou em outro texto; relacionar uma informação do texto com outras informações pressupostas pelo contexto; analisar a pertinência de uma informação do texto em função da estratégia argumentativa do autor; depreender de uma afirmação explícita outra afirmação implícita; identificar a ideia central de um texto; estabelecer relações entre ideia principal e ideias secundárias; inferir o sentido de uma palavra ou expressão, considerando: o contexto e/ou universo temático e/ou a estrutura morfológica da palavra (radical, afixos e flexões); relacionar, na análise e compreensão do texto, informações verbais com informações de ilustrações ou fatos e/ou gráficos ou tabelas e/ou esquemas; relacionar informações constantes do texto com conhecimentos prévios, identificando situações de ambiguidade ou de ironia, opiniões, valores implícitos e pressuposições. Habilidade de produção textual. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua. As questões de gramática serão baseadas em texto(s) e abordarão os seguintes conteúdos: Fonética: acento tônico, sílaba, sílaba tônica; ortoépia e prosódia. Ortografia: divisão silábica; acentuação gráfica; correção ortográfica. Morfologia: estrutura dos vocábulos: elementos mórficos; processos de formação de palavras: derivação, composição e outros processos; classes de palavras: classificação, flexões nominais e verbais, emprego. Sintaxe: teoria geral da frase e sua análise: frase, oração, período, funções sintáticas; concordância verbal e nominal; regência nominal e verbal, crase; colocação de pronomes: próclise, mesóclise, ênclise (em relação a um ou a mais de um verbo). Semântica: antônimos, sinônimos, homônimos e parônimos. Denotação e conotação. Figuras de linguagem. Pontuação: emprego dos sinais de pontuação.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ABAURRE, Maria Luíza; PONTARA, Marcela Nogueira. Coleção base: português – volume único. São Paulo: Moderna. CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Nacional. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática. INFANTE, Ulisses. Curso de gramática aplicada aos textos. São Paulo: Scipione. ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio.

Observação: Para o conteúdo gramatical, a bibliografia indicada serve como sugestão, podendo o candidato recorrer a outras gramáticas que lhe forem mais acessíveis. O candidato poderá recorrer também a livros didáticos adotados nas escolas de Ensino Médio (2º grau).

MATEMÁTICA

1. Sistemas de numeração. Número primo, algoritmo da divisão. Critérios de divisibilidade. Máximo divisor comum (entre números inteiros). Mínimo múltiplo comum (entre números inteiros). 2. Conjuntos Numéricos: operações: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação nos conjuntos numéricos. Propriedades dessas operações. Médias (aritmética e ponderada). Módulo. Desigualdades. Intervalos. Sistemas de medida. 3. Proporcionalidade: razões e proporções: propriedades. Regra de três simples e composta. Percentagem. Juros simples. 4. Relações e Funções: relações binárias. Domínio, contradomínio, imagem direta de funções. Gráficos de relações. Funções: definição e representação. Funções crescentes, decrescentes e periódicas. Função inversa. 5. Números Complexos: módulo, argumento, forma algébrica. Operações com números complexos: adição subtração, multiplicação, divisão e potenciação. 6. Polinômios: conceitos. Funções afins, lineares e quadráticas – propriedades, raízes, gráficos. Equações biquadradas. Adição e multiplicação de polinômio. Algoritmos de divisão. Fatoração. Equações polinomiais. Relações entre coeficientes e raízes. Raízes reais e complexas. Raízes racionais e polinômios com coeficientes inteiros. 7. Exponenciais e Logaritmos: funções exponenciais e logarítmicas; propriedades e gráficos. Mudança de base. Equações e inequações exponenciais e logarítmicas. 8. Trigonometria no triângulo retângulo. Funções trigonométricas: seno, cosseno, tangente, cotangente; propriedades e gráficos. Equações trigonométricas. 9. Sequências: progressões aritméticas: termo geral, soma dos termos, relação entre dois termos, propriedades. Progressões geométricas: termo geral, relação entre dois termos, soma e produto dos termos, propriedades. 10. Análise Combinatória: princípio fundamental da contagem. Arranjos, permutações e combinações simples e com repetições. Binômio de Newton. Triângulo de Pascal. 11. Matrizes e Sistemas Lineares: operações com matrizes: adição, subtração e multiplicação. Propriedades dessas operações. Sistemas lineares e matrizes. Resolução, discussão e interpretação geométrica de sistemas lineares. 12. Geometria Plana: curvas. Ângulos. Triângulos e quadriláteros. Igualdade e semelhança de triângulos. Relações métricas nos triângulos. Círculos e discos. Polígonos regulares e relações métricas. Feixes de retas. Áreas e perímetros. 13. Geometria Espacial: retas e planos no espaço: paralelismo e perpendicularidade entre retas, entre retas e planos e entre planos. Prismas e pirâmides. Cálculo de áreas e volumes. Cilindro, cone, esfera e bola: cálculo de áreas e volumes. Poliedros e relação de Euler. 14. Geometria Analítica: coordenadas cartesianas. Equações e gráficos. Distância entre dois pontos. Estudo da equação da reta: interseções de duas ou mais retas (no plano). Retas paralelas e perpendiculares, feixes de retas. Distância de um ponto a uma reta, áreas



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO IV

PROGRAMA DAS PROVAS

de triângulos, circunferências e círculos. 15. Estatística básica: conceito, coleta de dados, amostra. Gráficos e tabelas: interpretação. Média (aritmética simples e ponderada), moda e mediana. Desvio padrão. 16. Probabilidades: espaço amostral. Experimentos aleatórios. Probabilidades.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

KÁTIA & ROKO. Matemática. V. 1, 2, 3. São Paulo: Saraiva, 1995. PAIVA, Manoel Rodrigues. Matemática. V. 1, 2, 3, São Paulo. 1995. Livros Didáticos do Ensino Fundamental e Médio.

CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Conceito de administração pública 2. Princípios básicos da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. 3. A probidade na administração pública. 4. Pessoas alcançadas pela Lei da Improbidade Administrativa. 5. A responsabilidade do servidor público. 6. Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Municipal (Lei Municipal nº 3.177, de 23 de dezembro de 2003). 7. Estatuto do Servidor Público do Município de Montes Claros (Lei Municipal nº 3.175/2003).

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

Constituição da República Federativa do Brasil. Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992 – Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos, nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, e dá outras providências. Lei Municipal nº 3.175/2003 – Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município de Montes Claros. Lei Municipal nº 3.177, de 23 de dezembro de 2003 – Institui o Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Municipal. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 20. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1992. PAZZAGLINI FILHO, M. Princípios constitucionais reguladores da administração pública. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Obs.: A Legislação Municipal pode ser encontrada em www.cotec.unimontes.br, www.montesclaros.mg.gov.br, www.cmmoc.mg.gov.br.

CARGOS DE ENSINO MÉDIO TÉCNICO

(conforme especificado nos Anexos I e II do Edital)

Técnico Agrícola Técnico Agrimensor Técnico em Administração Técnico em Contabilidade	Técnico em Desenho Técnico em Eletrônica Técnico em Estradas Técnico em Gestão de Meio Ambiente	Técnico em Informática Técnico em Manutenção de Equipamento Técnico em Segurança do Trabalho
--	--	--

Provas: Língua Portuguesa, Conhecimentos Específicos e Conhecimentos de Administração Pública

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, compreensão e interpretação de textos de natureza diversa: descritivo, narrativo, dissertativo, e de diferentes gêneros, como, por exemplo, crônica, notícia, reportagem, editorial, artigo de opinião, texto argumentativo, informativo, normativo, charge, propaganda, ensaio, etc. As questões de texto verificarão as seguintes habilidades: identificar informações no texto; relacionar uma informação do texto com outras informações oferecidas no próprio texto ou em outro texto; relacionar uma informação do texto com outras informações pressupostas pelo contexto; analisar a pertinência de uma informação do texto em função da estratégia argumentativa do autor; depreender de uma afirmação explícita outra afirmação implícita; identificar a ideia central de um texto; estabelecer relações entre ideia principal e ideias secundárias; inferir o sentido de uma palavra ou expressão, considerando: o contexto e/ou universo temático e/ou a estrutura morfológica da palavra (radical, afixos e flexões); relacionar, na análise e compreensão do texto, informações verbais com informações de ilustrações ou fatos e/ou gráficos ou tabelas e/ou esquemas; relacionar informações constantes do texto com conhecimentos prévios, identificando situações de ambiguidade ou de ironia, opiniões, valores implícitos e pressuposições. Habilidade de produção textual. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua. As questões de gramática serão baseadas em texto(s) e abordarão os seguintes conteúdos: Fonética: acento tônico, sílaba, sílaba tônica; ortoépia e prosódia. Ortografia: divisão silábica; acentuação gráfica; correção ortográfica. Morfologia: estrutura dos vocábulos: elementos mórficos; processos de formação de palavras: derivação, composição e outros processos; classes de palavras: classificação, flexões nominais e verbais, emprego. Sintaxe: teoria geral da frase e sua análise: frase, oração, período, funções sintáticas; concordância verbal e nominal; regência nominal e verbal, crase; colocação de pronomes: próclise, mesóclise, ênclise (em relação a um ou a mais de um verbo). Semântica: antônimos, sinônimos, homônimos e parônimos. Denotação e conotação. Figuras de linguagem. Pontuação: emprego dos sinais de pontuação.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ABAURRE, Maria Luíza; PONTARA, Marcela Nogueira. Coleção base: português – volume único. São Paulo: Moderna. CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Nacional. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática. INFANTE, Ulisses. Curso de gramática aplicada aos textos. São Paulo: Scipione. ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio.

Observação: Para o conteúdo gramatical, a bibliografia indicada serve como sugestão, podendo o candidato recorrer a outras gramáticas que lhe forem mais acessíveis. O candidato poderá recorrer também a livros didáticos adotados nas escolas de Ensino Médio (2º grau).



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO IV PROGRAMA DAS PROVAS

CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Conceito de administração pública 2. Princípios básicos da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. 3. A probidade na administração pública. 4. Pessoas alcançadas pela Lei da Improbidade Administrativa. 5. A responsabilidade do servidor público. 6. Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Municipal (Lei Municipal nº 3.177, de 23 de dezembro de 2003). 7. Estatuto do Servidor Público do Município de Montes Claros (Lei Municipal nº 3.175/2003).

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

Constituição da República Federativa do Brasil. Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992 – Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos, nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, e dá outras providências. Lei Municipal nº 3.175/2003 – Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município de Montes Claros. Lei Municipal nº 3.177, de 23 de dezembro de 2003 – Institui o Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Municipal. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 20. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1992. PAZZAGLINI FILHO, M. Princípios constitucionais reguladores da administração pública. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Obs.: A Legislação Municipal pode ser encontrada em www.cotec.unimontes.br, www.montesclaros.mg.gov.br, www.cmmoc.mg.gov.br.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – TÉCNICO AGRÍCOLA

1. Amostragem, manejo e conservação do solo. 2. Cultivo de milho e feijão. 3. Práticas culturais de cucurbitáceas, tomate e cebola. 4. Manejo cultural de banana, manga, abacaxi e maracujá. 5. Manejo da irrigação na agricultura. 6. Manejo integrado de pragas na agricultura. 7. Controle e manejo de doenças na agricultura. 8. Suínos e Aves. 9. Bovinocultura de corte. 10. Bovinocultura de leite.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BERGAMIN FILHO, A. et al. (Editores). Manual de Fitopatologia. 3. ed. São Paulo: Agronômica Ceres, 1995-1997. 2 v.: il. GALLO, D. et al. Manual de Entomologia Agrícola. São Paulo: Agronômica Ceres, 1978. 531 p. (Ceres; v. 3). BERNARDO, S. Manual de irrigação. 6. ed. Viçosa: UFV, 1995. 657 p. SIMÃO, S. Tratado de Fruticultura. Piracicaba: FEALQ, 1998. 760 p. JARDIM, W. R. Curso de Bovinocultura. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 2001, 518 p. Instituto Campineiro de Ensino Agrícola. Curso de Avicultura. 4. ed. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1977, 331 p. Instituto Campineiro de Ensino Agrícola. Curso de Suinocultura. 5. ed. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1987, 295 p. CRUZ, J. C. et al. (Editores) Recomendações técnicas para o cultivo do milho. 2. ed. Brasília: Embrapa, 1996. 204 p. VIEIRA, C.; Paula Jr., T. J.; Borém, A. (Editores) Feijão: Aspectos gerais e cultura no Estado de Minas Gerais. Viçosa: UFV, 1998. 596 p. FILGUEIRA, F. A. R. Novo Manual de Olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. Viçosa: UFV, 2000. 402 p. RIBEIRO, A. C.; Guimarães, P. T. G; Vargas, V. H. A. Recomendações para uso de corretivos e fertilizantes no Estado de Minas Gerais: 5a. Aproximação. Viçosa: CFSEMG, 1999. 359 p. BONILLA, J. A. Fundamentos da agricultura ecológica: sobrevivência e qualidade de vida. São Paulo: Nobel, 1992. 260 p. VAN RAIJ, B. Fertilidade do solo e adubação. São Paulo: Agronômica Ceres, 1991. (Ceres; v. 60), 343 p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – TÉCNICO AGRIMENSOR

Topografia. Geodésia. Batimetria. Cartografia. Fotogrametria. Cadastro Técnico Municipal. Sistemas de Informações Geográficas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ANDRADE, José Bittencourt de. Navstar – GPS. Curitiba: UFP, 1988. 62 p. CARDÃO, Celso. Topografia. Belo Horizonte: Arquitetura e Engenharia. DUARTE, Paulo Araújo. Fundamentos de cartografia. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2002. ESPARTEL, Lélis; LUDERITZ, João. Caderneta de campo. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1970. 655 p. Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 13.133 – Execução de Levantamentos Topográficos. MARTINELLI, Marcello. Curso de cartografia temática. São Paulo: Contexto, 1991. 180 p. SILVA, Antônio José Prata Amado da. O uso do GPS nas medições geodésicas de curta distância. Curitiba: (s.n.), 1991. 180 p. XEREZ, Carvalho. Topografia geral: topografia, fotogrametria, elementos de geodésia e de astronomia geodésia. [s. l.]: Técnica, 1947. 2v. Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 14.166 – Rede de Referência Cadastral Municipal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

Empresas: conceitos, localização e concentração. Administração e organização: conceitos, princípios. Escolas: administração científica e teoria clássica, tipos de organização, liderança e organização formal e informal. Administração de pessoal: funções gerais, cargo – conceito, desenho de cargo – conceito, descrição de cargo, análise de cargo, treinamento e política salarial. Administração de material: conceitos, estrutura organizacional, compras, gestão de estoques e armazenamento. O&M: gráficos da organização, O&M na empresa, centralização x descentralização. Gestão pela qualidade total: melhoria contínua, Kaizen, qualidade total, gerenciamento da qualidade total, técnica de qualidade total.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. São Paulo: Makron Books, 1993. CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e recursos patrimoniais. São Paulo: Saraiva, 2004. MONTANA, Patrick & CHARNOV, Bruce H. Administração – um modo fácil de dominar conceitos básicos. São Paulo: Saraiva, 1998.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO IV

PROGRAMA DAS PROVAS

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – TÉCNICO EM CONTABILIDADE

1. Contabilidade Pública: Conceitos gerais; Campo de aplicação; Regimes contábeis; Técnicas de registro e de lançamentos contábeis; Plano de contas; Balanço orçamentário, financeiro e patrimonial; Demonstração das variações patrimoniais. 2. Orçamento Público: Conceitos gerais; Processo de planejamento; Princípios; Ciclo orçamentário; Orçamento por programas. 3. Receita Pública: Conceito; Classificação; Estágios; Escrituração contábil; Dívida ativa. 4. Despesa Pública: Conceito; Classificação; Licitação; Estágios. 5. Restos a Pagar. 6. Dívida Pública. 7. Regime de Adiantamento: Conceito; Finalidades; Controle dos adiantamentos. 8. Patrimônio Público: Conceito; Bens, direitos e obrigações das Entidades Públicas; Variações patrimoniais; Variações ativas e passivas. 9. Créditos Adicionais: Conceito; Classificação; Autorização e abertura; Vigência; Indicação e especificação de recursos. 10. Lei de Responsabilidade Fiscal. 11. Prestação e tomada de contas. 11. Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

AGUILAR, A. M. et al. Planejamento governamental de municípios: plano plurianual, Lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. AMORIM, F. A. et al. Lei de responsabilidade fiscal para os municípios: uma abordagem prática. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007. ANDRADE, N. A. Contabilidade pública na gestão municipal. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007. ANGÉLICO, J. Contabilidade pública. 8 ed. São Paulo: Atlas, 1994. CRUZ, Flávio et al. Lei de responsabilidade fiscal comentada: Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009. KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2006. MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e contrato administrativo. 14 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007. PISCITELLI, R. B. et al. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. SILVA, L. M. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004. SLOMSKI, V. Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003. Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público. (<http://www.cfc.org.br>). Lei Complementar nº 101/2000 (atualizada). Lei nº 4.320/64 (atualizada). Lei nº 8.666/93 e suas alterações (atualizada).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – TÉCNICO EM DESENHO

Papel: Formatos de papel utilizados para desenho técnico; legendas, letras e anotações em desenho técnico; Representação das figuras; dimensionamento; escalas: gráficas e numéricas; fator de escala; desenho arquitetônico: planta baixa, planta de telhado: cotagem ou dimensionamento; convenções arquitetônicas; cortes; fachada; planta de situação; perspectiva isométrica e exata; luz e sombras; letreiros; desenho geométrico; representações gráficas; desenhos para fins de imprensa; preparação de figuras para livros, revistas, catálogos e outros: impressões, reduções fotográficas; tipo de escrita a ser empregada – espessura de traços em mm e tamanho da escrita dos desenhos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BACHMANN, Albert. Desenho Técnico. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1976. FERLINI, Paulo de Barros. Normas para Desenho Técnico. Porto Alegre: Ed. Globo; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1981. OBERG, L. Desenho Arquitetônico. Rio de Janeiro: Ed. Ao Livro Técnico, 1997. UNTAR, Jafar; JENTZSCH, Rolf. Desenho Arquitetônico. Viçosa: Imprensa Universitária, 1987.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – TÉCNICO EM ELETRÔNICA

Conhecimentos básicos necessários: Lei de Ohm, corrente contínua e alternada; Tabela de condutores, uso e interpretação; Temperatura e resistência elétrica, coeficiente de temperatura, resistores e medição de resistências; Capacitor e indutor, circuitos resistivos com capacitores e indutores; Impedância; Circuitos monofásicos, potências e fator de potência; Circuitos trifásicos, potências, ligação de cargas, estrela e triângulo; Transformadores, tipos e aplicações; Motores, corrente contínua e corrente alternada; Motores de indução, campo pulsante e campo girante, identificação e parâmetros principais de uso; partida de motores, direta, estrela/triângulo e compensadora de partida; Aterramentos, tipos e aplicações; Proteção de aparelhos eletrônicos, proteção contra surtos e descargas atmosféricas, conservação de energia; Multímetro, aplicações.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

Instalações Elétricas. Ademaro A. M. B. Cotrim. Ed. Makron Books – 4. ed. Instalações Elétricas. Hélio Creder. Ed. LTC Livros técnicos – 14. ed. 2000.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – TÉCNICO EM ESTRADAS

MECÂNICA DE SOLOS. Investigação de solos; Poços de exploração; Sondagem a trado; Sondagem à percussão; Sondagem rotativa; Boletim de sondagem; Estrutura dos solos e Fases do solo. Ensaio de Solos: análise granulométrica (peneiramento simples e sedimentação); métodos de obtenção da umidade do solo; limite de plasticidade, liquidez e de contração, densidade real dos grãos do solo. Resistência dos solos: Compactação no laboratório; Índice de Suporte Califórnia (CBR); Determinação da densidade aparente "in situ". Classificação do solo: do Public Roads; Casagrande, Highway Research Board. CONCRETO-CIMENTO. Cimento: composição química; hidratação do cimento; grau de moagem; estabilidade de volume; calor de hidratação, resistência aos esforços mecânicos. Agregado: agregados graúdos e miúdos; definição e classificação; obtenção de agregados; filler; massa específica e peso unitário; inchamento; granulometria; material pulverulento; impurezas orgânicas; substâncias nocivas; formas dos grãos; módulo de finura, diâmetro máximo. Dosagem e propriedades do concreto: água de amassamento; aditivos; ensaio de consistência (Slump-Test); exsudação; massa específica; resistência aos esforços mecânicos; permeabilidade e absorção; deformações; quantidade de cimento; proporção entre os agregados; quantidade de água; cálculo do traço; fundamentos da dosagem experimental, mistura, transporte, lançamento, adensamento e cura do concreto. Centrais e Usinas. Controle Tecnológico do Concreto: verificação do consumo de cimento; verificação da resistência aos esforços mecânicos – processos destrutivos. MATERIAIS



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO IV

PROGRAMA DAS PROVAS

BETUMINOSOS. Ensaio de Cimento Asfáltico de Petróleo: viscosidade Saybolt-Furol; ponto de fulgor; ponto de amolecimento (anel e bola); ensaio de espuma; ensaio de penetração. Ensaio de Asfaltos Diluídos: viscosidade Saybolt-Furol; ensaio de ponto de fulgor; ensaio de destilação. Ensaio de Emulsões Asfálticas: viscosidade Saybolt-Furol; resíduo por evaporação; peneiramento, sedimentação. Ensaio de Agregados para Asfalto. Ensaio de agregados Graúdos: granulometria por peneiramento; determinação de massa específica real e aparente; desgaste à abrasão (Los Angeles); índice de forma; adesividade; material pulverulento; determinação de impurezas orgânicas; absorção dos grãos, diâmetro máximo. Ensaio de agregados miúdos: granulometria por peneiramento; Determinação de massa específica real e aparente; equivalente de areia; e módulo de finura. Ensaio de Concreto Asfáltico: enquadramento de agregados pelo método das tentativas; método MARSHALL; extração de betume; determinação de densidade aparente de corpos de prova. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

CAPUTO, Homero Pinto. Mecânica dos solos. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988. 1 v. PETRUCCI, Eladio G.R. Concreto de cimento portland. 13. ed. São Paulo: Globo, 1998. 307 p. SENÇO, Wlastermiler de. Manual de técnicas de pavimentação. 1. ed. São Paulo: Pini, 1997. 746 p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – TÉCNICO EM GESTÃO DE MEIO AMBIENTE

Ecologia e ecossistemas brasileiros. Noções de meteorologia e climatologia. Noções de hidrologia. Noções de geologia e solos. Qualidade do ar, poluição atmosférica e controle de emissões. Qualidade da água, poluição hídrica e tecnologias de tratamento dos efluentes. Qualidade do solo e da água subterrânea, gerenciamento de resíduos sólidos. Legislação ambiental. Política ambiental e desenvolvimento sustentável. Avaliação de impactos ambientais. Gestão ambiental. Planejamento ambiental, planejamento territorial, vocação e uso do solo, urbanismo. Meio ambiente e sociedade. Gestão integrada de meio ambiente, saúde e segurança industrial. Noções de saúde pública, epidemiologia e saneamento. Sistemas de abastecimento de água. Qualidade da água. Tratamento de água de abastecimento. Controle de poluição da água. Sistemas de esgotos sanitários. Tratamento de águas residuárias. Resíduos sólidos e limpeza pública. Controle de poluição do ar. Saúde ambiental e repercussões na saúde individual e coletiva. Mapeamento de riscos – ações de saúde, de segurança do trabalho e dos agentes funcionais – campanhas de prevenção de saúde, planejamento, implantação e execução de programa. Epidemiologia. Zoonoses.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BARROS, R.T.V.; CHERNICHARO, C.A.L.; HELLER, L.; VON SPERLING, M. (Eds) (1995). Manual de saneamento e proteção para apoio aos municípios (Volume 2). Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental – DESA – UFMG / Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM. Brasil. Fundação Nacional de Saúde. Manual de saneamento. 3. ed. rev. – Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2004. BRASIL. Ministério da Saúde. Organização Pan-americana da Saúde. Avaliação de impacto na saúde das ações de saneamento: marco conceitual e estratégia metodológica. Organização Pan-americana da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – TÉCNICO EM INFORMÁTICA

1. Conceitos Fundamentais de Hardware e Software 1.1 Tipos de Computadores. 1.2 Números Binários (Sufixos). 1.3 Estrutura dos Micros Padrão PC: Processador (CPU), Memória Principal (RAM, Cache, ROM), Memória de Massa (secundária), Tipos de Meios de Armazenamento, Princípios Básicos de Armazenamento de Dados (Formatação, Sistema FAT, Particionamento, Boot), Dispositivos de Entrada e Saída (inclusive conectores) 1.4 Software: Conceito e Classificação. 2. Microsoft Windows 2000: Características, Principais Funções, Programas Acessórios, Instalação e Manutenção do Windows, Instalação de Periféricos no Windows (Plug-and-Play ou não), Instalação de Programas no Windows, Requisitos de Sistema, Programas Comerciais, Shareware e Freeware, Licenças de Software, Versões e Registro de Software, Configuração (Painel de Controle), Gerenciador de Arquivos (Windows Explorer). 3. Utilitários (Softwares para Recuperação de Dados, Compactadores, Antivírus, Desfragmentadores de Disco e Softwares de Backup) 3.1 Processador de Texto: Barra de menu e barra de ferramentas, edição de texto; formatação em nível de caractere, parágrafo e documento; outros recursos: tabelas, estilos, gráficos, desenhos, mala direta, índices, modelos, notas de rodapé e figuras. 3.2 Planilha Eletrônica: Barra de menu e barra de ferramentas; Edição e Formatação de Pastas/Panilhas/Células; Fórmulas, Funções e Gráficos. 3.3 Software de Apresentação: Barra de menu e barra de ferramentas; Edição e Formatação de Slides, Efeitos de Animação e Transição, Botões de Ação, Slide Mestre, Importação/Manipulação de Figuras (Cliparts, Autoformas e Organogramas), Modos de Exibição (Slide, Estrutura de Tópicos, Classificação de Slides, Anotações e Apresentação de Slides). 4. Banco de Dados: Conceitos Básicos e Funcionamento; Barra de menu e barra de ferramentas; Tabelas, Formulários, Consultas e Relatórios. 5. Internet: WWW, E-mail, browser (Internet Explorer 5.5 – Barra de Ferramentas/Menu), FTP, HTML, Chat, News. 6. Algoritmos, Estrutura de Dados e Linguagem de Programação 6.1 Elementos Fundamentais: Tipos Primitivos, Constantes e Variáveis, Expressões Lógicas e Aritméticas, Comandos de Atribuição, Comandos de Entrada e Saída, Blocos, Estruturas de Controle (Estrutura Sequencial, Estrutura de Seleção e Estrutura de Repetição). 6.2 Estruturas de Dados: Variáveis Compostas Homogêneas (Unidimensionais e Multidimensionais), Variáveis Compostas Heterogêneas (Registros, Registro de Conjuntos e Conjunto de Registros), Listas Lineares (Definição, Operações, Representações, Listas com descritor e Listas duplamente encadeadas), Pilhas (Definição e Operações) e Filas (Definição e Operações). 6.3 Modularização de algoritmos: Módulos (procedimentos e funções), Escopo de variáveis, Passagem de Parâmetros e Recursividade. 6.4 Classificação de Dados (Métodos de Classificação Interna, Método de Inserção Direta, Método da Bolha e Método de Seleção Direta. 6.5 Pesquisa de Dados (Pesquisa Sequencial, Pesquisa Binária e Cálculo de Endereço (hashing). Alocação Dinâmica x Alocação Estática. 6.6 Linguagem de Programação: Tipos de Dados, Estrutura de um programa, Comandos de Entrada e Saída, Comandos de Seleção,



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO IV

PROGRAMA DAS PROVAS

Comandos de Repetição, Arrays, Subprogramação: (Functions e Procedures), Records e Arquivos. Processo de Compilação e Execução de programas em linguagens estruturadas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ALBUQUERQUE, Fernando. TCP/IP Internet Programação de Sistemas Distribuídos: HTML, Javascript e Java. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2001. GUIMARÃES; LAGE. Introdução à Ciência da Computação. Rio de Janeiro: LTC, 1985. MACHADO, F.B.; MAIA, L.P. Introdução à arquitetura de sistemas operacionais. Rio de Janeiro: LTC. MEYER, Marilyn et al. Nosso Futuro e o Computador. Porto Alegre: Bookman, 2000. O'BRIEN, J.A. Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da Internet. São Paulo: Saraiva, 2001. TANENBAUM, A.S. Organização estruturada de computadores. Prentice Hall do Brasil, 2000. TANENBAUM, A.S. Sistemas operacionais modernos. Guanabara Koogan. TANEBAUM, Andrew S. Organização estruturada de computadores. Rio de Janeiro: Prentice Hall, 1992. TANEBAUM, Andrew S. Sistemas operacionais modernos. São Paulo: Prentice Hall, 2003. FORBELLONE, André Luiz Villar; EBERSPACHER, Henri Frederico. Lógica de Programação: A construção de Algoritmos e Estruturas de Dados. São Paulo: Makron Books, 2000. TORRES, Gabriel. Hardware: Curso Completo. Rio de Janeiro: Axcel Books, 1998. VELLOSO, Paulo et al. Estruturas de Dados. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO

Grandezas elétricas; Circuitos elétricos; Lei Ohm; Circuitos elétricos CC (série, paralelo e misto); Circuitos elétricos CA; Sistemas trifásicos; Potência elétrica; Capacitância; Indutância; Circuitos RC, RL e RLC; Utilização de instrumentos de teste e medição (fonte de alimentação, gerador de sinais, multímetro, osciloscópio); Noções de Instalação elétrica predial (análise de carga, dimensionamento de condutores, ligações, sistemas de proteção; aterramento); Diodos; Circuitos com diodos; Diodo Zener; Circuito regulador de tensão com Zener; Diodos especiais; Transistor bipolar (BJT); Circuito transistor como chave; Circuito transistor como fonte de corrente; Pré-amplificadores; Amplificadores de potência. Sistemas de Numeração (binário, octal, hexadecimal); Circuitos Lógicos Básicos; Famílias Lógicas (TTL, CMOS); Circuitos combinatórios; Circuitos Aritméticos; FLIP-FLOP'S; Circuitos sequenciais. Memórias; Noções de Microprocessadores e Microcontroladores. Manutenção de equipamentos Médico-Hospitalares.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ALBUQUERQUE, Rômulo Oliveira. Análise de Circuitos em Corrente Alternada. São Paulo: Érica. ALBUQUERQUE, Rômulo Oliveira, Análise de Circuitos em Corrente Contínua. São Paulo: Érica. BOYLESTAD, Robert L. Dispositivos eletrônicos e teoria de circuitos. São Paulo: Prentice-Hall do Brasil. CAPUANO, Francisco G. e IDOETA, Ivan Valeije. Elementos de Eletrônica Digital. São Paulo: Érica. EDMINISTER, Joseph A. Circuitos elétricos, Coleção Shawn. São Paulo: Mc Graw-Hill. MALVINO, Albert Paul. Eletrônica Digital – Princípios e aplicações. Volumes 1 e 2. São Paulo. Makron Books. MALVINO, Albert Paul. Eletrônica. Volumes 1 e 2. São Paulo: Makron Books. MARKUS, Otávio. Circuitos com Diodos e Transistores. São Paulo: Érica. ERNESTO F.F. Ramírez; Elizabeth C. Caldas e Paulo R. dos Santos Jr. – Manual hospitalar e manutenção preventiva. Londrina, EDUEL, 2002.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

Estatística aplicada ao controle de acidentes – Cadastro de acidentes. Equipamentos de Proteção Individual. Riscos profissionais – Acidentes de trabalho. Organização e administração dos setores de segurança do trabalho. Ergonomia. Insalubridade e periculosidade. Higiene do trabalho. PPRA. PPP. Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

COUTO, H.A. Ergonomia aplicada ao trabalho em 18 lições. BH-ERGO 2002. Higiene do Trabalho e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, Saliba, T.M. e col. 2. ed. São Paulo: Editora LTR. 1998. Insalubridade e Periculosidade Aspectos Técnicos e Práticos, Saliba, T.M., Correa. M.A.C; 4. ed. São Paulo: Editora LTR. 1998. Legislação Previdenciária – Site www.mpas.gov.br. Legislação Trabalhista – site www.mte.gov.br. Manual de Legislação Atlas. Ed. Atlas 54. ed. 2004. Normas Regulamentadoras. PORTO, M.F.S. Análise de riscos nos locais de trabalho. São Paulo: INST/CUT. Site www.instcut.org.br. BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

**EDITAL 2/2010 – ANEXO IV
PROGRAMA DAS PROVAS**

**CARGOS DE ENSINO SUPERIOR
(conforme especificado nos Anexos I e II do Edital)**

Administrador Administrador Rural Analista de Administração Pública Analista de Planejamento e Orçamento Público Analista de Segurança da Informação Analista de Sistemas Arquiteto Arquivista Assistente Social	Bibliotecário Comunicador Social Contador Educador Físico Engenheiro Agrimensor Engenheiro Agrônomo Engenheiro Ambiental Engenheiro Civil Engenheiro de Alimentos Engenheiro Florestal Engenheiro em Segurança do Trabalho	Farmacêutico Bioquímico Fisioterapeuta Fonoaudiólogo Geógrafo Geólogo Músico Regente Nutricionista Psicólogo Psicólogo de Recursos Humanos Sociólogo Turismólogo
---	---	---

Provas desses cargos: Língua Portuguesa, Conhecimentos Específicos e Conhecimentos de Administração Pública

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, compreensão e interpretação de textos de natureza diversa: descritivo, narrativo, dissertativo, e de diferentes gêneros, como, por exemplo, crônica, notícia, reportagem, editorial, artigo de opinião, texto argumentativo, informativo, normativo, charge, propaganda, ensaio, etc. As questões de texto verificarão as seguintes habilidades: identificar informações no texto; relacionar uma informação do texto com outras informações oferecidas no próprio texto ou em outro texto; relacionar uma informação do texto com outras informações pressupostas pelo contexto; analisar a pertinência de uma informação do texto em função da estratégia argumentativa do autor; depreender de uma afirmação explícita outra afirmação implícita; identificar a ideia central de um texto; estabelecer relações entre ideia principal e ideias secundárias; inferir o sentido de uma palavra ou expressão, considerando: o contexto e/ou universo temático e/ou a estrutura morfológica da palavra (radical, afixos e flexões); relacionar, na análise e compreensão do texto, informações verbais com informações de ilustrações ou fatos e/ou gráficos ou tabelas e/ou esquemas; relacionar informações constantes do texto com conhecimentos prévios, identificando situações de ambiguidade ou de ironia, opiniões, valores implícitos e pressuposições. Habilidade de produção textual. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua. As questões de gramática serão baseadas em texto(s) e abordarão os seguintes conteúdos: Fonética: acento tônico, sílaba, sílaba tônica; ortoépia e prosódia. Ortografia: divisão silábica; acentuação gráfica; correção ortográfica. Morfologia: estrutura dos vocábulos: elementos mórficos; processos de formação de palavras: derivação, composição e outros processos; classes de palavras: classificação, flexões nominais e verbais, emprego. Sintaxe: teoria geral da frase e sua análise: frase, oração, período, funções sintáticas; concordância verbal e nominal; regência nominal e verbal, crase; colocação de pronomes: próclise, mesóclise, ênclise (em relação a um ou a mais de um verbo). Semântica: antônimos, sinônimos, homônimos e parônimos. Denotação e conotação. Figuras de linguagem. Pontuação: emprego dos sinais de pontuação.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ABAURRE, Maria Luíza; PONTARA, Marcela Nogueira. Coleção base: português – volume único. São Paulo: Moderna. CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Nacional. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática. INFANTE, Ulisses. Curso de gramática aplicada aos textos. São Paulo: Scipione. ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio.

Observação: Para o conteúdo gramatical, a bibliografia indicada serve como sugestão, podendo o candidato recorrer a outras gramáticas que lhe forem mais acessíveis. O candidato poderá recorrer também a livros didáticos adotados nas escolas de Ensino Médio (2º grau).

CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Conceito de administração pública 2. Princípios básicos da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. 3. A probidade na administração pública. 4. Pessoas alcançadas pela Lei da Improbidade Administrativa. 5. A responsabilidade do servidor público. 6. Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Municipal (Lei Municipal nº 3.177, de 23 de dezembro de 2003). 7. Estatuto do Servidor Público do Município de Montes Claros (Lei Municipal nº 3.175/2003).

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

Constituição da República Federativa do Brasil. Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992 – Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Lei Municipal nº 3.175/2003 – Dispõe sobre o



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO IV

PROGRAMA DAS PROVAS

Estatuto do Servidor Público do Município de Montes Claros. Lei Municipal nº 3.177, de 23 de dezembro de 2003 – Institui o Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Municipal. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 20. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1992. PAZZAGLINI FILHO, M. Princípios constitucionais reguladores da administração pública. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Obs.: A Legislação Municipal pode ser encontrada em www.cotec.unimontes.br, www.montesclaros.mg.gov.br, www.cmmoc.mg.gov.br.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ADMINISTRADOR

1. Teorias da administração. 1.1 Abordagens, escolas e autores. 1.2 Teoria da burocracia na administração. 1.3 Teoria de sistemas na administração. 2. O processo administrativo. O planejamento. Tipos de planejamento. O processo de planejamento estratégico. Organização. Departamentalização. OSM – noções gerais. Organogramas e fluxogramas. Direção. Motivação e comportamento humano nas organizações. Cultura organizacional. Liderança e conflitos. Controle. Definição de indicadores. Eficiência, eficácia e efetividade. 3. Administração financeira, administração de materiais e contabilidade. Noções gerais. 4. Responsabilidade social, ética na administração e cidadania corporativa.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. São Paulo: Makron Books, 1993. MARCH, J. G. e SIMON, H. A. Teoria das organizações. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. MAXIMINIANO, Antônio César A. Teoria geral da administração: da escola científica à competitividade em economia globalizada. São Paulo: Atlas, 1997. MONTANA, Patrick & CHARNOV, Bruce H. Administração um modo fácil de dominar conceitos básicos. São Paulo: Saraiva, 1998. MOTTA, Fernando C. Prestes. Organização e poder. São Paulo: Atlas, 1986.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ADMINISTRADOR RURAL

1. Planejamento rural. 1.1. Características e Princípios. 1.2. Etapas. 2. Projeto da atividade rural. 2.1. Conceitos básicos. 2.2. Aspectos administrativos. 2.3. Técnicos. 2.4. Econômicos e financeiros. 2.5. Teoria das forças locais. 2.6. Alternativas de investimentos. 2.7. Análise e equivalência financeira. 2.8. Benefícios/Custo. 2.8.1. Valor atual. 2.8.2. Taxa interna de retorno de projetos públicos e privados. 3. Inovações tecnológicas. 4. Beneficiamento Rural. 4.1. Etapas. 5. Armazenamento Rural. 5.1. Tipos. 6. Comercialização Agrícola. 6.1. Características. 6.2. Formas de Comercialização. 6.3. Mercado Agrícola. 6.4. Funções. 7. Investimentos rurais. 7.1. Tipos. 8. Normas de segurança e higiene do trabalho rural. 8.1. Problemas de segurança e saúde do setor. 9. Atividades Correlatas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ACCARINI, J.H. Economia rural e desenvolvimento: reflexões sobre o caso brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1987. ANDRADE, J.G. Introdução em administração rural. Lavras: ESAL/FAEPE, 1990. ANDRADE, J.G. Diagnóstico e intervenção administrativa em fazendas. Lavras: ESAL/FAEPE, 1991. HOFFMANN et al. Administração da empresa agrícola. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 1987. LAUSCHNER, R. Agribusiness, cooperativa e produtor rural. São Leopoldo: UNISINOS, 1993. SOUZA et al. A administração da fazenda. 4. ed. São Paulo: Globo, 1992. ZUIN, Luís Fernando Soares; QUEIROZ, Timóteo Ramos de. Agronegócios – gestão e inovação. São Paulo: Saraiva, 2006.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ANALISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Teorias da administração. 1.1 Abordagens, escolas e autores. 1.2 Teoria da burocracia na administração. 1.3 Teoria de sistemas na administração. 2. O processo administrativo. O planejamento. Tipos de planejamento. O processo de planejamento estratégico. Organização. Departamentalização. OSM – noções gerais. Organogramas e fluxogramas. Direção. Motivação e comportamento humano nas organizações. Cultura organizacional. Liderança e conflitos. Controle. Definição de indicadores. Eficiência, eficácia e efetividade. 3. Administração financeira, Administração de materiais e Contabilidade pública. 4. Responsabilidade social, ética na administração e cidadania corporativa. 5. Conceitos de Estado, sociedade e mercado. 6. Origem do Estado e da Administração pública modernos: teorias voltadas para a formação espontânea ou natural do Estado e para a formação contratual do Estado. 7. Evolução da administração pública no Brasil: O Estado oligárquico e patrimonial, o Estado autoritário e burocrático, o Estado de bem-estar, o Estado regulador. As reformas administrativas. 8. Modelos de administração pública: modelo patrimonialista, o modelo burocrático (Weber) e o modelo gerencial. 9. A redefinição do papel do Estado: Reforma do serviço civil (mérito, flexibilidade e responsabilização) e Plano Diretor para a Reforma do Aparelho do Estado de 1995. 10. Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade. 11. Caracterização das organizações: tipos de estruturas organizacionais, aspectos comportamentais (motivação, clima e cultura). 12. Gestão da mudança organizacional: ferramentas de mudança organizacional (benchmarking, programa de qualidade, aprendizado organizacional e planejamento estratégico). 13. Instrumentos gerenciais contemporâneos: avaliação de desempenho e resultados, flexibilidade organizacional, trabalho em equipe, a cultura da responsabilidade e os mecanismos de rede informacional. 14. Instrumentos de financiamento do setor público e Parceria Público-Privado (PPP).

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. São Paulo: Makron Books, 1993. MARCH, J. G. e SIMON, H. A. Teoria das organizações. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. MAXIMINIANO, Antônio César A. Teoria geral da administração: da escola científica à competitividade em economia globalizada. São Paulo: Atlas, 1997. MONTANA, Patrick & CHARNOV, Bruce H. Administração – um modo fácil de dominar conceitos básicos. São Paulo: Saraiva, 1998. MOTTA, Fernando C. Prestes. Organização e poder. São Paulo: Atlas, 1986. BHEN, R. D. O novo paradigma da administração pública e a busca da accountability democrática. Brasília: ENAP, Revista do Serviço Público, ano 49, nº 4, out./dez. 1998. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter. Reforma do Estado e administração pública gerencial (coletânea). FGV: Rio de Janeiro, 1998. DI PIETRO, M. S. Z. Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005. MAXIMINIANO,



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO IV

PROGRAMA DAS PROVAS

Antônio César A. Teoria geral da administração: da escola científica à competitividade em economia globalizada. São Paulo: Atlas, 1997. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 20. ed. São Paulo: Malheiros Editores 1992. MOTTA, Fernando C. Prestes. Organização e poder. São Paulo: Atlas, 1986. PAZZAGLINI FILHO, M. Princípios constitucionais reguladores da administração pública. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. RIBEIRO, A. S. M. Corrupção e controle na administração pública brasileira. São Paulo: Atlas, 2004. Hélio. Contabilidade pública. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Lei 4.320 de 17 de março de 1964 (atualizada).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO

Atribuições econômicas do Estado; A atividade financeira do Estado; Produção de bens públicos; Evolução conceitual do orçamento público; Orçamento público no Brasil; Princípios orçamentários e sua validade; Programação e avaliação dos gastos públicos; Classificações de receitas e despesas orçamentárias; Fundamentos e técnicas do orçamento-programa; Elaboração, execução, controle e avaliação da proposta orçamentária; A Lei de Responsabilidade Fiscal e o planejamento público: plano plurianual; execução orçamentária e cumprimento de metas; despesas com pessoal, saúde pública, ensino público, seguridade social, transferências voluntárias e destinação de recursos para o setor privado; dívida e endividamento público; gestão de patrimônio; Necessidades de financiamento do setor público, déficits e dívida pública; Política fiscal e atividade econômica; Contabilidade das instituições públicas: instrumentos básicos de planejamento; limites; exigências legais; recursos vinculados; análise de balanços.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

AMORIM, F. A. de, SILVA, M. M da, SILVA, V. L. da. Lei de responsabilidade fiscal para os municípios: uma abordagem prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. ANDRADE, N. de Aquino. Contabilidade pública na gestão municipal. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. CAMPOS, Dejalma de. Direito financeiro e orçamentário. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006. GIACOMONI, James. Orçamento público. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2007. NASCIMENTO, R. E. Gestão pública. São Paulo: Saraiva, 2006. REZENDE, Fernando. Finanças públicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ANALISTA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Administração de Rede – Linguagens e técnicas de programação: programação estruturada; elementos de programação orientada a objetos: classes e objetos; polimorfismo, herança e proteção, pacotes, classes abstratas e interfaces, classes internas, serialização, objetos distribuídos, métodos remotos, UML; programação shell script, AWK, PERL. Bancos de dados: conceitos e fundamentos; modelo relacional; linguagem de consulta estruturada (SQL). Redes de Computadores: Conceitos básicos; topologias; arquitetura; protocolos; elementos; padrões; segurança; redes LAN, WAN e ATM; Intranets. Redes de computadores: Protocolos e serviços; meios de transmissão; topologias; modelo de referência OSI/ISO; redes locais; camadas físicas, enlace, redes e transporte; comunicação e telecomunicação; sinais digitais e analógicos; protocolos de comunicação; estrutura de redes de telecomunicações; integração telefonia-computação; telecomunicações e internet; formas de comunicação; serviços de intercomunicação (pessoais e dados); ambiente de operação (redes públicas e privadas; tipos de sinais; "bandwidth" e "passband"; modulação; ruídos; modelos de redes de telecomunicações; transporte e multiplexação; comutação; princípios de gerência de redes de telecomunicações (SNMP); segurança em redes, com e sem fios; interligação de redes; arquitetura TCP/IP; equipamentos para redes; roteamento; segurança. Sistemas operacionais: gerência de processos; escalonamento de processos; comunicação entre processos; memória compartilhada; troca de mensagens; problemas clássicos de programação concorrente; deadlocks; gerência de processos no Linux; threads; gerência de memória; sistemas operacionais Unix e GNU/Linux; instalação e configuração dos principais serviços; multiprogramação; partições fixas e variáveis de memória; memória virtual; paginação; segmentação; gerência de memória no Linux; gerência de arquivos; implementação de diretórios (pastas); gerência de espaço em disco; gerência de arquivos Linux; gerência de entrada e saída; dispositivos de E/S. Organização e arquitetura de computadores processadores: monoprocessamento; multiprocessamento; hierarquia de memória; entrada e saída; lógica digital. Segurança da informação: conceitos de segurança da informação; controle de acesso; modificação da informação; roubo, remoção ou perda de informação/recursos; detecção, registro e informe de eventos; personificação (masquerade); DDos; replay; modificação; engenharia social; recusa ou impedimento de serviço; criptografia; assinatura digital; autenticação; rótulos de segurança; controle de roteamento; firewall; zone alarm; backup; vírus; interrupção de serviços. Gerenciamento de serviços de Tecnologia da Informação: processo; serviço; gerenciamento de processos; gerenciamento de configuração, incidente, problema, mudança, liberação, nível de serviço, capacidade, disponibilidade, continuidade e financeiro.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BOOCH, G.; RUMBAUGH, J.; JACOBSON, I. UML: guia do usuário. Rio de Janeiro: Campus, 2000. BURNETT, S.; PAINE, S. Criptografia e segurança – O guia oficial RSA. Rio de Janeiro: Campus. COMER, D. Interligação em Rede com TCP IP Vol I: princípios, protocolos e arquitetura. Rio de Janeiro: Campus. DENNIS, Alan; WIXOM, B. H. Análise e projeto de sistemas. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005. DIMARZIO, J. F. Projeto e arquitetura de redes: um guia de campo para profissionais. Rio de Janeiro: Campus, 2001. FOWLER, Martin. UML essencial: um breve guia para a linguagem-padrão de modelagem de objetos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. KUROSE, James F., KEITH W. Ross. Redes de computadores e a internet: uma abordagem Top-Down. 3. ed., 2006. LUNARDI, Marco Agisander. Comandos Linux. Rio de Janeiro: Ciência Moderna. MAGALHÃES, I., PINHEIRO, W., Gerenciamento de serviços de TI na prática. São Paulo: Novatec, 2007. NAVATHE, Shamkant; ELMASRI, Ramez. Sistemas de banco de dados. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2005. NEMETH, Evi et al. Manual de administração do sistema UNIX. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. OSBORNE, Networks Security, The complete reference. São Paulo: McGraw-Hill, 2004. PETERSON, L.; DAVIE, B. Redes de computadores: uma abordagem sistêmica. Rio de Janeiro: Campus. STALLINGS, William. Arquitetura e organização de computadores: projeto para o desempenho. 5. ed. São Paulo: Pretentice-Hall, 2003. TANENBAUM, Andrew S. Organização estruturada de



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO IV

PROGRAMA DAS PROVAS

computadores. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001. TANENBAUM, Andrew S. Redes de computadores. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003. TANENBAUM, Andrew S. Sistemas operacionais modernos. 2. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2003.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ANALISTA DE SISTEMAS

Desenvolvimento de Sistemas – Gerência de Projetos de Software: conceitos básicos de gerenciamento de projetos; métricas do sistema; análise de risco; gerência de qualidade de software; análise de requisitos de segurança; gerenciamento de configuração e controle de versões; Metodologias de desenvolvimento de sistemas: análise e projetos orientados a objeto com UML; ferramentas de desenvolvimento de software e ferramentas CASE (engenharia de software apoiada por computador); engenharia de software: conceitos, requisitos, análise e projeto, implementação, testes, homologação, gestão de configuração. Arquitetura: padrões de projeto; padrões de criação; padrões estruturais; padrões comportamentais; padrões GRASP; Conceitos básicos de processo unificado; Modelagem e administração de dados. Linguagens de Programação: aspectos de linguagens de programação, algoritmos e estruturas de dados e objetos; programação orientada a objetos; estruturas de controle de fluxo; compiladores e interpretadores; servidor web apache e servidor de aplicação Tomcat. Banco de Dados: arquitetura de banco de dados – relacional, hierárquico, rede, lista invertida, orientado a objetos; banco de dados locais, remotos e sistema de gerenciamento de banco de dados; projeto lógico e físico de banco de dados; critérios para análise de custo-benefício na escolha de banco de dados; administração, normalização, manutenção, operações e segurança em banco de dados; integridade referencial; linguagem de definição e manipulação de dados – SQL ANSI (American National Standards Institute) / DDL – Data Definition Language; / DML – Data Manipulation Language / DCL – Data Control Language; conceitos de qualidade de software; arquitetura de aplicações para o ambiente Web; arquitetura cliente/servidor; arquitetura OLAP. SOA e Web Services; linguagens de definição e manipulação de dados. Análise Estruturada de Sistemas: Conceitos básicos; fundamentos; especificação de sistemas; modelagem de dados; diagramas de fluxos de dados; dicionários de dados; diagramas entidade-relacionamento; diagramas de transição; ferramentas Case. Algoritmos e Estruturas de Dados: Fundamentos de lógica de programação: tipos de dados; expressões; estruturas de controle e repetição; fluxogramas; estruturas de dados homogêneas e heterogêneas. Sistemas Operacionais: Conceitos e fundamentos (configuração; instalação de software; conectividade; administração; recursos; comandos e utilitários; clientes de rede; interface gráfica). Configuração e gerenciamento de processos servidores dos Sistemas Operacionais comerciais. Tecnologias Internet: Conceitos básicos. Conceitos e fundamentos. Tecnologias de suporte (XML, HTML, HTTP, ASP, JSP e outras). Linguagens e Técnicas de Programação: Conceitos; estrutura do ambiente de desenvolvimento; estrutura da linguagem; orientação a objetos; acesso a bancos de dados.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ALBUQUERQUE, Fernando. TCP/IP Internet Programação de Sistemas Distribuídos: HTML, Javascript e Java. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2001. BOOCH, G.; RUMBAUGH, J.; JACOBSON, I. UML: guia do usuário. Rio de Janeiro: Campus, 2000. DEMARCO, Tom. Análise estruturada e especificação de sistema; tradução de Maria Beatriz Gomes Soares Veiga de Carvalho. Rio de Janeiro: Campus, 2000. FELICIANO NETO, A.; FURLAN, J. D. Engenharia da Informação: Metodologias, Técnicas e Ferramentas. McGraw-Hill. FOWLER, Martin. UML essencial: um breve guia para a linguagem-padrão de modelagem de objetos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. NAVATHE, Shamkant B.; ELSMARI, Ramez. Sistemas de Banco de Dados: fundamentos e aplicações. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002. NIELSEN, J. Projetando Web Sites. São Paulo: Campus, 2001. NIELSEN, J.; TAHIR, M. Home Page: Usabilidade – 50 Web Sites Desconstruídos. São Paulo: Campus, 2002. PAULA FILHO, Wilson de Pádua. Engenharia de Software: fundamentos, métodos e padrões. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003. SOARES, L.F.G.; Lemos, G. & Colcher, S. Redes de Computadores – das LANs, MANs e WANs às Redes ATM. Campus.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ARQUITETO

1. Projetos: arquitetura, instalações elétricas, instalações hidráulicas, instalações sanitárias, estruturas. 2. Análise Orçamentária: orçamento de obras, reajustamentos, quantitativos, licitações e contratos administrativos, utilização de índices de custos. 3. Topografia. 4. Especificação Técnica de materiais e serviços. 5. Tecnologia da Construção. 6. Urbanização. 7. Conforto Ambiental: Acústica, Insolação, iluminação e ventilação. 8. Noções de Cálculo Estrutural. 9. Noções de Resistência dos Materiais. 10. Noções de Mecânica dos Solos. 11. AutoCAD. 12. Projetos físicos de estabelecimentos de serviços de saúde e da área de produtos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BAUD, G. Manual de Pequenas Construções. Hemus Ed. S.A., 1998. CARDÃO, Celso. Técnica da Construção. Vols. I e II. Edições Engenharia e Arquitetura, 1976. CHING, Francis D. K. e ADAMS, Cassandra. Técnicas de Construção Ilustrada. Bookman Companhia Editora, 2001. CREDER, Hélio. Instalações Elétricas. Livros Técnicos e Científicos Ed., 1982. DE MARCO, Conrado Silva. Elementos de Acústica Arquitetônica. Nobel, 1982. FROTA, Anésia Barros e SCHIFFER, Sueli Ramos. Manual de Conforto Térmico. Nobel, 1988. LEI FEDERAL N.º 8.666/93, de 21/6/1993, e suas atualizações. LEI FEDERAL N.º 4.320/64, de 17/3/1964 e suas atualizações. MACINTYRE, Archibald Joseph. Instalações Hidráulicas. Livros Técnicos e Científicos Ed., 1996. MENEGOTTO, José Luis; ARAÚJO, Tereza Cristina Malveira de. O Desenho Digital – Técnica & Arte. Interciência, 2000. MOLITERNO, Antonio. Caderno de Projetos de Telhados em Estruturas de Madeira. Edgard Blucher Ltda, 1981. 12. RANGEL, Alcyr Pinheiro. Projeções Cotadas e Desenho Projetivo. Ao Livro Técnico, 1979. RIVERO, Roberto de. Acondicionamento Térmico Natural da Arquitetura e Clima. D. C. Kuzzatto Ed. Ltda: Ed. da Universidade UFRGS, 1985. RDC N.º 50, de 21/2/2002. Projetos Físicos de Estabelecimentos de Saúde, RDC N.º 307 DE 14/11/2002. Alterações da RDC N.º 50, de 2/2/2002. RDC N.º 189, de 18/7/2003. REGULAMENTAÇÃO DE ANÁLISE, AVALIAÇÃO DE PROJETOS FÍSICOS.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO IV

PROGRAMA DAS PROVAS

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ARQUIVISTA

I. Fundamentos de Arquivologia – Princípios arquivísticos. Evolução Histórica dos Arquivos. Ciclo vital dos documentos: conceituação, evolução e relações com outras ciências. Teoria das Três Idades. Terminologia arquivística. Arquivos públicos e privados. II. Gestão de Documentos – Estudo da gestão: conceitos, importância, evolução. Produção e Fluxo Documental. Protocolo. Classificação de documentos. Ordenação de documentos. Métodos de arquivamento. Operações de Arquivamento. Equipamentos e mobiliário. III. Arquivo Intermediário. IV. Avaliação de Documentos – Conceituação, importância, objetivos e finalidades da avaliação e seleção de documentos como metodologia arquivística. Critérios de Avaliação. Valores dos Documentos. Instrumentos de Destinação. V. Arranjo e Descrição – Noções fundamentais de arranjo. Teoria dos fundos. Princípios de proveniência e respeito aos fundos. Normalização do processo de descrição arquivística. Instrumentos de pesquisa. Normas nacional e internacionais. VI. Diplomática – Origem, características e metodologia da Diplomática para especificação dos documentos diplomáticos. Elementos externos e internos dos documentos: estrutura e substância. Análise diplomática. Tradição documental: estudo das normas do documento e estágios de transmissão. Espécie e tipo documental. Tipologia documental enquanto aplicação arquivística da Diplomática. VII. Tecnologias da Informação – Reprografia, microfilmagem e digitalização aplicada aos arquivos. VIII. Conservação e Preservação. História e estrutura do papel. Agentes de degradação: identificação e controle. Técnicas de conservação preventiva: higienização, condições ambientais de guarda e acondicionamento. A conservação de outros suportes de informação.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BECK, Ingrid. Manual de preservação de documentos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991. (Publicações Técnicas, 46).
CONARQ. Câmara Técnica de Conservação de Documentos. Recomendações para a construção de arquivos. Rio de Janeiro, 2000. ARQUIVO NACIONAL. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. MACHADO, Helena Corrêa; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Roteiro para implantação de arquivos municipais. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996. FONSECA, Maria Odila. Arquivologia e ciência da informação. Rio de Janeiro: FGV, 2005. JARDIM, José Maria et al. A formação do arquivista no Brasil. Niterói: EDUFF, 1999. _____. Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil. Niterói: EDUFF, 1995. LOPES, Luís Carlos. A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997. PAES, Marilena Leite. Arquivo: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. RONDINELLI, Rosely Curi. Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos. Rio de Janeiro: FGV, 2002. SILVA, Zélia Lopes. Arquivos, Patrimônio e Memória. São Paulo: Unesp – Fapesp, 1999. SOUZA NETO, João Marques de. O Microfilme. São Paulo: CENADEM, 1979. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. INSTITUTO DE DOCUMENTAÇÃO. Tabela de temporalidade de documentos da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV/ Instituto de Documentação, 1980. ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2005. 232 p. (Publicações Técnicas, 51). BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. São Paulo: Quieroz, 1991. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF): Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 99 p. (Publicações Técnicas, 50). CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. (Publicações Técnicas, 49). CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/download/nbda200512.pdf>. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br - conarq - Legislação Arquivística Brasileira>. SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Arquivos modernos: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974. SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Documentos públicos e privados: arranjo e descrição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Arquivo Nacional. Orientação para avaliação e arquivamento intermediário em arquivos públicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985. (publicações Técnicas, 41). JAEGGER, Maria de Fátima Pereira. LYRA, Maria Helena Costa P. de. Manual de procedimentos para descrição de arquivos sonoros. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional< 1985. (Publicações Técnicas 38). MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Arquivo Nacional. Manual de identificação de acervos documentais para transferência e/ou recolhimento aos arquivos públicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985. (Publicações Técnicas, 40). ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos. Trad. Manoel Adolpho Wanderley. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1973.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ASSISTENTE SOCIAL

Serviço social na contemporaneidade: questão social, trabalho profissional, construção de um projeto ético-profissional, transformações societárias, a prática profissional; demandas profissionais. Serviço Social e Seguridade Social: saúde, previdência social, assistência social, organização dos serviços de saúde. Assistência Social e Política Social: organização e gestão das políticas sociais, política brasileira de seguridade social. Serviço Social e Reforma Sanitária: processo histórico, movimento sanitário, serviço social na área da saúde. Ética Profissional: o código e seus princípios fundamentais. LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social. Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BRASIL, MPAS/SEAS, Política Nacional de Assistência Social, publicada no D.O.U. de 16/4/1999. BRASIL, Presidência da República. Lei Orgânica da Previdência Social, nº 8.213, de 24/7/1991, atualizada e publicada no D.O.U. de 11/4/1996. BRASIL, Presidência da República. Lei Orgânica da Previdência Social, nº 8.742, de 7/12/1993. BRAVO, Maria Inês de S. Serviço Social e Reforma Sanitária: lutas sociais e práticas profissionais. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1996. Código de Ética Profissional do Assistente Social e Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93). 3. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1997. GUERRA, Y. A Instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995. IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. REVISTA



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO IV

PROGRAMA DAS PROVAS

SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE – Saúde, Qualidade de Vida e Direitos – nº 74. São Paulo: Ed Cortez, 2003. REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE ESPECIAL – Assistência e Proteção Social – nº 68. São Paulo: Ed Cortez, 2002. VASCONCELOS, Ana Maria. A Prática do Serviço Social – cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. São Paulo: Cortez. BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – BIBLIOTECÁRIO

Sistemas de informação: Planejamento e administração de sistemas de informação. Formação e desenvolvimento de acervos: políticas e rotinas de seleção, aquisição e descarte. Usuários: necessidades, hábitos, atendimento. Serviços aos usuários: serviço de referência, disseminação de informação. Automação: tecnologias e suportes de informação; planejamento e manutenção de bancos de dados. Redes e sistemas cooperativos na área de documentação. Instituições ligadas à bibliografia e à documentação em nível nacional e internacional (FID, IBICT, ISO, ABNT, COMUT); Tratamento e recuperação da informação: Descrição bibliográfica: catalogação, normalização. Representação de assuntos: indexação, classificação. Linguagens de indexação: tesouros, sistemas de classificação bibliográfica. Recuperação da informação: recursos, estratégias, avaliação. Controle bibliográfico: recursos e instituições. Fontes de informação especializadas: classificação, suportes, características, uso. O papel do bibliotecário na transferência da informação; Globalização e sociedade da informação; Responsabilidade social e ética do bibliotecário. Processo decisório em bibliotecas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. Planejamento de bibliotecas e serviços de informações. Brasília: Briquet de Lemos, 2000. 112p. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6.023: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2000. CAMPELLO, B. S. et al. (Org.). Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. CHAUMIER, J. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 21, n. 1/2, p. 63-79, jan./jun. 1988. CORTE, Adelaide Ramos. Avaliação de softwares para bibliotecas. São Paulo: Polis, 2000. CUNHA, L. Publicações científicas por meio eletrônico: critérios, cuidados, vantagens e desvantagens. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 77-92, jan./jun. 1997. CUNHA, M. B. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. Ciência da Informação, v.29, n.1, p. 71-89. 2000. _____. Desafios na construção da biblioteca digital. Ciência da Informação, v.26, n.2, p. 195-213. 1990. FIGUEIREDO, N. M. Novas tecnologias: impacto sobre a formação de coleções. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 245-254, jul./dez. 1996. FRANÇA, J. L. et al. Manual para normalização de publicações técnico-científicas. 5. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. GIGANTE, M. C. Sistemas de classificação bibliográfica como interface biblioteca/usuário. Ciência da Informação, Brasília, v. 25, n. 2, p. 193-196, maio/ago. 1996. GROGAN, D. A prática do serviço de referência. Brasília: Briquet de Lemos, 1995. GUIMARÃES, J. A. C. Recuperação temática da informação. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 23, n. 1/4, p. 112-130, jan./dez. 1990. GOMES, Sônia de Conti. Técnicas Alternativas de Conservação. Belo Horizonte: UFMG, 1999. LANCASTER, F. W. Ameaça ou oportunidade? O futuro dos serviços de bibliotecas à luz das inovações tecnológicas. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 7-27, jun. 1994. _____. Avaliação de serviços de bibliotecas. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. MACIEL, Alba Costa. Bibliotecas como organizações. Rio de Janeiro: Interciência, Intertexto, 2000. 96p. _____. Instrumentos para gerenciamento de bibliotecas. Niterói: EDUF, 1995. 86p. NAVES, M. M. L. Análise de assunto: concepção. Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, v. 20, n. 2, p. 215-226, jul./dez. 1996. NAVES, M. M. L. Considerações sobre gerência de recursos informacionais. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 49-56, jan./jun. 1999. SAMPAIO, M. I. C.; MORESCHI, E. B. P. DSI – Disseminação seletiva da informação: uma abordagem teórica. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 23, n. 1/4, p. 38-57, jan./dez. 1990. SANTOS, A. F.; PAIM, I. A informação nos modelos organizacionais. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 2000. TEIXEIRA, C. M. S.; SCHIEL, U. Internet e seu impacto nos processos de recuperação da informação. Ciência da Informação, Brasília, v. 26, n. 1, p. 65-71, jan./abr. 1997. VERGUEIRO, W. C. S. Aquisição de materiais de informação. Brasília: Briquet de Lemos, 1995. 118p. VIEIRA, A. da S. Redes de ICT e a participação brasileira. Brasília: IBICT, 1994. RIBEIRO, Antonia Motta de Castro. Memória. AACR2: Anglo-American cataloguing rules, 2 edition: descrição e pontos de acesso. Brasília: Ed. do Autor, 1995. Sites recomendados: IBICT; BIREME; COMUT; UNESCO; Bibliotecas Universitárias (UNIMONTES, UNICAMP, UFMG, USP, UFRJ); CAPES Periódicos; Biblioteca Nacional; Altavista; Todobr; Miner; Submarino; Bibliotecas Digitais; Biblioteca do Congresso dos EUA; Biblioteca do Vaticano; Livraria Cultura.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – COMUNICADOR SOCIAL

Teorias da comunicação. Comunicação e política. Comunicação pública. Mobilização Social. Ética e responsabilidade social; Relações Públicas: evolução, conceitos, processos, planos e programas; legislação em relações públicas; Planejamento estratégico. Marketing e relações públicas; Técnicas e métodos de pesquisa. Pesquisa em comunicação. Cerimonial público e ordem geral de precedência. Organização de eventos e cerimonial. Protocolo e etiqueta.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

CESCA, Cleuza Gimenes. Organização de eventos – Manual para planejamento e execução. São Paulo: Summus, 1997. CONSELHO Federal de Profissionais de Relações Públicas. Lei n. 5.377, de 11 de dezembro de 1967. Disponível em: <www.confep.org.br>. CONSELHO Federal de Profissionais de Relações Públicas. Resolução Normativa n. 43, de 24 de agosto de 2002. Disponível em: < www.confep.org.br>. DECRETO n. 70.274 – Aprova as normas de cerimonial e ordem geral de precedência. DUARTE, Jorge; BARRO, Antônio Teixeira. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO IV

PROGRAMA DAS PROVAS

Paulo: Atlas. GOMES, Wilson. Transformações da política na era da comunicação de massa. São Paulo: Paulus. HENRIQUES, Márcio Simeone (Org.). Comunicação e estratégias de mobilização social. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. KOTLER, Philip. Administração de marketing. São Paulo: Prêntice-Hall. KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Obtendo resultados com relações públicas. São Paulo: Pioneira, 1997. MATTAR, Fauze Najib. Pesquisa de marketing. São Paulo: Atlas. OLIVEIRA, Maria José da Costa. Comunicação pública. Alínea. SIMÕES, Roberto Porto. Relações públicas: função política. São Paulo: Summus, 1995. SPEERS, Nelson. Cerimonial para relações públicas. Hexágono Cultural, 1996. WOLF, Mauro. Teorias da comunicação. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – CONTADOR

1. Contabilidade Pública: Conceitos gerais; Campo de aplicação; Regimes contábeis; Técnicas de registro e de lançamentos contábeis; Plano de contas; Balanço orçamentário, financeiro e patrimonial; Demonstração das variações patrimoniais. 2. Orçamento Público: Conceitos gerais; Processo de planejamento; Princípios; Ciclo orçamentário; Orçamento por programas. 3. Receita Pública: Conceito; Classificação; Estágios; Escrituração contábil; Dívida ativa. 4. Despesa Pública: Conceito; Classificação; Licitação; Estágios. 5. Restos a Pagar. 6. Dívida Pública. 7. Regime de Adiantamento: Conceito; Finalidades; Controle dos adiantamentos. 8. Patrimônio Público: Conceito; Bens, direitos e obrigações das Entidades Públicas; Variações patrimoniais; Variações ativas e passivas. 9. Créditos Adicionais: Conceito; Classificação; Autorização e abertura; Vigência; Indicação e especificação de recursos. 10. Fundos. 11. Lei de Responsabilidade Fiscal, Portaria nº. 577/08 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Lei Federal nº. 10.028/2000. 12. Prestação e tomada de contas. 13. Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público. 14. Portaria do Ministério do Orçamento e Gestão nº. 42, de 14 de abril de 1999; Portaria Interministerial nº. 163, de 4 de maio de 2001, do Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e do Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Portaria nº. 564, de 27 de outubro de 2004, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Manuais de Receita Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

AGUILAR, A. M. et al. Planejamento governamental de municípios: plano plurianual, Lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. AMORIM, F. A. et al. Lei de responsabilidade fiscal para os municípios: uma abordagem prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. ANDRADE, N. A. Contabilidade pública na gestão municipal. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. ANGÉLICO, J. Contabilidade pública. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1994. CRUZ, Flávio et al. Lei de responsabilidade fiscal comentada: Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006. MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e contrato administrativo. 14. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007. PISCITELLI, R. B. et al. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. SILVA, L. M. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004. SLOMSKI, V. Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público. (<http://www.cfc.org.br>). Lei Complementar nº 101/2000 (atualizada). Lei nº 4.320/64 (atualizada). Lei nº 8.666/93 e suas alterações (atualizada). Lei Federal nº 10.028/2000 (atualizada). Portaria nº. 577/08 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Portaria do Ministério do Orçamento e Gestão nº 42, de 14 de abril de 1999. Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, do Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e do Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Portaria nº 564, de 27 de outubro de 2004, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Manuais de Receita Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – EDUCADOR FÍSICO

Políticas públicas em educação física. Política nacional de promoção da saúde. Práticas corporais: benefícios e riscos. Educação física e saúde. Fisiologia do exercício. Avaliação e prescrição de exercícios físicos. Epidemiologia da atividade física. Aprendizagem e desenvolvimento motor: conceitos básicos envolvidos no planejamento das habilidades motoras a serem trabalhadas. Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Política nacional de promoção da saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/pactovolume7.pdf>. GEIS, Pilar Ponte. Atividade física e saúde na terceira idade: teoria e prática. Porto Alegre: Artmed, 2003. MAGILL, R. Aprendizagem motora: conceitos e aplicações. São Paulo: Edgar Bluche, 1984. MARCELINO, Nelson C. (Org.). Lazer e esporte: políticas públicas. Campinas: Autores Associados, 2001. McARDLE, W.D.; KATCH, F.I.; KATCH, V.L. Fisiologia do Exercício – Energia, nutrição e desempenho humano. 4. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1998. NAHAS, Markus V. Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. 4. ed. Londrina: Midiograf, 2006. BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ENGENHEIRO AGRIMENSOR

Topografia. Geodésia. Fotogrametria e fotoidentificação. Sensoriamento remoto. Cartografia. Cadastro técnico e planejamento urbano. Traçado de estradas e cidades. Agrimensura legal.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO IV

PROGRAMA DAS PROVAS

ANDRADE, José Bittencourt de. Navstar – GPS. Curitiba: UFP, 1988. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 13.133: execução de levantamento topográfico. 1994. BORGES, Paulo Torminn. Institutos básicos do direito agrário. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1991. CASTRO, José Flávio Moraes. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Princípios de cartografia sistemática, cartografia temática e sistema de informação geográfica (SIG). Rio Claro: UNESP, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 1996. COMASTRI, José Aníbal & TULER, José Cláudio. Topografia: altimetria. 2. ed. Viçosa: UFV, 1990. COMASTRI, José Aníbal. Topografia: planimetria. 2. ed. Viçosa: UFV, 1992. COMASTRI, José Aníbal; CARVALHO, Carlos A. B. de. Estradas: traçado geométrico. Viçosa: UFV, 1981. ESPARTEL, Lelis. Curso de topografia. 7. ed. Porto Alegre: Globo, 1980. ESPARTEL, Lelis; LUDERITZ, João. Caderneta de campo. 13. ed. Porto Alegre: Globo, 1983. GEMAEL, C. Geodésia Física. Curitiba: UFPR, 1981. GEMAEL, C. Introdução à geodésia geométrica: 1ª e 2ª partes. Curitiba: UFPR. Instituto Mineiro de Avaliações e Perícias de Engenharia. Fundamentos de avaliações patrimoniais e perícias de engenharia. Belo Horizonte: PINI, 1998. LOCH, Carlos. A interpretação de imagens aéreas: noções básicas e algumas aplicações nos campos profissionais. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2001. MASCARÓ, Juan Luís. Manual de loteamentos e urbanizações. 2. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997. NOVO, Evelyn Márcia Leão de Moraes. Sensoriamento remoto: princípios e aplicações. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, c. 1992. PAREDES, Evaristo Atencio. Introdução à aerofotogrametria para engenheiros. [Brasília]: CNPq; [Maringá]: CONCITEC, 1987. PINTO FERREIRA, Luis. Curso de Direito Agrário: de acordo com a Lei nº 8.629/93. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1995. RAISZ, Erwin Josephus. Cartografia geral. Rio de Janeiro: Científica, 1969. ROCHA, César Henrique Barra. Geoprocessamento: tecnologia transdisciplinar. 2. ed. Juiz de Fora, 2002. SEIXAS, José Jorge. Universidade Federal de Pernambuco. Geometria das fotografias: fórmulas fundamentais. Recife: UFP, 1978. SILVA, Ardemirio de Barros. Sistemas de informações georreferenciadas: conceitos e fundamentos. Campinas: UNICAMP, 1999. SIQUEIRA, A. C. de. Ação de demarcação de terras. São Paulo: Saraiva, 1985.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Solos, nutrição e adubação de plantas cultivadas. Produção de mudas. Implantação, manejo e tratos culturais de plantas cultivadas. Irrigação e drenagem. Manejo e controle de doenças, pragas e plantas daninhas. Jardinagem e paisagismo. Manejo de Ecossistemas e Gestão Ambiental.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

VAN RAIJ, B. Fertilidade do solo e adubação. São Paulo: Agronômica Ceres, 1991. 343 p. SIMÃO, S. Tratado de Fruticultura. Piracicaba: FEALQ, 1998. 760 p. FILGUEIRA, F. A. R. Novo Manual de Olericultura: Agrotecnologia Moderna na Produção e Comercialização de Hortaliças. 2. ed. Viçosa: UFV, 412 p. 2003. BERNARDO, S. Manual de Irrigação. Viçosa: Imprensa Universitária, 2005. 610 p. KIMATI, H. et al. Manual de Fitopatologia: doenças de plantas cultivadas. São Paulo: Ceres, 1997. 773 p. v. 2. GALLO, D. et al. Entomologia Agrícola. Piracicaba: FEALQ, 2002. 920 p. LORENZI, H. Manual de identificação e controle de plantas daninhas: plantio direto e convencional. 4. ed. Nova Odessa: Plantarum, 2000. 383 p. BONILLA, J. A. Fundamentos da Agricultura Ecológica: sobrevivência e qualidade de vida. São Paulo: Nobel. 1992. 260 p. Livros específicos sobre cultivo de plantas de interesse agrônomo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ENGENHEIRO AMBIENTAL

1. Recursos naturais: Utilização dos recursos naturais, desenvolvimento econômico e degradação ambiental. Desenvolvimento sustentável. 2. Impactos ambientais: conceituação. Fatores ambientais. Metodologias de análise de impacto ambiental. Significado da adoção de medidas mitigadoras. 3. Saneamento e o Planejamento urbano. 4. Gestão dos recursos hídricos. 5. Meio ambiente e energia. 6. Poluição hídrica: Conceito, controle, aspectos técnicos e legais. 7. Resíduos sólidos: Classificação, quantificação e qualificação. Minimização, Acondicionamento, Reciclagem, Tratamento e Disposição. 8. Poluição atmosférica: Poluição local e global. Principais poluentes. Índices de qualidade do ar. Controle de poluição. 9. Recuperação de áreas degradadas: bases teóricas e manejo de ecossistemas. Recuperação de áreas degradadas: urbanas e agrícolas. 10. Gerenciamento ambiental: sistemas de gestão, controle de poluição, aspectos legais e institucionais.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

AZEVEDO NETTO, J. M. de; HESS, M. L. Tratamento de águas residuárias. São Paulo, 1970. BARROS, Raphael T. de V. et al. Saneamento, Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios – Escola de engenharia da UFMG, Belo Horizonte, 1995. BEZERRA, M.C.L. Planejamento e gestão ambiental: Uma abordagem do ponto de vista dos instrumentos econômicos. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. BIDONE, F.R.A.; POVINELLI, J. Conceitos básicos de resíduos sólidos. São Carlos: EESC/USP, 1999. BRAGA, JR.B.P.F. Introdução à engenharia ambiental. São Paulo: Departamento de Engenharia Hidráulica e sanitária da Escola Politécnica da USP, 1994. Apostila. CASTOR, B.V.J. Criando condições institucionais adequadas e políticas ambientais eficazes. In: Cadernos FUNDAP. Política ambiental e gestão dos recursos naturais. nº 20, São Paulo: FUNDAP, 1996. CAVALCANTI, R.N. Instrumentos reguladores y económicos utilizados para la gestion ambiental. In: CAVALCANTI, R.N. (coord.) et al. Aspectos geológicos de protección ambiental. Montevideo, ORCYT/UNESCO, 1995. CEPAM. Fundação Prefeito Faria Lima. CORSON, Walter H. Manual Global de Ecologia. São Paulo. Augustus. JORDÃO, E. P. & PESSOA, C.A. Tratamento de esgotos domésticos. São Paulo: CETESB. LEME, Francilio Paes. Engenharia do Saneamento Ambiental. Rio de Janeiro: LTC. MCKINNEY, Ross E. Microbiologia para engenheiros sanitários. New York: MacGraw-Hill, 1962. MOTA, Suetônio. Preservação e conservação de recursos hídricos – 2. ed. Ver. e atualizada. Rio de Janeiro: ABES, 1995, 200p. NUNES, José Alves. Tratamento Físico-Químico de Águas Residuárias Industriais – 2. ed. (revista e complementada). Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 1996. PELCZAR, Michael J.; REID, Roger. Microbiologia, 2. ed. MacGraw-Hill, 1977. RAMALHO, R.S. Introduction to Wastewater Treatment Processes. New York. SAWYER, Clair N. MacCarty, Perry L. Chemistry for Sanitary Engineers. New York: MacGraw Hill, 1966. SENRA, Manuel O. Análises Físico-



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO IV

PROGRAMA DAS PROVAS

Químicas para controle de Estações de Tratamento de Esgotos. CETESB, 1977. SILVA, J.A. Direito urbanístico brasileiro. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 1995. VALLE, Cyro Eyer. Qualidade Ambiental: o desafio de ser competitivo protegendo o meio ambiente. São Paulo: Pioneira.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ENGENHEIRO CIVIL

Relacionamento sistêmico entre os diversos projetos do edifício: especificações técnicas, memorial descritivo, coordenação e interferências entre os projetos de arquitetura, estrutura e instalações. Planejamento e controle de obra: conceituação básica de planejamento e controle de obras, cronogramas físico-financeiros (análise). Canteiro de obras: planejamento do canteiro de obras, programação e controle de produção (controle de qualidade), desmontes, movimentos de terra (corte e aterro), equipamentos e ferramentas usuais, contenção e proteção de taludes. Locação da obra: processos e verificações. Alvenarias: alvenaria de tijolos cerâmicos (tipo de paredes, argamassa de assentamento, técnica de assentamento dos tijolos nas alvenarias, cintas e vergas, cunhamento das paredes, alvenaria de blocos de concreto (blocos e materiais de assentamento, processos construtivos), alvenarias especiais. Esquadrias: função e composição, esquadrias de madeira (generalidades, especificações, técnicas de fixação, recomendações); esquadrias metálicas (generalidades, especificações, técnicas de fixação, recomendações); vidros: tipos e técnicas de colocação. Revestimentos: função, revestimento de paredes e tetos – tipos e técnicas de execução. Pavimentação (pisos) – tipos e técnicas de execução, juntas e arremates. Coberturas; tipos de telhado, tipos de telhas, nomenclaturas das tesouras, impermeabilidade das lajes, tratamento térmico e acústico. Pintura: função, processamento da pintura, tipos e técnicas das pinturas mais comuns (cal, gesso, óleo, plásticas). Orçamentos: conceitos básicos, modalidade de orçamento, cálculo das qualidades, custos ou preços unitários de serviços, formulação do preço, reajustamento do preço, medições práticas e acompanhamento da obra. O concreto de cimento portland – dosagem e controle tecnológico. Conceitos de Tensão e Deformação. Critérios das Normas Brasileiras. Execução de estruturas de concreto armado em edifícios: forma, ferragens e instalações (características, materiais e processos); forma convencional de madeira (diferentes elementos estruturais); armaduras (aços para armaduras, montagem dosagem do concreto, obtenção do concreto, transporte, lançamento, adensamento, cura), retirada da forma e do escoamento. Execução de estruturas de concreto armado em edifícios: concretagem e desforma: concretagem (planejamento de concretagem, dosagem de concreto, obtenção de concreto, transporte, lançamento, adensamento, cura), retirada das formas e do escoamento. Sondagem de reconhecimento do subsolo: generalidades, objetivos, métodos de sondagem (especificações). Fundações diretas para edifícios (tipos e técnicas construtivas), alicerce corrido (tipos e técnicas construtivas), blocos (tipos e técnicas construtivas) e tubulões (tipos e técnicas construtivas), vigas baldrames, impermeabilização nos alicerces e baldrames, controle executivo. Fundações indiretas para edifícios: (tipos e técnicas construtivas); estacas (tipos e técnicas construtivas), blocos de transição (objetivos e técnicas construtivas); controle executivo. Terminologia e dimensionamento das instalações de água fria, quente e gelada. Instalações especiais: ar-condicionado, alarme, para-raios, incêndios incineradores. Dimensionamento dos diâmetros de recalque e de sucção. Licitações e contratos: legislação específica para obras de engenharia civil; participação em comissões de licitação; análise de contratos para execução de obras. Vistoria e elaboração de pareceres.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ABNT NBR 6.118:2003 – Projeto de estruturas de concreto – Procedimento, Rio de Janeiro, RJ, 2003. FALCÃO BAUER, L.A. Materiais de Construção. Vol 2. São Paulo: Editora LTC, 1999. FIORITO, A. J. S. I. Manual de Argamassas e Revestimentos: Estudos e Procedimentos de Execução. São Paulo: PINI, 1994. LIMMER, C. V. Planejamento, orçamentação e Controle de Projetos e Obras. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1996. METHA, P.K.; MONTEIRO, P.J.M. Concreto: Estrutura, Propriedades e Materiais. São Paulo: PINI, 1994. NEVILLE, A.M. Propriedades do Concreto. São Paulo: Editora Pini, 1989. RIPPER E. Como Evitar Erros na Construção. São Paulo: PINI. VIANNA, M.R. Instalações hidráulicas prediais. Belo Horizonte: Imprimatur, 1998. 360p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ENGENHEIRO DE ALIMENTOS

I - VIGILÂNCIA SANITÁRIA: 1. Controle de Qualidade: conceito, aspectos gerais, fatores que afetam a qualidade do produto. Organização e atribuições do controle de qualidade na indústria de alimentos. Gestão da qualidade. Requisitos para um sistema de qualidade total. Auditoria do sistema da qualidade. Controle estatístico da qualidade: planos de amostragem e gráficos de controle. 2. Boas Práticas de Fabricação (BPF): conceito, evolução, aspectos gerais; a importância das BPF para garantia da segurança e eficácia dos produtos. 3. Validação: conceito, tipos de validação (prospectiva, retrospectiva), validação de processos, validação de equipamentos, validação de limpeza, validação analítica, características dos procedimentos analíticos, protocolo de validação, plano mestre de validação, relatório de validação; revalidação. 4. Vigilância epidemiológica: conceito, propósito, funções, coleta de dados e informações, investigação epidemiológica, busca ativa de casos. 5. Análise e gerenciamento de risco. a) Conceito e caracterização do risco sanitário. b) Identificação do dano; dose-resposta; avaliação da exposição; ações corretivas político-administrativas no âmbito do sistema de saúde, serviço e impacto na sociedade (o que fazer, planejamento, procedimentos, avaliação da exposição do risco, consequências econômicas, políticas e sociais), incerteza da avaliação; decisão e ação; política da comunicação. c) Identificação do dano e suas causas, diferença entre risco, incerteza e erro. d) Monitoramento dos fatores de risco. 6. Inspeção. a) Aspectos gerais: conceito, finalidade, características, etapas para realização de uma inspeção, procedimentos, processo de condução. b) Tipos de inspeção para fins de certificação, investigação, concessão de autorização de funcionamento de estabelecimento, rotina periódica. II - TECNOLOGIA DE ALIMENTOS: 1. Tecnologia de alimentos. a) Noções de microbiologia de alimentos. b) Noções de doenças transmitidas por alimentos (DTA). c) Transformação de alimentos. d) Conservação de alimentos. e) Tecnologia de carnes, frutas, leite e panificação. III - MEIO AMBIENTE: 1. Os impactos sociais e ambientais das indústrias de alimentos. 2. Monitoramento dos fatores de risco. 3. Prevenção e controle de riscos ambientais. 4. Vigilância sanitária na prevenção e controle de contaminação de riscos ambientais. 5.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO IV

PROGRAMA DAS PROVAS

Licenciamento ambiental. 6. Gerenciamento de resíduos sólidos em estabelecimentos processadores de alimentos. 7. Tratamento de resíduos líquidos: tratamentos preliminares, primários, secundários e terciários. 8. Métodos de controle de poluentes atmosféricos. Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ARAÚJO, J. M. A. Química de alimentos: teoria e prática. 2. ed. Viçosa: Editora UFV, 1999. ARTHEY, D. Processado de frutas. Zaragoza: Acribia, 1997. BOBBIO, P. A.; BOBBIO, F. O. Química do processamento de alimentos. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Liv. Varela, 2001. BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênic-Sanitárias e de Boas Práticas de Elaboração para Estabelecimentos Elaboradores/Industrializadores de Alimentos. Portaria nº 368, de 4 de setembro de 1997. Disponível em www.agricultura.com.br. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados Aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Resolução RDC n. 275, de 21 de outubro de 2002. Disponível em www.anvisa.gov.br. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Regulamento Técnico para Inspeção Sanitária de Alimentos. Portaria n. 1.428, de 26 de novembro de 1993. Disponível em www.anvisa.gov.br. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Resolução RDC n. 216, de 15 de setembro de 2004. Disponível em www.anvisa.gov.br. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênic-sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Portaria n. 326, de 30 de julho de 1997. Disponível em www.anvisa.gov.br. CÂNDIDO, L. M. B.; CAMPOS, A. M. Alimentos para fins especiais: dietéticos. São Paulo: J. M. Varela, 1996. COSTA, A F. B. et al. Controle Estatístico de Qualidade. São Paulo: Atlas, 2004. EL-DASH, A. A.; CAMARGO, C. O.; DIAZ, N. M. Fundamentos da Tecnologia de Panificação. Série Tecnologia Agroindustrial, São Paulo, 1988. EVANGELISTA, J. Tecnologia de alimentos. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 1998. FRUTOTEC. Industrialização de frutas. Campinas: ITAL, 1991. GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. Higiene e vigilância sanitária de alimentos: qualidade das matérias-primas, doenças transmitidas por alimentos, treinamento de recursos humanos. São Paulo: Varela, 2001. MIDIO, A. F.; MARTINS, D. I. Toxicologia de Alimentos. São Paulo: Varela, 2000. PALADINI, E. P. Gestão da Qualidade. São Paulo: Atlas, 2. ed. 2004. PARDI, M. C.; SANTOS, I. F.; SOUZA, E. R.; PARDI, H. S. Ciência, Higiene e Tecnologia da carne. Goiânia: Editora UFG. 2. ed. Vol. 1 e 2, 2001. REIS, L.F.S.; QUEIROZ, S.M. Gestão Ambiental em Pequenas e Médias Empresas. Rio de Janeiro: ABES, 2002. SILVA JR, E. A. Manual de Controle Higiênic-Sanitário em Alimentos. São Paulo: Varela, 5. ed. 2002. SPERLING, M. Princípios Básicos de Tratamento de Esgotos. Rio de Janeiro: ABES, 1996. BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ENGENHEIRO FLORESTAL

Atualidades em questões ambientais: evolução da legislação ambiental brasileira. Legislação: aplicação da legislação federal e estadual na área ambiental. Planejamento Ambiental: como instrumento de políticas públicas: Noções de cartografia; Noções de avaliação de impacto ambiental; Zoneamento Ambiental para Silvicultura; Avaliação Ambiental Estratégica; EIA/RIMA; Bacia Hidrográfica. Gestão de Recursos Naturais e da Biodiversidade: fisionomias vegetais e ecossistemas. Sucessão Ecológica e Metodologias para recuperação florestal; Ecologia da Paisagem; Manejo Florestal; Recuperação de áreas degradadas; Monitoramento ambiental (parâmetros, indicadores, técnica de amostragem, noções de estatística, etc.). Solos: tipos, classes de capacidade de uso, conservação; Sistemas de gestão ambiental; Fauna Silvestre; Avaliação Econômica de Danos Ambientais. Fragmentação de Ecossistemas: causas, efeitos sobre a biodiversidade e políticas públicas. Ecossistemas Florestais e tipologias: principais características. Projeto Florestal: Infraestrutura; Implantação; Manutenção; Exploração; Silvicultura de Espécies Exóticas; Silvicultura de Espécies Nativas. Sistemas de Informações Geográficas: Conhecimentos sobre o funcionamento dos sistemas de informações com vista à elaboração e montagem de banco de dados georreferenciados, a partir do processamento e seleção de informações; Noções de “softwares” de geoprocessamento; Topografia.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

Legislação Ambiental Brasileira. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Lei nº. 4.771/65. Código Florestal Federal. Lei nº. 6.938/81. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. GARAY, I.; DIAS, B. Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais – Avanços conceituais e revisão de novas metodologias de avaliação e monitoramento. Petrópolis: Vozes, 2001. 430 p. LEÃO, R. M. A floresta e o homem. IPEF/ESALQ/USP. EDUSP. 434 p. RAMBALDI, D. M. & OLIVEIRA, D.A. S. Fragmentação de ecossistemas: causas, efeitos sobre a diversidade e recomendações de políticas públicas. Brasília: MMA/SBF, 2003. 510 p. MARTINS, Sebastião Venâncio. Recuperação de matas ciliares. Viçosa/MG: Aprenda Fácil, 2001. MAGALHÃES, J.G.R.; NEVES, A.C.O. A inserção das Variáveis Sociais e Ambientais no Planejamento Florestal “Simpósio Sócioambiental das Plantações Florestais. UFV, 2006. KAEGYAMA, P.Y.; OLIVEIRA R.E. et al. Restauração ecológica de ecossistemas naturais. FEPAF- Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas Florestais, 2003. GALVÃO, A.P.M.; SILVA, Porfírio da W. Restauração Florestal – Fundamentos e Estudos de caso. EMBRAPA, 2005. METZGER, J.P. O que é ecologia de paisagens. In: Revista Biota Neotrópica, 2001. v. 1 Nun. 12. NOGUEIRA, R.E. Cartografia: Representação, comunicação e visualização de dados espaciais. UFSC, 2008. SANTOS, R.F. Planejamento ambiental: teoria e prática. Oficina de Textos, 2004. CAVALCANTI, Yara; MELLO, Cláudia dos S.; ALMEIDA, Josimar Ribeiro. Gestão ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação, verificação. Rio de Janeiro: Thex, Triângulo, 2004. TUCCI, C.E.M; CARLOS, A.M. Avaliação integrada de bacia hidrografia. MMA, 2005. FITOGEOGRAFIA do Sul da América. Ciência & Ambiente, Santa Maria, 2002. n. 24, jan/jul. RODRIGUES, R.R.;



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO IV

PROGRAMA DAS PROVAS

GANDOLFI, S. Curso de recuperação de áreas degradadas. São Paulo: Univ. São Paulo, 2001. 153p. ABNT – Normas Técnicas para Florestas Plantadas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ENGENHEIRO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

Segurança do Trabalho: Legislação e normatização. Acidentes de trabalho. Conceito técnico e legal. Riscos e causas de acidentes do trabalho. Análise de acidentes. Custos dos acidentes. Comunicação e registro de acidentes. Definições de atos e condições de ambientes de insegurança. Investigação das causas de acidentes. Estatísticas de acidentes. Prevenção de acidentes de trabalho. Equipamento de Proteção Individual (EPI) – NR 6. Equipamento de Proteção Coletiva (EPC). Conceito e legislação de EPC e EPI. O uso e normas dos EPIs e EPCs. Inspeção de segurança. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). Campanhas de prevenção e SIPATs; Gestão de riscos: Função controle de riscos. Princípios da gestão de riscos. Objetivo da gestão de riscos. Política da gestão de riscos. Diretrizes para gestão de riscos. Estratégia da gestão de riscos. Sistemas organizacionais e sistemas operacionais. Metodologia do sistema de gestão de riscos. Programas da gestão de riscos. Monitoramento de segurança. Análise e controle de riscos: Conceito e metodologia de análise de riscos. Mecanismo de produção de danos. Identificação de riscos. Avaliação de riscos. Elementos de controle de processo. Controle de riscos. Plano de ação para controle de riscos. Teoria das falhas: Detecção e análise de falhas. Modos de falha. Falha humana. Falha de equipamento. Agentes promotores de falhas. Falhas de causa comum. Estudo de riscos. Mapeamento de riscos. Planos e brigadas de emergência. Conceito de trabalho e sua relação com acidentes e doenças. Elementos básicos para um programa de segurança. Responsabilidade civil e criminal. Controle de perdas e perícias trabalhistas. Ferramentas utilizadas para investigação dos acidentes; Higiene do trabalho: PCMSO. Introdução e conceito à Higiene do trabalho. Importância e objetivos da Higiene do trabalho. Responsabilidade pela implantação. Metodologia de ação. Medidas de controle. Ferramentas preventivas. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) NR 07; Insalubridade e periculosidade: NR 15 e 16. Conceito e caracterização de insalubridade e periculosidade. Eliminação ou neutralização da insalubridade e/ou periculosidade. Explosivos e inflamáveis. Energia elétrica. Radiação ionizante. Perícia extrajudicial, perícia judicial e laudo pericial. Os danos à saúde do trabalhador. Trabalho em atividades perigosas ou penosas. Jurisprudências relativas à insalubridade e periculosidade; Legislação e normas técnicas e Perfil Profissiográfico Previdenciário: NR 03, 08 e 18. Legislação e as normas técnicas. Proteção jurídica. Perícia judicial. Direito ambiental e meio ambiente do trabalho. Aposentadoria e laudos técnicos. Aposentadoria especial. Critério de caracterização. Aposentadoria especial por ruído. Definição, dispositivos legais, objetivo do perfil profissiográfico previdenciário. A utilização, manutenção e modelo de formulário do perfil profissiográfico previdenciário; Proteção ambiental: Transformação do ambiente. Controle de qualidade ambiental. Qualidade do ar e da água. Controle de resíduos e reciclagem; Tecnologia e prevenção no combate a sinistro. Propriedade físico-química do fogo. O incêndio e suas causas. Classes de incêndio. Métodos de extinção. Agentes e aparelhos extintores. Extintores de incêndio. Sistemas de prevenção e combate a incêndios. Brigadas de incêndio. Planos de emergência e auxílio mútuo; Programa de prevenção de riscos ambientais (PPRA) e Legislação da Medicina do Trabalho: NR 09. Elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Registro, manutenção e divulgação do PPRA. Riscos ambientais. Avaliação e controle de agentes ambientais. Riscos físicos, químicos, biológicos e mecânicos. Temperaturas. Ruídos, poeiras, radiações ionizantes e não ionizantes, gases vapores, vibrações, calor e frio, temperaturas extremas, iluminação, ventilação industrial e riscos químicos. Técnicas de uso de equipamentos de medições. Legislação da Medicina do Trabalho; Sistemas de Prevenção e combate a incêndio e pânico; Ergonomia: NR-17. A aplicabilidade, Conceito, as linhas e tipos da Ergonomia. Aplicação, métodos, técnicas e objetivo da ergonomia. Aplicação da Antropometria, biomecânica e atividades musculares. Espaços e Postos de trabalho. Fatores ambientais. Ergonomia e prevenção de acidentes. Informação e operação (informações visuais, uso de outros sentidos, controles e relacionamento entre informação e operação). Transporte, armazenamento, movimentação e manuseio de materiais. Equação de NIOSH. Duração, ritmo e carga de trabalho. Análise Ergonômica do Trabalho (AET). Trabalho, tarefa e atividade. Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Manual de aplicação da norma regulamentadora NR17, 2. ed. Brasília: 2002. CARDELLA, B. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística. São Paulo: Atlas, 2008. CHAVES, J. J. et al. Perfil profissiográfico previdenciário. Belo Horizonte: Folium, 2003. DUL, J; WEERDMEESTER, B. Ergonomia Pbrasil.rática. São Paulo: Edgard Blücher, 1995. GUÉRIN, F. et al., A. Compreender o trabalho para transformá-lo. São Paulo: Edgard Blücher, 2001. IIDA, I. Ergonomia projeto e produção, São Paulo: Edgard Blücher, 2003. LAVILLE, A. Ergonomia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977. MARTINEZ, W. N. Aposentadoria especial, 2. ed. São Paulo: LTr, 1999. OLIVEIRA, S. G. Proteção jurídica à saúde do trabalhador. 2. ed. Revista, ampliada e atualizada. São Paulo: LTr, 1998. ROCHA, J. C. S. Direito ambiental e meio ambiente do trabalho: dano, prevenção e proteção jurídica. São Paulo: LTr, 1997. SALIBA, T. M.; CORRÊA, M. A. C. Insalubridade e periculosidade. 2. ed. São Paulo: LTr, 1995. BRASIL. Segurança e Medicina do Trabalho – Normas Regulamentadoras – NR-1 a 33, Portaria n. 3.214, de 8 de junho de 1978. Legislação Complementar – Índices Remissivos, 62. ed. São Paulo: Atlas, 2008. VIEIRA, S. I.; JÚNIOR, C. P. Guia prático do perito trabalhista: aspectos legais, aspectos técnicos, questões polêmicas. Belo Horizonte: Ergo, 1997. ANVISA. Legislação da Anvisa. CONASS – Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Publicações. Volumes 1 e 2. RESOLUÇÃO da Diretoria Colegiada RDC n. 50, de 22 de fevereiro de 2002. Legislação da ANVISA. BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO IV

PROGRAMA DAS PROVAS

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO

Análises bioquímicas do sangue, da urina e outros meios biológicos. Biossegurança. Análises hematológicas de rotina laboratorial, hemograma, orientação interpretativa dos resultados. Estudos das anemias e leucemias. Principais reações sorológicas na rotina de imunologia clínica: fixação do complemento, soroaglutinação, hemaglutinação, neutralização, precipitação, imunofluorescência e ensaios imunoenzimáticos, técnicas e métodos de diagnóstico. Métodos para isolamento e identificação dos principais agentes causadores de infecções a partir de diversos materiais biológicos, dando ênfase nos agentes bacterianos. Estudo dos protozoários e helmintos: diagnóstico, colheita e conservação do material biológico, preparo de reativos e corantes. Métodos específicos que permitam o diagnóstico laboratorial de protozoários intestinais, teciduais, sanguíneos e helmintos. Exame físico-químico e sedimentoscopia qualitativa e quantitativa da urina. Controle de qualidade em análises clínicas. Introdução ao estudo da Farmacologia. Estudo dos processos de absorção, distribuição, biotransformação e eliminação de fármacos. Vias de administração. Estudo da concentração plasmática dos fármacos. Biodisponibilidade e bioequivalência. Fatores fisiológicos e patológicos que afetam a resposta farmacológica. Interação medicamentosa. Assistência e Atenção Farmacêuticas: atuais conceitos e a realidade brasileira. Farmacoepidemiologia: os indicadores de prescrição da OMS. Código de ética farmacêutica. Organograma da categoria farmacêutica e entidades profissionais. Regulamentos, resoluções e recomendações do Conselho Federal de Farmácia. Portarias do Ministério da Saúde à área farmacêutica. Legislação sanitária. Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H.; POBER, J. S. Imunologia Celular e Molecular. 4. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2002. BARTOLO, A.T.; CUNHA, B. C. A. Assistência Farmacêutica. Lei 5.991/73, anotada e comentada. São Paulo: Atheneu, 1989. CARLINI, A. E. Medicamentos, drogas e saúde. São Paulo: Hucitec, 1995. DE CARLI, G. A. Parasitologia clínica: seleção de métodos e técnicas de laboratório para o diagnóstico das parasitoses humanas. São Paulo: Atheneu, 2001. DEFFUNE, E.; MACHADO, P.E.A. Normas de biossegurança para as áreas hospitalar e laboratorial – Parte I. News Lab, 1995. Vol. 13, p. 32-4. DEVLIN, T.M. Manual de bioquímica com correlações clínicas. 4.ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1998. FAILACE, R. Hemograma: manual de interpretação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. HARDMAN, J. G.; GOODMAN, L. S.; GILMAN, A. As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 9.ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana, 1996. HOFFBRAND, A.V.; PETTIT, J.E. Hematologia clínica ilustrada. São Paulo: Manole, 1991. JAWETZ, E.; BROOKS, G.; MELNICK, J.; BUTEL, J.; ADELBERG, E.; ORNSTON, N. Microbiologia médica. 18. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. KANOUN, P. Manual de exames de laboratório. São Paulo: Atheneu, 1990. LIMA, A. O.; SOARES, J.B.; GRECO, J.B.; GALIZZI, J.; CANÇADO, J.R. Métodos de Laboratório aplicados à clínica: técnica e interpretação. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1985. MINS, C. et al. Microbiologia médica. 2. ed. São Paulo: Manole, 2000. MOURA, R.A. A.; WADA, C.S.; PURCHIO, A.; ALMEIDA, T.C. Técnicas de laboratório. 3. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1987. NEVES, D. P. Parasitologia humana. 10. ed. São Paulo: Atheneu, 2000. 428 p. RANG, H.P. & DALE, M.M. Farmacologia. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. STRASINGER, S.K. Uroanálise e fluidos biológicos. 3.ed. São Paulo: Premier, 1995. VALLADA, E.P. Manual de técnicas hematológicas. Rio de Janeiro: Atheneu, 1999. www.anvisa.gov.br; www.cff.org.br; www.crfmg.org.br. ZANINI, A. C.; OGA, S. Farmacologia Aplicada. 5. ed. São Paulo: Atheneu, 1994. ZUBIOLI, A. Profissão: Farmacêutico. E agora? Curitiba: Lovise, 1992. BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – FISIOTERAPEUTA

Avaliação do paciente. Medida da função musculoesquelética. Reabilitação cardiorrespiratória. Órteses. Próteses. Meios físicos em reabilitação. Reabilitação do paciente amputado. Reabilitação do Aparelho Osteoarticular. Reabilitação do Politraumatizado. Reabilitação nas Lesões de Partes Moles. Reabilitação na Osteoporose. Reabilitação na Artrite Reumatoide. Reabilitação nas Alterações Posturais e Algias vertebrais. Reabilitação em Hemiplegia. Paralisia cerebral e tratamento de reabilitação. Lesão medular e reabilitação. Tratamento Fisioterápico na Lesão Nervosa Periférica. Abordagem fisioterápica nas distrofias musculares. Abordagem fisioterápica nos distúrbios osteomusculares relacionados com o trabalho e reabilitação. Reabilitação do idoso. Exercício e qualidade de vida. Prevenção das infecções em serviços de reabilitação. Reabilitação na arteriopatia dos membros inferiores, alterações do retorno venoso e linfático. Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

CAROLYN KISNER/LYNN COLBY – Exercícios Terapêuticos Ed MANOLE, 1998. CASH – Fisioterapia em ortopedia e reumatologia. Ed. Panamericana, 1984. DE LISA - Medicina de Reabilitação-Princípios e Práticas. Ed. MANOLE, 1992. EMC-Kinesiterapia. Medicina Física, 2002. JANICE K. LOUDON/ STEPANIA L. BELL/ JANE M JOHNSTON – Guia Clínico de Avaliação Ortopédica. MANOLE, 1999. KRUSEN. Tratado de Medicina Física e Reabilitação. MANOLE, 1984. LIANZA, S. Medicina De Reabilitação 3. ed. Guanabara Koogan, 2001. MCARDLE – Fisiologia Do Exercício 3. ed. Guanabara Koogan, 1992. NABIL GHORAYEB-TURÍBIO BARROS. O Exercício Atheneu, 1999. BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – FONOAUDIÓLOGO

Área: Linguagem – Desenvolvimento da linguagem oral na criança. Desenvolvimento da linguagem escrita. Fundamentos da Linguística. Atuação fonoaudiológica nos Distúrbios de Linguagem Escrita. Atuação fonoaudiológica relacionada às lesões cerebrais. Atuação fonoaudiológica relacionada à terceira idade. Área: Voz – Desenvolvimento da Fonação.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO IV

PROGRAMA DAS PROVAS

Avaliação perceptual e acústica da voz. Atuação fonoaudiológica nas disfonias funcionais. Atuação fonoaudiológica nas disfonias presentes na infância e terceira idade. Atuação fonoaudiológica nas disfonias neurológicas. Atuação fonoaudiológica nas paralisias laringeas. Atuação fonoaudiológica nas alterações estruturais mínimas da laringe. Atuação fonoaudiológica em estética vocal. Atuação fonoaudiológica nas sequelas de cirurgia de cabeça e pescoço. Área: Motricidade Oral – Desenvolvimento do sistema sensorio motor oral. Desordens miofuncionais orais nas funções estomatognáticas. Desordens miofuncionais orais nas disfunções de articulação temporomandibular. Desordens miofuncionais orais nas doenças neuromusculares. Desordens miofuncionais orais em RN e alto risco. Desordens miofuncionais orais em fissura labiopalatina. Desordens miofuncionais orais em paralisia cerebral. Disfagias neurogênicas. Exames complementares em motricidade oral. Legislação – Resolução C.F.Fa. nº 309/2005 (Dispõe sobre a Atuação do Fonoaudiólogo na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio, Especial e Superior e dá outras providências). Lei nº 10.436/2002 (Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras – e dá outras providências). Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ALBERNAZ, P. L. M. Otorrinolaringologia para o Clínico Geral. ALTMANN, E.B.C. Fissuras Labiopalatinas. São Paulo: Pró-Fono, 1994. ANDRADE, C. F. Fonoaudiologia em Berçário Normal e de Risco. São Paulo: Lovise, 1996. COLTON, R.H.; CASPER, J.K. Compreendendo os Problemas de Voz: Uma perspectiva fisiológica ao diagnóstico e ao tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas Editora, 1996. FURKIN, A. M.; SANTINI C.S. Disfagias Orofaríngeas. São Paulo: Pró-Fono, 1996. MARCHESAN, I.Q. Fundamentos em Fonoaudiologia: Aspectos Clínicos da Motricidade Oral. Rio de Janeiro: Guanabara Koojan, 1998. PETRELLI, E. (Coordenador). Ortodontia para Fonoaudiologia. Curitiba: Lovise, 1992. PINHO, S.M.R. Fundamentos em Fonoaudiologia: Tratando os Distúrbios da Voz; Rio de Janeiro: Guanabara Koojan, 1998. PINHO, S.M.R. Tópicos em Voz. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koojan, 2001. São Paulo. Byk Editora, 1997. Obs.: As legislações citadas no Programa poderão ser encontradas no site www.fonoaudiologia.org.br. BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – GEÓGRAFO

As concepções de Geomorfologia, Climatologia, Biogeografia, Pedologia e suas respectivas equivalências espaciais. Dinâmica fluvial: natureza, processos e interações geoambientais. Dinâmica do meio ambiente em regiões intertropicais: as paisagens bioclimáticas e suas interações processuais. As interações clima-solo-vegetação: implicações na estrutura, dinâmica e espacialidade dos sistemas ambientais. Ecossistemas brasileiros. Geografia humana. Noções de geografia política. Planejamento urbano e regional. Desenvolvimento econômico e social. Comunidades e meio ambiente. Planejamento ambiental. Educação ambiental. Noções de Legislação ambiental. Geoprocessamento e sensoriamento remoto. Conceitos básicos de Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Sistemas de coordenadas e georreferenciamento. Sistemas de imageamento: conceitos de pixel, resolução espacial, temporal e radiométrica. Imagens de radar, multiespectrais e multitemporais. Aplicações de geoprocessamento nas análises espaciais.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ALMEIDA, J. R. de (Coord.). Planejamento ambiental: caminho para participação popular e gestão ambiental para nosso futuro comum, uma necessidade, um desafio. Rio de Janeiro: Thex, 1993. ANDERSON, J. R.; HARDY, E. E.; ROACH, J. T.; WITMER, R.E. Sistema de Classificação de uso da Terra e do revestimento do solo para utilização com dados de sensoriamento remoto. Rio de Janeiro: SUPREN, 1979. ASSAD, E.D.; SANO, E.E. Sistemas de Informações Geográficas – Aplicações na Agricultura. Brasília, EMBRAPA, 1993. AYOADE, J. O. Introdução à climatologia para os trópicos. Trad. de Maria Juraci Zani dos Santos. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. BARRERE, M. (Org.). Terra, patrimônio comum. São Paulo: Nobel, 1992. BECKER, B.K. et al. (Org.). Geografia e meio ambiente no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1995. CALDEIRON, Sueli Sirena. Recursos naturais e meio ambiente: uma visão do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. CÂMARA, G. et al. Fundamentos epistemológicos da ciência da geoinformação. São José dos Campos: INPE. CAMARGO, M. N., KLAMT, E.; KAUFFMAN, J. H. Classificação de solos usada em levantamentos pedológicos no Brasil. Campinas: SBCS, 1987. CASSETI, W. Elementos de geomorfologia. Goiânia: UFG, 1994. CASSETI, W. Ambiente e apropriação do relevo. São Paulo: Contexto, 1991. CHRISTOFOLETTI, A. A análise de sistemas em geografia. São Paulo: Hucitec, 1978. CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1980. CAVALCANTI, C. (Org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995. CROSTA, A. P. Processamento Digital de Imagens de Sensoriamento Remoto. IG/UNICAMP. Campinas, São Paulo, 1992. CUNHA, S. B. da.; J. T. GUERRA. (Org.). Avaliação e perícia ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. DREW, D. Processos interativos homem-meio ambiente. 2. ed. Trad. João Alves dos Santos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. EMBRAPA/CNPS. Sistema brasileiro de classificação de solos. Brasília: EMPRAPA, 1999. GREGORY, K. J. A natureza da geografia física. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. da (Org.). Geomorfologia e meio ambiente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. da (Org.). Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1994. IBGE. Geografia e questão ambiental. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. LEFF, E. (Coord.). A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003. MENDONÇA, F. A. Geografia e meio ambiente. São Paulo: Contexto, 1993. 80 p. MEADOWS, D.H. et al. Limites do crescimento. São Paulo: Perspectiva, 1978. MENDES, C.A.B.; CIRILO, J. A. Geoprocessamento em Recursos Hídricos: princípios, integração e aplicação. Porto Alegre: ABRH, 2001. NIMER, E. Climatologia do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1989. PONTES, M. A. G. Gis e geoprocessamento. Sorocaba: Facens, 2002. REBOUÇAS, A. da. et al. Águas doces no Brasil. São Paulo: Escrituras, 2002. ROSS, J. L. S. Geomorfologia: ambiente e planejamento. São Paulo: Contexto, 1990. SACHS,



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO IV

PROGRAMA DAS PROVAS

I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo: EDUSP, 2002. SILVA, L. F. Solos tropicais; aspectos pedológicos, ecológicos e de manejo. São Paulo: Terra Brasilis Editora Ltda, 1996. TRICART, Jean. Ecodinâmica. Rio de Janeiro: IBGE/Supren, 1977. TROPPEMAIR, H. Biogeografia e Meio Ambiente. Rio Claro: UNESP, 1987. VIANELLO, R. L.; ALVES, A. R. Meteorologia básica e aplicações. Viçosa: UFV, 1991.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – GEÓLOGO

A Terra: Origens, Litosfera; Sistemas Geológicos: Sistema hídrico, Sistema tectônico, Ciclos geológicos; Materiais Geológicos: Minerais, Rochas Ígneas, Sedimentares e Metamórficas; Processos Geológicos: Erosão e Sedimentação; Dinâmica Interna da Terra: Vulcanismo, Terremotos, Plutonismo; Geologia Estrutural: Falhas, Juntas, Dobras, Discordâncias; Tempo Geológico: Eras, Período; Mapas Geológicos: Características, Mapa-base, Tipos de mapas, Usos, Interpretação; Geotecnia: Ensaio geotécnicos e sedimentológicos; Hidrogeologia: Águas Subterrâneas, Balanço hídrico, Porosidade, Infiltração, Aquíferos, Rede de fluxo, Vulnerabilidade de aquíferos, Captação de água subterrânea (Métodos construtivos de poços, hidráulica de poços, testes de bombeamento, interpretação de testes de bombeamento), Hidroquímica, Contaminação das águas subterrâneas, Pesquisa de Água Subterrânea (tipos de estudos e métodos), Usos de modelos em hidrogeologia; Noções de cartografia digital, Geoprocessamento: Técnicas de geoprocessamento, Conceitos cartográficos, Modelo Numérico do Terreno, geoprocessamento e os recursos hídricos. Aplicações de estudos geológicos em análise ambiental.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

CÂMARA, G. et al. Fundamentos epistemológicos da ciência da geoinformação. São José dos Campos: INPE. CROSTA, Alvaro Pentead. Processamento digital de imagens de sensoriamento remoto. Campinas: UNICAMP, 1992. 170 p. FEITOSA, Fernando Antonio Carneiro; MANOEL FILHO, João. Hidrogeologia: conceitos e aplicações. Fortaleza: CPRM, 1997. 389 p. LEINZ, Viktor. Geologia geral. 14. ed. São Paulo: Nacional, 2003. 399 p. LOCZY, Louis de; LADEIRA, Eduardo A. Geologia estrutural e introdução à geotectônica. São Paulo: Edgard Blücher, 1981. 528 p. FLORENZANO, Teresa Gallotti. Imagens de Satélites para Estudos Ambientais. São Paulo: Oficina de Textos, 2002. 97p. MENDES, Carlos André Bulhões; CIRILO, José Almir. Geoprocessamento em recursos hídricos: princípios, integração e aplicação. Porto Alegre: ABRH, 2001. TEXEIRA, W. et al. Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de Textos. Reimpressão, 2000.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – MÚSICO REGENTE

Regência; Teoria musical; Percepção musical; História da Música; Harmonia Vocal; Harmonia Funcional; Análise Musical; Estilos Musicais; Noções básicas de Instrumentos Musicais; Noções básicas de Vozes; Noções gerais de fonética.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

SCHOENBERG, Arnold. Harmonia, Unesp; CHEDIAK, Almir. Harmonia e Improvisação (vols. I e II), Lumiar Edituora; CANDÉ, Roland de. História Universal da Música (vols. I e II), Martins Fontes; MARIZ, Vasco. História da Música no Brasil, Nova Fronteira; COELHO, Helena Wöhl. Técnica Vocal para Coros, Sinodal. ROCHA, Ricardo. Regência: uma arte complexa. Ed Ibis Libris (www.bachianabrasileira.com.br). TIBIRIÇA, Roberto. O regente sem orquestra. Editora Algor.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – NUTRICIONISTA

Alimentação, nutrição e saúde; necessidades dietéticas recomendadas e dieta adequada para todas as fases do ciclo da vida (nutrição na gravidez e lactação, na infância, na adolescência, na idade adulta e para o idoso); avaliação nutricional; indicadores de avaliação nutricional do crescimento; distúrbios do crescimento; indicadores do estado nutricional de coletividades; educação nutricional de coletividades; planejamento de cardápios; controle de qualidade dos alimentos; controle higiênico-sanitário dos alimentos; toxi-infecção alimentar; microrganismos e alimentos; nutrição e saúde pública; princípios de epidemiologia; epidemiologia aplicada à nutrição. Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ABERC. Manual ABERC de práticas de elaboração e serviço de refeições para coletividades. 2. ed. São Paulo, 2000. ACCIOLY, E.; SAUNDERS, C.; LACERDA, E.M. Nutrição em Obstetrícia e Pediatria. Cultura Médica, 2002. OLIVEIRA, Dutra de J. E.; MARCHINI, J. S. Ciências Nutricionais. São Paulo: Sarvier, 2000. EUCLYDES, M. P. Nutrição do lactente: bases científicas para uma alimentação adequada. Viçosa, 2000. MAHAN, L.K.; ESCOTT-STUMP, S. Alimentos, Nutrição e Dietoterapia. 10. ed. ORNELLAS, L. H. Técnica Dietética: seleção e preparo de alimentos. 7. ed. São Paulo: Atheneu, 2001. ROUQUAYROL, M. Z. Introdução à Epidemiologia Moderna. 2. ed. Belo Horizonte: Coopmed, Abrasco, 1992. TEIXEIRA, S.; MILET, Z.; CARVALHO, J.; BISCONTINI, T.T.M. Administração aplicada às unidades de alimentação e nutrição. Ed. Atheneu, 2000, 219 pp. VASCONCELOS, F. A. G. Avaliação Nutricional de Coletividades. UFSC, Santa Catarina, 1993. BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – PSICÓLOGO

Técnicas de intervenção psicológica: as entrevistas preliminares; o processo psicodiagnóstico e a direção do tratamento; As estruturas clínicas: Neurose, Psicose e Perversão; A criança e o adolescente: a teoria da sexualidade; as novas formas do sintoma; delinquência, toxicomania, anorexia e outros; Os complexos familiares: o sintoma e a família; A nova política de organização da assistência à saúde mental voltada para a substituição gradativa dos leitos hospitalares por modalidades de tratamentos substitutivos; O psicólogo no Hospital Geral: o possível dessa prática no hospital, atendendo às demandas e suas especificidades nas 3 vertentes: Paciente-Família-Equipe. A clínica das urgências. Psicologia como Profissão:



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO IV

PROGRAMA DAS PROVAS

Responsabilidades do Psicólogo; Procedimentos aplicados à atuação profissional. Psicologia Escolar: Principais teóricos da aprendizagem e suas contribuições: Skinner, Piaget, Ausuber, Bandura, Bruner, Gagné e Vygotsky; Psicologia na escola; Avaliação do ensino-aprendizagem; Psicopedagogia. Políticas de Saúde (SUS). Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

LOBOSQUE, Ana Marta. Clínica em movimento – por uma sociedade sem manicômio. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. EY, H., BERNARD, P.; BRISSET, C. – Manual de Psiquiatria. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. Massom, 1981. (Seção II, 2-8 e seção III, 4-6). FREUD, S. Neurose e Psicose (1923). Obras Completas. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. MACHADO, R. Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault (Arqueologia da percepção – 57-95). Rio de Janeiro: Graal, 1981. BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, atualizada. MINAS GERAIS. Lei nº 11.802, de 18 de janeiro de 1995. BIAGGIO, Ângela M. Brasil. Psicologia do Desenvolvimento, 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. CASTRO, Helenice Saldanha de. Almanaque de Psicanálise e Saúde Mental. Texto: Soluções psicóticas: o delírio, a passagem ao ato e a produção, Ano 04. Número 07. Novembro de 2001. CFP. Código de Ética Profissional do Psicólogo, 2005. CÓRIA-SABINI, Maria Aparecida. Psicologia Aplicada à Educação, em Temas Básicos de Educação e Ensino. São Paulo: EPU, 1986. CURINGA nº13. Psicanálise e Saúde Mental. Belo Horizonte: EBP-MG, 1999. DOR, Joël. Estruturas e clínica psicanalítica. Rio de Janeiro: 1994. FREUD, S. Romances Familiares. Ed. Standard Brasileira da Obra de Freud. Rio de Janeiro: Imago Ed., Vol. IX, 1976. LACAN, Jacques. Os Complexos Familiares. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985. LURIA; LEONTIEV; VYGOTSKY e outros. Psicologia e Pedagogia. São Paulo: Moraes, 2003. OLIVEIRA, V.B., BOSSA, N.A. Avaliação Psicopedagógica do Adolescente, 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. Organizadores: Francisco Eduardo de Campos; Mozart de Oliveira Júnior; Lídia Maria Toneon. Cadernos de Saúde, Volumes 1, 2 e 3, Belo Horizonte: Coopmet, 1998. PIAGET, Jean. Seis Estudos de Psicologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998. PIAGET, Jean. O Juízo Moral da Criança, Editora Summus, 1994. Saúde Mental: Nova concepção, Nova esperança. Relatório sobre a saúde no mundo. Genebra: OMS, 2001. BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – PSÍCOLOGO DE RECURSOS HUMANOS

Processos em Gestão de Pessoas; Processos Grupais e Relações Interpessoais; Cultura e Clima Organizacional; Saúde Mental no Trabalho; Comportamento Organizacional; Ética Profissional. Código de Ética Profissional do Psicólogo. As estruturas clínicas: Neurose, Psicose e Perversão; Os complexos familiares: o sintoma e a família; A nova política de organização da assistência à saúde mental voltada para a substituição gradativa dos leitos hospitalares por modalidades de tratamentos substitutivos; Legislação do SUS – Sistema Único de Saúde.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

FREUD, S. – Neurose e Psicose (1923). Obras Completas. 2 ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987. LACAN, Jacques. Os Complexos Familiares. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985. Saúde Mental: Nova concepção, Nova esperança. Relatório sobre a saúde no mundo. Genebra: OMS, 2001. BRASIL. HEIL, Gary - BENNIS Warren - STEPHENS Deborah C. Gerenciando o Lado Humano da Empresa – Douglas Macgregor em Foco. São Paulo: Editora Qualitymark, 2002. CHIAVANETO, Idalberto. Gestão de Pessoas – O Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999. DAVIS, Keith / John, W. Newstrom. Comportamento Humano no Trabalho I. São Paulo: Editora Pioneira, 1992, Capítulos 01, 03, 04, 06, 07. DEJOURS, Christophe. A Loucura do Trabalho – Estudo da Psicopatologia do Trabalho. São Paulo: Editora Cortês Oboré, 1992. MOSCOVICI, Felá. Desenvolvimento Interpessoal – Treinamento em Grupo. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1975. SOTO, Eduardo. Comportamento Organizacional – Impactos das Emoções. São Paulo: Editora Pioneira Thomson, 2002, Capítulos 01, 03, 07, 08. ZANELL, José Carlos. O Psicólogo nas Organizações de Trabalho. Porto Alegre: Editora Artmed, 2002, Capítulo 01. Código de Ética Profissional do Psicólogo, 2005. BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Diário Oficial da União, 20 set. 1990 [com redação dada pela Lei 9.836, de 23 de setembro de 1999 (Diário Oficial da União, 24 set. 1999)]. BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília: Diário Oficial da União, 31 dez. 1990.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – SOCIÓLOGO

1. Objeto e método na Sociologia; 2. Sociologia clássica: contribuições de Durkheim, Weber e Marx; 3. Principais teorias da Sociologia Contemporânea; 4. Conceitos fundamentais: grupos sociais, cultura, ideologia, estrutura social e sociabilidade; 5. Sociologia brasileira: principais contribuições; 6. Problemas brasileiros contemporâneos; 7. Pesquisa sociológica contemporânea: vertente quantitativa; 8. Pesquisa sociológica contemporânea: vertente qualitativa; 9. Análise sociológica de políticas públicas; 10. Sociologia e Educação Superior: análise diagnóstica; 11. Sociologia e o mundo do trabalho.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. São Paulo: Cortez, 1998. ARON, Raymond. As Etapas do Pensamento Sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1995. BOUDON, Raymond. Tratado de Sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique. (orgs). Políticas Públicas & Educação Básica. São Paulo: Xamã, 2001. FORACHI, Marialice M. & MARTINS, José de Souza. Sociologia e Sociedade – Leituras de Introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. FORQUIN, Jean Claude. (org.). Sociologia da Educação: Dez anos de pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1995. HAGUETE, Maria Teresa Frota. Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis: Vozes, 1995. MARTINS, Carlos Benedito. O que é Sociologia. São Paulo: Brasiliense, 1994. QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia Oliveira; GARDENIA, Márcia. Um



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

EDITAL 2/2010 – ANEXO IV

PROGRAMA DAS PROVAS

Toque de Clássicos – Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. RICHARDSON, Roberto J. Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 1999. TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – TURISMÓLOGO

1 - Definições de Turismo. Importância do turismo para a economia. Elementos do sistema turístico. Tipos de turista. Serviços de alimentação, hospedagem e transportes para o turismo. Agentes intermediários do turismo. 2 - Planejamento dos atrativos e localidades turísticas. Plano de desenvolvimento turístico. Impactos socioculturais do turismo. Turismo sustentável. Entidades, órgãos e eventos do setor turístico. 3 - Tecnologia da informação no turismo. Marketing turístico. Terminologias técnicas no turismo. Gestão da qualidade no turismo. Capital humano no setor turístico. Tendências atuais da atividade turística. 4- Plano nacional de turismo. Programa de regionalização do turismo.

BIBLIOGRAFIA

COOPER; FLETCHER; WANHILL; GILBERT; SHEPHERD (org.). Turismo, princípios e práticas. Porto Alegre: Bookman, 2001. MATIAS, M. Turismo, formação e profissionalização. Barueri: Manole, 2002. MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano Nacional de Turismo. Disponível em: <http://209.85.129.104/search?q=cache:HT7UjDJoEDUJ:institucional.turismo.gov.br/Mintur/UserFiles/File/planoNacionalPortugues.pdf+%22plano+nacional+de+turismo%27&hl=pt-BR&gl=br&ct=clnk&cd=2> >. Acesso em 24 de nov 2006. MINISTÉRIO DO TURISMO. Programa de regionalização do turismo. Disponível em: <http://209.85.135.104/search?q=cache:G67lhphcO5YJ:institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/+%22Programa+de+regionaliza%C3%A7%C3%A3o+do+turismo%22&hl=pt-BR&gl=br&ct=clnk&cd=1>>. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Introdução ao turismo. (dir.) SANCHO, A.; (trad.) CORNER, D. M. R. São Paulo: Roca, 2001. PALHARES, G. L. Transportes Turísticos. São Paulo: Aleph, 2002.

Montes Claros – MG, 3 de março de 2010.

Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal